

MARIA TERESA TEANI DE FREITAS CURTI

**REFLEXÕES SOBRE A GAGUEIRA INFANTIL NA RELAÇÃO CORPO E
LINGUAGEM**

Dissertação apresentada ao Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Fausta
Cajahyba Pereira de Castro

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
Campinas, 27 de fevereiro de 2009.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

C94r

Curti, Maria Teresa Teani de Freitas.

Reflexões sobre a Gagueira Infantil na Relação Corpo e Linguagem / Maria Teresa Teani de Freitas Curti. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.

Orientador : Maria Fausta Cahyba Pereira de Castro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Gagueira. 2. Aquisição da linguagem. 3. Língua materna. 4. Corpo e linguagem. 5. Significante. I. Castro, Maria Fausta Cahyba Pereira de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

tjj/iel

Título em inglês: Reflections on Child Stuttering in the Body and Language Relation.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Stuttering; Language acquisition; Mother language; Body and language; Significant.

Área de concentração: Aquisição de Linguagem.

Titulação: Mestre em Lingüística.

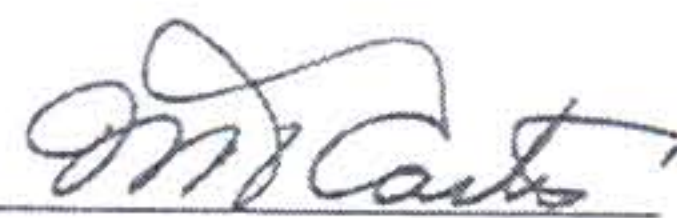
Banca examinadora: Profa. Dra. Maria Fausta Cahyba Pereira de Castro (orientadora), Profa. Dra Maria Francisca Andrade Ferreira Lier – DeVitto e Profa. Dra Maria Viviane do Amaral Veras

Data da defesa: 27/02/2009.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

BANCA EXAMINADORA:

Maria Fausta Cajahyba Pereira de Castro



Maria Viviane do Amaral Veras

Maria Viviane do Amaral Veras

Maria Francisca Andrade Ferreira Lier-DeVitto



Lúcia Maria Guimarães Arantes



Zelma Regina Bosco



IEL/UNICAMP
2009

Este exemplar é a redação final da
tese / dissertação e aprovada pela
Comissão Julgadora em:

21 / 05 / 2009



Campinas, 27 de fevereiro de 2009.

DEDICATÓRIA

Para Heraldo, pelo amor e apoio.
Para meus queridos filhos Paula e Gabriel.
Em memória da minha querida mãe.

AGRADECIMENTOS

Foram longos anos, muitas pessoas estiveram comigo e participaram de diferentes maneiras na constituição deste projeto. Gostaria de expressar-lhes o meu “muito obrigada”.

À Prof^a. Dra. Maria Fausta Cahyba Pereira de Castro: mais do que orientadora, revelou-se uma pessoa extremamente humana, dotada de grande paciência e que soube esperar a superação dos muitos obstáculos surgidos durante estes anos da composição desta tese. Seu acompanhamento generoso e seguro fez-me continuar quando o desânimo natural de muitas horas de trabalho levava-me a desacreditar e a desistir. Sua inata capacidade de mestra ensinou-me novas maneiras de pensar e de procurar respostas.

Aos membros do meu Grupo de Pesquisa em Aquisição de Linguagem (IEL), pela acolhida, pelas longas e iluminadoras discussões e, principalmente, pela alegre cumplicidade.

Aos meus pacientes, que dividiram comigo suas tristezas e alegrias, por alimentarem toda a minha reflexão.

À Silvana Perotino, Zelma Bosco e Jane Silveira: mais do que colegas de estudos, foram amigas que, cada uma a seu modo, incentivaram-me, comigo dividiram angústias e abriram-me novas perspectivas de reflexões.

Às Profas. Dras. Maria Francisca Lier-De Vitto e Viviane Veras pelas observações oportunas no exame de qualificação.

À Profa. Eleonora Albano, pela contribuição generosa nos Seminários da disciplina fonética Acústica e no LAFAPE.

Aos membros do LAFAPE, especialmente ao Antonio, a Cláudia, a Luciana pela indispensável ajuda na utilização dos instrumentais do laboratório.

À Sandra Merlo, pelas valiosas contribuições nas análises dos dados.

À minha mãe (em memória) que sempre acreditou que o amor ao estudo é a melhor das heranças e na importância de transformar sonhos em objetivos.

Ao meu idoso pai, por transmitir a sua força interior e que na sua deficiência visual tão cedo adquirida fez-me enxergar que sonhos são possíveis.

Aos meus irmãos, Carlos, Celso e Ana Elisa, que apesar das distâncias, sempre estiveram comigo.

À Cristina Lacerda, amiga de todas as horas, que soube amparar-me e ouvir-me nos momentos mais difíceis.

Às amigas Cristina Almeida e Glaura, pela amizade prestativa no “apoio logístico” com meus filhos e à Márcia pela ajuda e correções atentas.

À Capes, pelo incentivo concreto da concessão de uma Bolsa .

“Esta língua do maternal é um ficção,
permitindo dar conta das persistências que
sorrateiramente – em contrabando –
trabalham a língua, sustentando esta
proposição final: a língua materna seria o
produto do luto desta parte da mãe
distráida da criança. Ela seria o “não” que
permitiria escutar e dar a réplica ao
maternal, de escutar e de fazer escutar
também que “isso não” não é perigoso,
nem mortal para os protagonistas dessa
tragédia subjetivante”.

Jacques Hassoun “La langue de contrebande ». *La mère. Au commencement...*

Autrement n° 90 1987.

Resumo

Este trabalho propõe-se a refletir sobre a gagueira, mais particularmente a gagueira infantil. O objetivo inicial é o de interrogar um modelo teórico-clínico que toma a gagueira como consequência de um problema no plano do processamento linguístico e de uma dificuldade articulatória na realização de um grupo específico de fonemas; posteriormente, é encaminhada a hipótese sobre a formação desse sintoma na fala infantil. Nessa trajetória, vale-se do diálogo com o interacionismo em aquisição de linguagem e sua repercussão nos trabalhos sobre a clínica de linguagem, além de uma aproximação com a psicanálise. Junto aos autores desses campos de estudo, houve a busca de argumentos para pensar a incidência da fala do outro na relação entre corpo e linguagem. Essa articulação teórica permitiu pensar a fala da criança com gagueira e discutir alguns dados de fala de uma criança de 2:10 de idade, em tratamento clínico com esta pesquisadora. Tais dados ofereceram evidências para questionar as hipóteses que supõem um *locus* privilegiado de incidência da gagueira na cadeia da fala. As concepções que utilizam as mesmas categorias descritivas da fala alterada do adulto para a caracterização da fala da criança com gagueira foram problematizadas a partir de teorias da clínica de linguagem. Procurou-se abordar a constituição subjetiva e o processo de entrada da criança no simbólico, assim como o processo de aquisição da linguagem e as mudanças típicas da infância, em que se observam os efeitos da linguagem sobre o corpo da criança. A fala da criança que apresenta gagueira foi colocada em questão e o foco central foi estabelecido em torno da afetação que o sintoma gagueira produz no outro e no próprio sujeito: um modo particular de enlaçamento na e pela linguagem – a relação sujeito-língua e fala. Houve, principalmente, um diálogo com as reflexões de Fontaine (2002), em seu texto “A implantação do significante no corpo”. Isso possibilitou tecer uma indagação que implica o corpo a partir da sua relação com o significante. Abordou-se, assim, a gagueira infantil, levando em conta o entrelaçamento corpo e linguagem.

Palavras-chaves: gagueira, aquisição da linguagem, língua materna, corpo e linguagem, significante.

Abstract

This work aims to reflect about stuttering, more particularly child stuttering. The initial goal is to interrogate a theoretical-clinic model that stands stuttering because of a linguistic processing problem and of an articulatory difficulty in the accomplishment of a specific phoneme group; after that, it is carried out the hypothesis on the formation of this symptom in the child speech. In this way, the dialog with interacionism in language acquisition was used and its effect in the studies on language clinic, as well as an approach with psychoanalysis. Along with these corresponding authors, there was the search of arguments to think about the incidence of the other's speech in the relation between body and language. This theoretical articulation allowed thinking about the child speech with stuttering and discussing some speech data of a 2:10 child, in clinical treatment with this investigator. Such data offered evidences to question the hypotheses that suppose a privileged *locus* of stuttering occurrences in the speech chain. The conceptions that use the same descriptive categories of adult altered speech for the characterization of the child speech with stuttering were troubled from language clinics theories. There was an attempt to approach the subjective constitution and the process of the child entry in the symbolic, as well as the process of language acquisition and the typical changes in childhood, in which the language effects are observed on the child body. The child speech that presents stuttering was put in question and the main point was established around the concern that the stuttering symptom causes in the other and in the subject him/herself: a particular way of enlacing in and by language – the subject-language and speech relation. There was mainly a dialogue with Fontaine's reflections (2002) in his text "The significant implantation in the body". That made possible to weave an investigation that implicates the body from his relation with the significant. Thus, the child stuttering was boarded taking into account the body and language interlacement.

Key words: stuttering, language acquisition, mother language, body and language, significant.

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO.....	1
 II - PRIMEIRO CAPÍTULO: ENTRE A FLUÊNCIA IDEAL E A DISFLUÊNCIA CONSTITUTIVA DA FALA: POR ONDE ANDA A DEFINIÇÃO DA GAGUEIRA.	
1.1 Fluência e Disfluência na Literatura.....	7
1.2 Fluência e disfluência na Fala Infantil.....	15
1.3 O Corpo em Questão.....	17
1.4 A gagueira: O corpo em evidência.....	22
1.5 O corpo ainda em evidência: A Questão do bloqueio.....	26
 II - SEGUNDO CAPÍTULO: A GAGUEIRA COMO UMA FALA SINTOMÁTICA: UM DESDOBRAMENTO DA REFLEXÃO SOBRE O INTERACIONISMO	
2.1 A questão das unidades lingüísticas.....	35
2.2 A questão da consciência do falante	39
2.3 – Ainda a fala da criança.....	47
2.4 - Um breve relato.....	60
 III - TERCEIRO CAPÍTULO - O CORPO NA GAGUEIRA E O SINTOMA	
3.1 Notas sobre o corpo: de que corpo falamos?.....	63
3.2 A implantação do significante no corpo.....	69
3.3 – Uma breve retomada.....	81
 IV - BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 85
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 87
ANEXOS.....	93

REFLEXÕES SOBRE A GAGUEIRA INFANTIL NA RELAÇÃO CORPO E LINGUAGEM

INTRODUÇÃO

Gagueira: 1 fala com repetição ou bloqueio de sons ou sílabas. 1.1 problema de linguagem que causa esse tipo de fala. (Dicionário Houaiss)

Qual é, enfim, a utilidade da linguística? Bem poucas pessoas têm a respeito ideias claras: não cabe fixá-las aqui. Mas é evidente, por exemplo, que as questões linguísticas interessam a todos – historiadores, filólogos etc. – que tenham de manejar textos. Mais evidente ainda é sua importância para a cultura geral: na vida dos indivíduos e das sociedades, a linguagem constitui fator mais importante que qualquer outro. Seria inadmissível que seu estudo se tornasse exclusivo de alguns especialistas: de fato, toda gente dele se ocupa pouco ou muito: mas – consequência paradoxal do interesse que suscita - não há domínio onde tenha germinado ideias tão absurdas, preconceitos, miragens, ficções. Do ponto de vista psicológico, esses erros não são desprezíveis: a tarefa do linguista, porém, é, antes de tudo, denunciá-los e dissipá-los tão completamente quanto possível. (SAUSSURE, 2002, p.14)

Na clínica fonoaudiológica, a queixa da dificuldade de fala de uma criança é quase sempre trazida por seus pais; usualmente, a criança não se queixa a eles, ou a alguém que lhe é próximo e muito menos ao terapeuta. Este não é, contudo, o caso de L., um menino de 2:10 de idade, foco deste trabalho: ele reconhecia a existência de seu problema e, chorando, apontava para a garganta, dizendo que não conseguia falar e demonstrando visível sofrimento. Diante disso, os familiares angustiados com a situação que não melhorava procuraram um atendimento especializado. Assim a recebemos em nosso consultório.

O que faz de uma criança, com tão pouca idade, um paciente para uma clínica de linguagem? Como abordar o sintoma? Poderíamos de algum modo, levando em conta a citação de Saussure, recorrer à teoria linguística mais especificamente, aos estudos em aquisição de linguagem para dar encaminhamento a este caso de gagueira?

As perturbações na fala revelam uma presença singular do falante. O sintoma mostra um sujeito que não apresenta problema linguístico no sentido estrito, ou seja, não se pode dizer que ele tenha problema relacionado ao plano sintático, semântico,

fonológico ou mesmo discursivo; tem-se na verdade um falante, sem, porém, poder falar de outro modo, como nos mostra Pisaneschi (2001).

Muitos meninos e meninas apenas *passam* por um momento de gagueira, no período de 2 a 4 anos de idade; a criança gagueja, e na literatura encontramos muitas denominações para esta situação como *gagueira primária* (BLOODSTEIN, 1995). Outros nomes também são encontrados na literatura, como “disfluência infantil” e “disfluência normal de fala”; estas crianças não se tornam gegas e, mais tarde, nem se recordam desta sua característica: há realmente um *esquecimento* da fala infantil (PEREIRA DE CASTRO, 2006).

Dilema frequente para profissionais que lidam com crianças é fazer a distinção entre a disfluência normal e a fala com gagueira. Qual o fenômeno realmente característico da gagueira: o bloqueio, a repetição ou o prolongamento? A dificuldade em circunscrever um fenômeno característico deste tipo de fala, que será objeto do primeiro capítulo, deve-se ao fato da impossibilidade de uma descrição que abarque a disfluência normal, quanto à gagueira. Também não se antevê quais crianças ficarão aprisionadas nesta posição peculiar e que não conseguirão, nem mesmo, perceber que eles também falam com fluência em grande parte do tempo da sua interlocução.

A gagueira é singular pelo fato de se apresentar como queixa de fala: é imediatamente observada assim que a criança começa a falar. Percebem-se unidades da língua se desfazendo e refazendo, a linguagem ficando à margem do problema. Esta questão não é clara entre os estudiosos, que andam em círculos para descrever e mesmo para definir o fenômeno.

Podemos constatar na literatura – quase exclusivamente internacional e na qual a prática clínica se ancora - que não há menção à questão da fala: a única referência é a linguagem, que é tomada de acordo com o que pode apresentar de comportamentos e habilidades. Sendo a linguagem uma habilidade, é determinada pelas dimensões psicológica, social e biológica. Ela, assim, expressa “valores sociais”, “emoções”, “estados afetivos” ou “uma concepção biológica”.

Nessa proposta, como esclarece Pisaneschi (2001), ao comentar o estudo de Friedman (1997, 1999), “a linguagem fica presa à problemática da complementaridade” (PAUL HENRY, 1992; LIER-DE VITTO, 1998b); “... as ciências humanas não têm conseguido escapar à polaridade ‘psicológico/social’ e não podem incluir um pensamento consistente sobre a linguagem e seu papel determinante do humano” (p. 57). Pisaneschi comenta, ainda, que as pesquisas estão atreladas à dualidade filosófica

clássica organismo/mente, e a linguagem é vista como exterioridade, habilidade - como comportamento observável e expressivo/comunicativo.

É tradicional, na Fonoaudiologia, tomar o aparato teórico e metodológico da linguística e acabar reconhecendo a fluência na fala como habilidade. Esta visão traz a noção de um sujeito falante que assume a posição de quem escolhe, decide, controla o que da língua passa para a sua fala. Segundo este enfoque, que será discutido no capítulo 2, o indivíduo é, ainda, capaz de constituir estratégias para facilitar sua expressão oral, para controlá-la e manipulá-la. Tais estratégias, que revelariam um saber metalinguístico, podem, até momentaneamente, despistar a gagueira em uma situação mais controlada de fala, mas não faz cessar a dificuldade, reforçando a ilusão do sujeito sobre o domínio da sua fala.

A abordagem da gagueira aqui presente difere dessa perspectiva acima descrita e adotada por alguns fonoaudiólogos, pois um dos pontos essenciais de nossa reflexão é que a gagueira é um fenômeno de linguagem. Pereira de Castro (1998, 2006) observa que a língua materna é uma experiência única e inesquecível e que, uma vez capturada pelo funcionamento da língua materna, a criança, na posição de falante, esquece a fala infantil. Em suas pesquisas (2003), a autora faz também uma distinção entre organismo e corpo, referindo-se ao primeiro na generalidade da espécie e ao segundo, na sua dimensão de singularidade.

Tal distinção mostra-se também importante, principalmente para se pensar a relação corpo e linguagem na análise dos episódios da fala da criança com gagueira em que se observam os efeitos da fala no seu corpo. A autora procura refletir sobre o processo de entrada da criança no simbólico, sobre a aquisição de linguagem e as mudanças típicas da infância, em que se observam os efeitos da linguagem sobre o corpo do bebê. Nesse sentido, pergunta-se: “como se define o corpo para que se reconheça que sobre ele incidem os efeitos da fala de um outro?” (idem, p. 60).

Considerando esta questão, abriu-se um caminho para se pensar na afetação que o sintoma gagueira produz no outro e no próprio sujeito: um modo particular de enlaçamento na e pela linguagem – a relação sujeito-língua/fala. Segundo a autora, os tropeços na trajetória de *infans* a sujeito falante, isto é, o erro, o equívoco, o heterogêneo que comparecem na fala da criança são fenômenos que dão todo sentido à hipótese da aquisição como um processo de subjetivação, tal como definido por De Lemos (2002), entre outros. Daí nosso interesse em tomar a gagueira no processo de subjetivação da criança pela linguagem, em contraponto ao posicionamento da

Fonoaudiologia que, frequentemente, trata a gagueira segundo critérios de fluência e disfluência da fala, excluindo de sua reflexão a noção de corpo pulsional.

As considerações de Lier-De Vitto & Carvalho (2008) sobre os interacionismos sustentaram parte do nosso diálogo com o interacionismo em aquisição de linguagem ao qual nos filiamos. Forneceram, além disso, subsídios para o reconhecimento de que, nas pesquisas sobre a gagueira, em que a fala da criança entra em evidência, a interação é vista como comunicação e a linguagem é instrumento que transmite o mal-estar com a fala alterada. Tais reflexões permitem, ainda, o reconhecimento de que, nas abordagens sobre a gagueira, não se levam em conta os efeitos significantes entre falas, nem nas organizações do diálogo e muito menos na constituição subjetiva da criança.

Os episódios de fala da criança L. vão contribuir para o encaminhamento das reflexões, na medida em que o foco da discussão desses dados é a oscilação entre falas com gagueira e sem gagueira, o que permite duvidar das hipóteses sobre o privilégio de algumas consoantes. De acordo com Pereira de Castro¹, é importante dar à fala do outro uma função primordial na relação corpo e linguagem – “pelo fato de o homem aprender a reconhecer seu corpo pelo intermédio do outro” (idem, p. 59).

Tendo em vista a hipótese de que o corpo do *infans* é afetado pela fala do outro, há que se explorar também, no capítulo 3, as considerações De Lemos (2007) e de Azenha (2006) em que concebem o sujeito como efeito da captura que o simbólico (a linguagem) opera sobre o real de um organismo, a partir do imaginário materno. A primeira autora revela no seu trabalho, “Da angústia na infância”, o fato de ter se dado conta “da incoerência de colocar a criança na posição de quem se apropria da língua – dada a sua alteridade radical e a anterioridade lógica desta – e passado a conceber a criança como capturada por seu funcionamento, essa captura não implicava conflito” (p. 5). Conflito que pode se esperar do embate entre heterogêneos, corpo e linguagem, nas palavras da autora: “da posição da criança como objeto do desejo do Outro materno, indicador da falta e portador de enigma” (ibidem).

Isso abre um espaço para se pensar a gagueira como uma forma singular do sujeito estar na língua constituída e nos efeitos do significante no corpo, apontando para o que escapa à captura da linguagem. As interrogações que se postaram a partir das reflexões sobre o interacionismo em aquisição de linguagem, a clínica de linguagem em

¹ Referindo-se a Lambotte, 1996.

que a fala da criança com gagueira insistia em nos mostrar, permitiram um deslocamento e a procura de um caminho alternativo, para as nossas inquietações. Essa procura culminou, ainda no terceiro capítulo, no acompanhamento de perto das reflexões de Fontaine (2002), e o alerta de Lacan ao dizer que não se trata mais somente de teorizar o modo como o signo adquire sua qualidade de significante, mas de saber como alguma coisa da linguagem ressoa no corpo (p.163).

A partir do argumento de Pereira de Castro de que o corpo do *infans* é afetado pela fala do outro, e das colocações De Lemos e Fontaine (2002), entre outros, no que concerne à entrada da criança na linguagem e a implantação do significante no corpo, neste trabalho, encaminhamos a nossa reflexão sobre a gagueira na fala da criança no entrelaçamento corpo e linguagem. O terceiro capítulo se encerra com um breve comentário sobre a trajetória de L. no processo terapêutico conosco.

CAPÍTULO 1 - ENTRE A FLUÊNCIA IDEAL E A DISFLUÊNCIA CONSTITUTIVA DA FALA: POR ONDE CAMINHA A DEFINIÇÃO DA GAGUEIRA

A investigação sobre a gagueira, ver-se-á, neste capítulo, inclui quase sempre uma reflexão sobre a questão da fluência do falante e seu polo de disfluência, tomado por certos autores como equivalente à própria gagueira. O intuito é, de certo modo, percorrer essa discussão, ou parte dela, e, ao longo deste e dos capítulos subsequentes, encaminhar nossa hipótese sobre a formação desse sintoma na fala infantil e seu destino na clínica de linguagem.

1.1 Fluência e disfluência na literatura

No âmbito da Fonoaudiologia (PEREIRA, 2003), encontra-se uma concepção de linguagem que tende a ser tomada como objeto a conhecer, que pode ser naturalmente apreendido por um indivíduo devidamente dotado de capacidades perceptuais e cognitivas. As pesquisas sobre gagueira buscam certa homogeneização da língua ao tentar descrevê-la em relação à fluência e disfluência de fala. No entanto, isto parece inadequado, já que não há um padrão de fluência ideal, mas somente falas que são disfluentes, tanto na dita “fala normal”, quanto naquela com gagueira.

Há dois pontos de tensão fundamentais na forma como a fluência é vista na literatura. O primeiro é encontrado no confronto entre os estudos da área de Distúrbios da Linguagem, os quais se voltam para as dificuldades motoras da produção da fala, e que tentam entender as disfluências a partir do que é tido como normal. Os estudos dessa área acabam se deparando com um problema crucial e as pesquisas mostram a dificuldade encontrada pelos pesquisadores para ultrapassá-lo.

Tal dificuldade consiste no fato de a gagueira ser facilmente reconhecida por falantes de uma língua, mas coloca uma difícil tarefa para o investigador: a sua definição e descrição. Do outro lado, as análises dos linguistas procuram apreciar os trechos fluentes da fala considerados como adequados e produtivos. Tanto um como o outro acabam por definir a fluência como sendo trecho de enunciado destituído de disfluência, de prolongamentos ou pausas.

O segundo ponto de tensão consiste na dificuldade em atribuir traços fluentes/disfluentes e mensurá-los. Esta abordagem apresenta um inegável complicador: o ouvinte é quem interpreta a fala como fluente ou disfluente. Como alerta Pisaneschi (2001, p. 7), pelo fato de as definições tenderem a ser descritivas, as pesquisas procuram destacar traços da gagueira, ou seja, especificar características observáveis da fala com gagueira. Pesquisadores como Bloodstein (1987) e Van Riper (1990) almejaram estabelecer “medidas objetivas” do comportamento de gagueira, mas tal “objetividade” não foi atingida, pois, na ausência de mensurações satisfatórias, o “julgamento de ouvintes” passou a ocupar posição central (aspas da autora, *ibidem*).

Seguindo a discussão de Pisaneschi (*ibidem*), aqueles autores admitem a limitação dos recursos metodológicos para abordar aspectos prosódicos na apreensão de “comportamentos típicos da gagueira”. Pelo fato de a objetividade não ser atingível e, na ausência de medidas satisfatórias, passaram, então, a julgamentos de ouvintes; apelaram para critérios subjetivos da produção e da percepção.

Tais definições não tratam da diferença de qualidade presente nas alterações motoras da fala, como apreendemos da apropriada observação da autora: “mensurações podem captar ‘quantidade’ de disfluência, mas não sua ‘qualidade’” (*idem*, p. 8). Note-se que, embora os autores admitam que as interrupções ocorram no momento da produção dos sons, ou, ainda, que as interrupções e o bloqueio constituam o aspecto dominante na gagueira, ou também afirmem que o falante gago sabe a palavra que deseja dizer, mas é incapaz de dizê-la, a gagueira tem sido definida como um problema de fluência de fala.

Afinal, portanto, a que se refere o fenômeno fluência? Os traços que servem de base para as medidas comparativas, tanto as utilizadas para a fala infantil quanto as usadas para a mensuração do fenômeno de fluência/disfluência na fala adulta, são os mesmos:

- interjeições;
- repetição de parte de palavra;
- repetição de palavra de uma sílaba;
- frase incompleta ou retomada;
- fonação disrítica;
- pausa tensa (isto é, preenchida);
- repetição de palavra polissilábica;
- repetição de frase ou sintagma

Esses traços acabam sendo motivos de muitas pesquisas na Fonoaudiologia por causa da gagueira, diferentemente das pesquisas linguísticas, como afirma Scarpa (1995, 2006), para quem as disfluências são encaradas como itens marginalizados. Por outro lado, a fala da criança, tanto em um como no outro campo de estudo, não é tida como relevante e nem tampouco considerada como portadora de evidências linguísticas importantes para a análise.

Scarpa (2006) lembra-nos que alguns pesquisadores em psicolinguística tentam estabelecer critérios de previsibilidade das taxas de incidência de disfluência através de tarefas experimentais e laboratoriais (LICKLEY, 2001). Nos estudos sobre gagueira, Curlee e Siegel (1991) mostram que a disfluência depende do tipo de tópico dentro do diálogo. Os tópicos que requerem mais planejamento, como respostas complexas e negativas, tenderiam a promover mais frequentemente episódios de disfluência do que aqueles de pequeno planejamento. Como afirma Scarpa (2006): “mais uma vez, marcas que são linguísticas têm explicação deslocada para um domínio fora da língua, como, por exemplo, o cognitivo: o do planejamento e processamento linguístico” (p. 164).

Parece que não somente os estudiosos dos distúrbios da comunicação apresentam ambiguidades nas definições distintivas entre fluência e disfluência, mas também os linguistas. Scarpa (1995), ao citar o artigo de Fillmore (1979), relata que a fluência já fora objeto de reflexão no cerne das discussões polêmicas sobre os conceitos de competência e performance nos anos 60 e 70. Havia, entretanto, naquelas considerações, uma separação entre o conceito de fluência da língua e as definições baseadas em motricidade, opondo, desde o início, conhecimento ao uso.

Segundo a autora, a imperfeição do *input* está fora do “conhecimento linguístico”. Logo, a fluência/disfluência nele não encontra lugar e caberia, então, ao uso acolher tal problemática porque o uso é o campo da variação e das diferenças individuais (p. 164). Fillmore admite que a palavra fluência abarque uma vasta gama de habilidades linguísticas e apresenta-a em quatro tipos:

- 1- habilidade/capacidade de falar extensamente, com poucas pausas, de preencher o tempo com fala - como disc-jockeys ou locutores esportivos;
- 2- domínio dos recursos sintáticos e semânticos da língua: a habilidade de falar com sentenças; os enunciados são coerentes, pensados e “semanticamente densos”;
- 3- habilidade de ter coisas apropriadas a dizer numa variada gama de contextos;

- 4- habilidade de demonstrar uso criativo e imaginativo da linguagem, de expressar as ideias de modo diferente, no uso de trocadilhos, na criação de metáforas, etc.

Diante desse quadro, Scarpa acaba concluindo que a palavra “fluência” tem acepções diversas, tanto do ponto de vista da motricidade, como do desempenho no uso da linguagem. Além disso, ao analisar a tensão entre simplicidade e complexidade articulatórias, argumenta que “as demandas por contrastes perceptuais diminuem, o gesto se simplifica, cedendo lugar à disfluência”. Assim, “fluência/ disfluência estão na base dos mesmos processos dinâmicos de processamento da fala” (idem, p. 166).

Merlo (2006), em seu trabalho sobre hesitações na fala semi-espontânea, através da análise por séries temporais, afirma que há “a possibilidade de as hesitações apresentarem-se periodicamente em textos falados e suas relações com tipos textuais, apoio visual e conhecimento declarativo” (p. 13). Em seus comentários, aceita a fluência como habilidade linguística e considera que pausas silenciosas hesitativas, pausas preenchidas, repetições hesitativas, prolongamentos hesitativos e falsos inícios (corrigidos e abandonados) são marcas de hesitações; em contrapartida, pausas silenciosas fluentes, repetições fluentes ou reformulações, correções e marcadores discursivos não são exemplares de hesitação.

Essa autora cita ainda alguns pesquisadores (LENNON, 1990; LEVELT, 1989; SCARPA, 1995; SCHIMIDT, 1992) os quais, também, comungam do conceito de que a fluência é mais uma habilidade do que um conhecimento linguístico. Isto não quer dizer que o conhecimento linguístico não influencia na habilidade de ser fluente. Merlo apresenta sua concepção de habilidade:

O conceito de habilidade está ligado à noção de memória implícita ou procedimental, que se refere ao “como fazer” algo. Duas características são típicas. Em primeiro lugar, a habilidade é adquirida gradualmente com a prática (SQUIRE & KNOWLTON, 1997), ou seja, para ser fluente é necessário falar muitas vezes e, quanto mais experiência, mais a habilidade se aprimora. Em segundo lugar, a habilidade tende a ser mais flexível do que o conhecimento, isto é, ser fluente em conversação rotineira face-a-face não significa necessariamente ser fluente em conversação ao telefone ou em apresentações em público. Segundo Chambers (1997), o desenvolvimento de habilidade de fluência implica o desenvolvimento de mecanismos linguísticos automáticos e pouco conscientes, os quais diminuem a carga de processamento, originando enunciados mais longos e mais complexos (idem, p. 19).

A autora ressalta, ainda, que este conceito é muito utilizado nas considerações acerca da língua materna, segunda língua ou da língua estrangeira. Nesse enfoque, a fluência é tomada como habilidade: o sujeito é capaz de constituir estratégias para facilitar sua expressão oral, controlar e manipular.

Enquanto o estudo de Fillmore (1979), que também considera a fluência como uma habilidade, toma as disfluências de um ponto de vista negativo, Merlo considera as hesitações como atividades da formulação textual. Isto é, a autora não as vê de maneira negativa, mas como processos que ocorrem na formulação textual, quando o falante se depara com dificuldades. Dessa forma, eis a citação da autora:

À primeira vista, as hesitações podem parecer erros, defeitos ou disfunções presentes no texto. Entretanto, atualmente, as hesitações não são vistas de forma negativa, mas de forma construtiva. As hesitações são consideradas atividades problemáticas de formulação textual e ocorrem quando o falante se depara com dificuldades no processamento ou na verbalização da informação, não encontrando de imediato uma alternativa para construção textual, sendo obrigado a interromper momentaneamente o texto para resolver sua dificuldade (idem, p. 19).

Ramos (2008), por sua vez, contraria essa posição ao salientar que aqueles estudos, além de, geralmente, abordarem o problema sob a ótica da Teoria da Comunicação, analisam a fala adulta tomando-a como uma questão de prática. Assim, a descrição das disfluências fica restrita a fins demonstrativos da qualidade defeituosa da produção linguística.

Parece vir daí a concepção do sujeito capaz de controle – aquele que desenvolve estratégias cognitivas para evitar a gagueira, criticada nos estudos de Pisaneschi (2001). Invoca-se a consciência do falante gago: “pessoas que gaguejam sabem”; “os gagos usualmente antecipam”; “eles tendem a sentir”. Em face desta “consciência”, o falante gago desenvolveria “estratégias” ou “compensações” para contornar os momentos de gagueira. Este “saber do falante” (PEREIRA, 2003) colocaria o sujeito na condição de senhor da própria fala.

Entretanto, como se pode observar na clínica, mesmo com muitos treinos e ainda que recorrendo a diversas estratégias, paradoxalmente, o falante é incapaz de evitar a gagueira. A facilidade, suavidade ou pouco esforço na emissão é mais um dos aspectos que afeta a fluência, sendo geralmente avaliada a partir de uma impressão global e qualitativa do sujeito (CHAMBERS, 1997, *apud* MERLO, 2006, p. 25).

Apesar de os estudos já mencionados focarem sua atenção na produção da fala e observarem que as tensões, o esforço e a dificuldade articulatória são características exclusivas da gagueira, os pesquisadores não abandonam - e ainda acham seguro - definir gagueira baseando-se em critérios de fluência e disfluência. O estudo de Merlo foi categórico em afirmar que nenhuma periodicidade de hesitação pode ser atribuída à articulação e que as disfluências são comportamentos que podem ser antecipados.

Note-se que, ao fazer essa observação, a autora dialoga com aqueles que estabelecem um vínculo entre gagueira e dificuldade de produção articulatória (BLOODSTEIN, 1993, 1995; VAN RIPER, 1990). Merlo, ao tratar do problema mencionando apenas como uma questão da disfluência – a gagueira é vista como um “distúrbio da fluência” -, de certo modo, afasta-se da discussão sobre a especificidade da gagueira.

A afirmação de que as disfluências são comportamentos que podem ser antecipados também devem ser encaradas com restrição: numa situação mais controlada de fala talvez isso realmente possa acontecer. Nessa concepção, o falante é aquele que usa a linguagem; portanto, as situações sociais, interacionais ou estados emocionais, enfim, as condições externas afetariam a sua condição de falante e seriam passíveis do controle do sujeito.

Novamente voltamos ao estudo de Pisaneschi (2001), para quem, numa concepção que busca uma articulação sujeito–língua–fala, mesmo sabendo-se gago, o sujeito não pode evitar a gagueira. Ela argumenta que o saber atribuído ao gago é mais um complicador e não esclarece a sua incapacidade de dizer o que sabe. Em suas palavras: “Como compatibilizar ‘saber’ e ‘não saber’ - saber e não poder dizer? O que operaria aí que seria mais forte que o saber?” (p. 12). A autora sinaliza para o fato de que o problema não parece estar no “saber o que dizer” e sim na impossibilidade de evitar a gagueira.

O que se pode inferir com essas observações é que, mesmo que em algumas situações o sujeito falante gago possa antecipar o bloqueio e conseguir falar, isso não é garantia para a resolução do seu problema de fala. Essa possibilidade torna-se uma obsessão para o sujeito e muitas concepções sobre a gagueira acabam também reforçando essa atitude, pois não procuram quebrar esse movimento que só aumenta a sua dificuldade.

Ainda neste capítulo o tema da especificidade da gagueira será novamente abordado. Por ora, contudo, é de se concordar com Scarpa (2006), no seu comentário sobre a discussão a respeito do binômio fluência/disfluência:

A fluência falada é, assim, um ideal da escrita. A criança que gagueja não desemboca na teologia do sujeito adulto fluente. O sujeito histórico fluente também é uma abstração. A linguagem em uso é faltosa e incompleta – os discursos transitam por outros discursos e quem faz a fluência é o outro. O outro recompõe as disfluências e imperfeições da fala – ou convive com elas (p. 174).

A autora pergunta-se, ainda, sobre o que fazer com a hipótese de “pobreza de estímulo”, que parte do pressuposto de que o falante/ouvinte ignora as disfluências. Ela também se interroga se é plausível pensar em disfluência de produção distinta de uma fluência da recepção: haveria diferença entre o que é produzido e o que é recebido? Seriam processamentos diferentes, o de quem fala e o de quem escuta? Falar e ouvir seriam produtos distintos, objetos de duas teorias diversas?

Para ela, uma visão de linguagem, que leve em conta a relação entre discursos como interpretantes, evitaria a divisão pouco econômica ou improdutiva em processamentos distintos: um para a produção e outro para a recepção. Fenômenos como pausas fora de lugar, hesitações, interrupções da cadeia de fala, inserções ou reduções de fragmentos, retomadas, repetições, falsos começos e reelaborações, antes considerados “atividades epilinguísticas”, foram tratados por esta autora apenas como “atividades da língua” (idem, p. 175), possibilitando um olhar mais abrangente sobre a fluência/ disfluência.

Tal explicação alternativa encontra guarida na análise do discurso, ou, mais precisamente, em Pêcheux (1990), que se refere à “primazia” da língua sobre a linguagem, sobre o discurso, a fala, o texto ou sobre a interação conversacional:

A consequência [desta primazia] é que toda descrição – quer se trate da descrição de objetos ou de acontecimentos ou de arranjos discursivo-textual, não importa, a partir do momento em que nos prendemos firmemente ao fato de que “não há metalinguagem” – está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinado) de pontos de deriva possíveis,

oferecendo lugar à interpretação (PÊCHEUX, 1990, *apud* SCARPA, 2006, p. 175).

Assim, cada pausa, cada hesitação, revela um momento em que o enunciado pode mudar o seu curso e tornar-se outro; é marca formal da possibilidade de deriva e, ao mesmo tempo, delimita os trechos disfluentes, aqueles em que há um descongelamento da língua que a deixa à deriva. Em oposição, há os trechos fluentes, enunciados congelados, fragmentos de discurso que se alternam com os trechos disfluentes do falante ou do outro.

Ainda segundo Scarpa, o binômio fluência/disfluência indica diferentes relações do sujeito com a língua. Isto é, a fluência, reconhecida pela estabilidade do enunciado, “é encontrada em partes cristalizadas, congeladas - blocos incorporados do discurso do outro colocados em relação de contigüidade ou substituição discursiva” (DE LEMOS, 1992, *apud* SCARPA, 2006, p. 176). A disfluência, por outro lado, também revela o funcionamento da língua através da instabilidade que deixa transparecer a “língua à deriva” (*ibidem*).

Sem a pretensão de separar “conhecimento de uso”, nem estimular a cisão entre produção e recepção, Scarpa procura interpretar os fenômenos de uma forma positiva, não como situações desviantes, mas numa concepção de língua e de sujeito na sua relação com sua fala e a fala do outro. Ela aponta que “a fluência é um ideal da escrita - uma abstração - e a tentativa de mensurar traços ‘audíveis’ e ‘visíveis’ da disfluência é mesmo trabalho inútil e frustrante” (*idem*, p. 177).

Se a procura de mensuração desses traços é frustrante, podem-se, por outro lado, apontar, nessa discussão sobre a disfluência na linguagem, dois pontos dignos de nota: o primeiro diz respeito ao conceito de habilidade – presentes nos trabalhos de Fillmore (1979) e Merlo (2006) dentre outros autores também por ela citados. Tal conceito assenta-se - pelo menos em parte - na noção de prática, de experiência, que garantiriam a habilidade (fluente) do falante. Nesse sentido, é plausível dizer que o corpo do falante é pensado como um organismo que, sob o treino, passa a funcionar à perfeição.

O segundo ponto insinua-se neste trabalho de Scarpa, o qual, de certo modo, se contrapõe à hipótese anterior, ao admitir que a linguagem em uso seja “faltosa e incompleta” e reconhece o funcionamento da língua atravessando - com pausas fora de

lugar, hesitações, rupturas da cadeia, inserções ou reduções de fragmentos - a fala do sujeito falante.

1.2 Fluência/disfluência na fala infantil

Na aquisição de linguagem, os dados têm-se encontrado na “marginalidade” do recorte epistemológico. É o que Scarpa (2001-b) levanta como um interessante desafio para a teoria linguística. Pela semelhança entre o estudo de aquisição e de perda linguística, do ponto de vista do recorte e eleição dos dados empíricos, a autora esclarece: “Ora, é exatamente por tocar nas franjas da normalidade que a aquisição e a afasia apelam para a explicação do linguístico, da natureza da linguagem” (p. 62). Este seria o caso da gagueira infantil, não frequentemente abordada na literatura e sempre descrita pelos mesmos parâmetros da fala adulta.

De Lemos (1995, 2001, 2002), na área de Aquisição da Linguagem, observa que esse quadro se agrava quando se trata da fala infantil, porque ela é permeada por pausas, repetições, hesitações e falsos começos que “atrapalham” a análise dos dados, os quais sofrem uma verdadeira “higienização”: os dados são adequados à teoria utilizada pelo pesquisador e os itens “problemáticos” são eliminados da análise. De acordo com a autora, “(...) na medida em que uma teoria é usada – usada ou aplicada – na descrição dos enunciados da criança, dela parece vir a autorização e, mesmo, a garantia da legitimidade dessa prática descritiva” (1995, p. 9).

Ramos (2008), tratando de dados de hesitação e rupturas na fala de crianças entre um e quatro anos, sob um prisma que reflete um movimento contrário às abordagens que marginalizam os dados de aquisição e afasia, em consonância com Scarpa (2001-b, p. 62), alimenta a discussão sobre a questão da fluência e disfluência em nossa pesquisa. O trabalho da autora é importante pelo fato de as pesquisas sobre o fenômeno fluência/disfluência carecerem de dados da fala infantil, o que não poderia ser diferente em relação à gagueira, uma vez que a fala da criança com essa patologia ainda continua fora dos estudos linguísticos. Ela afirma que a hesitação e a ruptura, mesmo sem encará-las sob um prisma patológico, são vistas, muitas vezes, como “problema” ou “erros” (aspas da autora).

O percurso da criança pela língua é marcado, de acordo com De Lemos (2002, dentre outros), por sua mudança de posição na relação com a língua que a captura. Essa mudança ocorre através de três posições marcadas: pela dominância da

fala do outro, pela dominância do funcionamento da língua e pela dominância da relação do sujeito com sua própria fala. Seguindo De Lemos, em seu artigo de 2002, Ramos (2008) argumenta que essas posições são as que se dão nas primeiras narrativas da criança:

- i. como fragmentos da fala da mãe;
- ii. posteriormente, como surgimento de enunciados maiores resultantes do cruzamento de fragmentos de diversas origens, o que possibilita o aparecimento de erros linguísticos e textuais;
- iii. como rejeição às intervenções da mãe e reformulação de seus próprios enunciados, quando a criança já é capaz de sustentar a narrativa.

Vale ressaltar que, nesse caminho, também ocorre uma mudança no papel desempenhado pela criança diante da narrativa, a qual assume os papéis de personagem, narrador e autor - o que não deixa de revelar mudanças em sua relação com a língua. Ramos afirma: “Essa trajetória é marcada por repetições, hesitações, rupturas e reformulações, fenômenos que revelam um movimento da língua sobre si mesma e no sujeito” (idem, p. 76).

A autora esclarece, ainda, que a função das disfluências - no caso, das hesitações na estruturação da fala, base do seu trabalho - está igualmente presente nas narrativas como nos episódios dialógicos da fala espontânea. Em ambos os casos, as hesitações levam a pontos de deriva e são efeitos da relação do sujeito com a língua, com o outro e com sua própria fala. Além disso, “mostram-se como vestígios do sujeito na segunda posição, que é aquela em que predomina no funcionamento da língua” (idem, p. 77).

Para ela, o que se denomina disfluência não deve ser entendido como um transtorno de fluência, mas como elementos integrantes da fala, os quais, portanto, não devem ser eliminados das análises. Deste modo, pode-se concluir com a autora:

Ao longo desse trabalho pudemos observar que rupturas e hesitações são indícios da presença do sujeito no movimento da língua, marcando uma diferença entre a fala do outro e a fala da criança e reafirmando sua mudança de posição diante da língua, de forma que o lugar cedido não é um espaço apenas do outro ou da língua, é um espaço do sujeito também. Assim, a matriz é sempre dialógica, pois a hesitação permite a entrada de outros interlocutores ou de outros discursos, outras falas, e a circulação do discurso evidencia a tensão entre dois “eus”: o eu narrador e o eu falante, isto é, a aquele que fala *versus* aquele do discurso (idem, p. 78).

Após essa breve discussão, pergunta-se: quais as relações entre os fenômenos de ruptura e hesitação e a gagueira? É possível aproximá-las ou tomá-las como variações fenomênicas de um mesmo problema? Para ajudar essa reflexão, é importante que se observe como a Fonoaudiologia e as pesquisas psicolinguísticas realizam a análise linguística da gagueira. Antes, porém, cabe introduzir primeiramente alguns aspectos das complexas relações entre corpo e linguagem, que no interacionismo e em aquisição de linguagem não se fazem sem que se convoque a fala do outro e seus efeitos no corpo do *infans*.

1.3 O corpo em questão

Na seção 1.1, observou-se que o conceito de habilidade se assenta – pelo menos em parte - na noção de prática ou de experiência. Tomou-se esse argumento para dizer que o corpo do falante é nessa hipótese pensado como um organismo que, com treinos e muitas situações de fala, passaria a funcionar à perfeição.

Em contrapartida, observou-se, mais precisamente em Pisaneschi, uma outra concepção que inclui uma discussão do sujeito na língua. Podemos dizer que estamos em consonância com a autora, na medida em que não podemos deixar de assumir que a linguagem antecede o sujeito; ela o captura, encarna em seu corpo e produz um sujeito que é o seu efeito (LEMOS, 2002).

Como argumentou Pisaneschi (2001), em sua longa discussão sobre a gagueira, esta atinge o corpo do sujeito, fixa-o numa posição em que se torna incapaz não só de falar o que gostaria, mas também de evitar que outras partes do seu corpo (cabeça, mãos) acompanhem a sua fala; ela provoca um excesso de tensão no corpo da fala, mas, apesar dessas manifestações, não se detectam lesões no organismo, o que impede de se atribuir a ele uma falta que seja determinante. Assim, observamos nos casos de gagueira que, onde o sujeito não está, isto é, quando sua fala se afasta momentaneamente de um comprometimento subjetivo – como nos casos do discurso citado, incorporado ao discurso do outro, ao cantar uma música, dizer um poema ou mesmo quando o falante relata situações já vivenciadas - o corpo se aquieta e ele não gagueja, pelo efeito do deslocamento de sua posição subjetiva.

Inicialmente, é importante introduzir aqui uma reflexão sobre o corpo e a linguagem para darmos seguimento ao que parece ter ficado em aberto: a questão da descrição da gagueira enquanto acontecimento na fala. É importante ressaltar que a

gagueira leva à disfluência, mas, também, que há uma diferença qualitativa em relação à disfluência de fala descrita na literatura, fenômenos que para nós não são equivalentes.

O artigo de Pereira de Castro (2003), “Apontamentos sobre o corpo da Linguagem”, evidencia a necessidade de distinguir organismo e corpo, referindo-se ao primeiro pela generalidade da espécie e ao segundo, pela sua dimensão de singularidade. Para a autora, a inclusão do corpo em oposição ao organismo tem ainda outro alcance, à medida que ela discute a incidência da fala do outro na relação entre corpo e linguagem: “Reconhecê-la acarreta consequências diversas, entre outras, o deslocamento da noção de corpo de um registro puramente orgânico. Se ele é condição necessária para a linguagem, pela fala de um outro o corpo é por ela transformado” (p. 49).

Ainda segundo ela, a aquisição de linguagem e as mudanças que caracterizam a infância impõem o reconhecimento da relação entre corpo e linguagem. Isto é, trata-se do “destino singular que esta imprime àquele e, por outro lado, as consequências para uma reflexão sobre as relações entre os dois quando se exclui, por imposição dos pressupostos teórico-metodológicos, o outro-falante” (idem, p. 50). Para a autora, mesmo quando os autores discutidos não consideram a fala do outro como determinante do reconhecimento pela criança do seu próprio corpo, ou desconhecem a sua função primordial no processo de aquisição de linguagem pelo *infans*, pode-se muitas vezes dizer que esta fala “insiste nas bordas da teoria à espera que se lhe reconheça um valor pelos efeitos que promove sobre o corpo nascente” (p. 50).

Dentre os trabalhos discutidos pela autora, destacamos aqui o de Henry Wallon (1970), caso exemplar em que o outro é reduzido ao lugar de objeto do conhecimento. De fato, ao estudar as reações da criança frente ao espelho, diante da sua própria imagem especular e da imagem do outro, Wallon se refere ao adulto como “corpo falante e atuante”, mas nada do que este diz é reconhecido como determinante das mudanças que se operam na criança.

Para Pereira de Castro, a cena do espelho foi descrita e interrogada minuciosamente por Wallon e seus interlocutores: Preyer, Darwin e Guillaume, bem como, por Baldwin e Gesell. Entretanto, como é sabido, foi Lacan que, ao retomar a questão, se contrapôs a toda filosofia do *cogito* e interpretou a cena pela “função do outro na afirmação do eu” (idem, p. 59). Lacan, segundo a autora, permite “dar à fala do outro, a relação entre o adulto e o bebê humano, a dimensão entre corpo e linguagem –

pelo fato de o homem aprender a reconhecer seu corpo pelo intermédio do outro” (ibidem).

Em um esforço de síntese de Pereira de Castro, pode-se dizer que a autora não se limita ao trabalho de separar a noção de organismo daquela de corpo. Seus argumentos caminham no sentido de uma indagação sobre o papel do outro – sua fala, sua interpretação – na relação entre corpo e linguagem. Nessa direção argumentativa, a autora chega a confessar: há que se “buscar o outro lá onde ele não estava, pelo menos não explicitamente, para, ao trazê-lo, indagar sobre os efeitos de sua fala no corpo nascente” (idem, p.59-60).

Voltemos, então, à gagueira, na busca de sua particularidade qualitativa face à disfluência de fala. É fato inegável e observável no nível do fenômeno que muitas crianças gaguejam, mas isso não é necessariamente tomado como “patológico”. A gagueira existe e é vista, em determinadas circunstâncias, como um fenômeno passageiro. Na literatura fonoaudiológica e médica, é difundida a ideia de que a gagueira se confunde com a disfluência normal na infância. Por isso, muitos pediatras e fonoaudiólogos orientam para que não se chame a atenção da criança e nem a estigmatize como gaga, pois, enquanto episódica, ela acabaria por se extinguir em um curto período de tempo.

Não seria difícil pensar que a gagueira “fisiológica” vem entendida como um sinal de “imaturidade”, ou de “pouca coordenação” de um corpo meramente orgânico. Essas correlações estariam baseadas no desenvolvimento da fala e da linguagem e nos processos de maturação fisiológica e outros de natureza neuroanatômicos que fundamentam tais eventos. Esses motivos levam a que se denomine a gagueira, no período infantil aludido, de “natural”.

Se o fenômeno é tido como “natural”, pode-se concluir que, em geral, a Fonoaudiologia e a Pediatria esperam a maturação da criança para passar de um primeiro diagnóstico, calcado na possível imaturidade da criança para o diagnóstico de gagueira. Como não se considera o corpo como psiquicamente constituído, somente quando o fenômeno “se instala” é que o caso ganha matizes patológicos. Surgem inúmeras hipóteses sobre o corpo, como a questão do esforço despendido por ele, ou o enfoque recai no psicológico, no mental – a consciência, a evitação, etc.

Segundo uma hipótese cronológica dessa alteração, o corpo, como organismo da espécie, tem seu biorritmo: em um primeiro momento, a gagueira faz parte do desenvolvimento e, só depois de esgotado um tempo, poderia ser classificada

como patológica. O critério temporal pretenderia ser qualificado como o fiel da balança nesta questão da passagem de um fenômeno episódico para uma “fala sintomática”. Tal critério não traz, em seu bojo, qualquer parâmetro de distinção entre a fala normal e patológica, e somente serve para observar que aquele fenômeno – a gagueira – tornou-se patológico porque se prolongou além de um tempo aceitável ou estatisticamente significativo. Se a disfluência é um atributo normal da fala, o anormal seria, portanto, a criança ficar nesta fase.

A linguista Lier-De-Vitto (2006) faz outra reflexão sobre as falas sintomáticas e aponta a dificuldade na delimitação do patológico na fala infantil. Cabe aqui apresentar um de seus comentários a respeito:

De fato, o que acaba sendo chamado para demarcar um quadro sintomático de linguagem não é o “déficit” na linguagem e sim a insistência/persistência de uma diferença, apreendida como algo que acontece “fora de tempo” - algo que não é mais esperado ocorrer numa certa idade (p. 186).

Com certo grau de liberdade, pode-se tomar o argumento da autora incorporando algumas de suas palavras e retomar sua crítica à noção cronológica para dizer que a gagueira, como “uma fala resistente”, diz de um tempo, diferente do cronológico, um tempo de insistência, da repetição. Na clínica fonoaudiológica se lida diariamente com a questão do tempo, com pais ansiosos que assim verbalizam sua preocupação: “Já não era para ele falar?”; “Nesta idade, não era de se esperar que ele estivesse falando corretamente?”; “Como vai ser o futuro dessa criança?”. Eles projetam no futuro as dificuldades que poderão enfrentar: a vergonha, as humilhações na escola, no emprego. “Como ele vai arrumar emprego deste jeito?”; “Como conseguirá iniciar um relacionamento afetivo, namorar?” “E os seus outros filhos: também serão gogos?”. Para os pais, trata-se de um tempo de urgência, de consertar o que está errado o quanto antes.

Como enfrentar os ritmos variáveis que se apresentam na clínica e que se colocam como enigma para o terapeuta? Como enfrentar a ansiedade dos pais que chegam com uma criança gaguejante, e que já aguardaram uma mudança espontânea rápida dessa fala? O que dizer aos que convivem cotidianamente com uma fala que não melhora e, por fim, como dizer de um outro tempo que está em cena: a constituição subjetiva de uma criança?

O trabalho de De Lemos (2001) é bastante crítico quanto à noção de desenvolvimento de linguagem na área de aquisição de linguagem, que assume uma cronologia normativa numa perspectiva de estágios, os quais indicam o que a criança deve falar e a idade correta para esta aquisição:

(...) pensar o sujeito como efeito de linguagem equivale, pois, literalmente, a subverter uma concepção de sujeito enquanto posicionado face à linguagem como objeto de conhecimento a ser apreendido ou construído (...). As mudanças que qualificam a trajetória da criança de *infans* a sujeito – falante são mudanças de posição nessa estrutura e antinômicas, portanto, à noção de desenvolvimento (p. 28-29).

O fato de a autora posicionar-se contra a perspectiva de desenvolvimento e de estágios não indica o abandono do compromisso com a mudança. As mudanças que caracterizam a trajetória do *infans* a sujeito falante não são vistas e descritas em categorias e ordenadas em etapas, mas como alterações de posição em uma estrutura, relativamente ao outro, à língua, e, por consequência, à fala da própria criança.

De Lemos deixa claro, ao discutir sobre as posições, que não há superação de nenhuma das três posições da criança em relação ao outro, à língua e a fala:

(...) não há superação de nenhuma das três posições, mas uma relação entre esses polos que se manifesta, na primeira posição, pela dominância da fala do outro, na segunda posição, pela dominância do funcionamento da língua e, na terceira posição, pela dominância da relação do sujeito com sua própria fala. É na terceira posição que a criança enquanto sujeito falante se divide entre aquele que fala e aquele que escuta na própria fala, sendo capaz retomá-la, reformulá-la e reconhecer a diferença entre sua fala e a fala do outro, entre a instância subjetiva que fala e a instância subjetiva que escuta de um lugar outro (idem, p. 29).

Se o tempo é tomado na perspectiva da mudança, o patológico, por sua vez, diz do que fixa a criança numa posição. Enfrenta-se uma diversidade e especificidade de acontecimentos de fala que obrigam a pensar em um outro tempo em que a criança nos coloca e que não é aquele tão entranhado na nossa formação fonoaudiológica.

Na prática clínica, há desde crianças que quase não falam e já apresentam uma gagueira significativa, até aquelas que já percorreram uma trajetória no processo de aquisição, mas com um quadro de gagueira. Em outras palavras, a manifestação dos acontecimentos de gagueira não acompanha o desenvolvimento linguístico, pois tanto

há casos graves em crianças muito pequenas, como também em faixas etárias mais avançadas.

1.4 – A Gagueira: o corpo em evidência

O artigo de De Lemos (2003), “Corpo & *Corpus*”, no âmbito da aquisição de linguagem, toma o termo *corpus* como o conjunto de dados de fala da criança colhidos e transcritos; *corpus* faz referência a um tempo passado e a uma fala que representa a fala da criança, mas que não é mais dela. Essa diferença é fundamental, visto que a fala de uma criança, captada em uma sessão fonoaudiológica passa a ser tomada como um dado de análise para o investigador.

O trabalho da autora não tem como objetivo realizar uma discussão sobre a fala sintomática, mas contribui para ela na medida em que realiza uma reflexão sobre a relação do investigador com a fala da criança, tema também debatido por M. T. Lemos (2002), Lier-De Vitto (2004) e Carvalho (2005). Ao contrário do que se encontra na literatura fonoaudiológica, De Lemos e as autoras citadas não deixam de se interrogar sobre os efeitos da fala heterogênea – seja ela a fala de uma criança ou a fala sintomática – sobre o investigador.

Com respeito à gagueira, não podemos deixar de salientar como já foi brevemente mencionado acima, que a fala do gago – criança e adulto – não se apresenta do mesmo modo a cada enunciação, o que põe em questão os instrumentais descritivos e as tentativas de mensuração do fenômeno.

A esse respeito, Pisaneschi (2001) analisa as tentativas de mensuração da gagueira: “Se nas gravações perde-se o corpo (e sua tensão), as gravações retêm a voz, que pode ser ouvida como gaga e que invoca, ainda, o gesto que a produziu. No passo seguinte, de maior distanciamento da fala, o da transcrição, perde-se a voz e a gagueira” (p. 62).

Nessa escala de redução estabelecida por Pisaneschi, chega-se com a autora à menção a De Lemos (2003) quando esta diz: “vinha à tona o mal-estar provocado pela simultânea ressonância do que na fala da criança dizia de um corpo vivo e na transcrição já era um corpo morto” (p. 23). Como então enfrentar essa série de apagamentos no acontecimento da fala com gagueira? Essa pergunta é de certo modo a configuração do impasse em que se encontra aquele que, na posição de investigador, deve se confrontar com os dados de fala.

Pereira de Castro menciona Saussure ao tratar a ilusão da proximidade da linguagem, o que obriga o investigador a se interrogar constantemente sobre o método de aproximação do seu objeto, para se guardar de toda antecipação com relação aos fatos a analisar. Os fatos de linguagem, diz o autor, são “tão próximos a nós, mas na mesma medida, tão difíceis de captar em sua essência” (SAUSSURE, *in* BOUQUET, 1997, p.192 *apud* PEREIRA DE CASTRO, no prelo).

Na clínica, são acolhidos falantes de todas as idades em extremo sofrimento com a fala, acometidos de desejo de poder falar sem gaguejar. É uma patologia em que o corpo está em evidência todo o tempo. Nesse sentido, é importante dar prosseguimento à reflexão de De Lemos sobre o título do seu artigo “Corpo & *Corpus*”, na medida em que ela assinala uma mudança no seu trabalho, o que lhe permite reconhecer na fala da criança um corpo vivo.

A autora afirma que, atualmente em seu trabalho, a criança não aparece mais como um *corpus*: “não posso deixar de escutar corpo em *corpus* nem de reconhecer algo de *corpus* em um corpo, ao reconhecer na fala da criança a linguagem inscrita ou implantada em seu corpo” (p. 22). Prossegue definindo a aquisição de linguagem como sendo “um processo que se dá em uma estrutura em que se entrelaçam a língua como Outro/rede de significantes, o outro materno e a criança concebida como corpo pulsional” (*ibidem*).

Tomar a criança como “corpo pulsional” significa concebê-la no vértice de uma demanda de interpretação dirigida ao outro materno. Essa abordagem é completamente distinta de uma concepção que vê a criança como um corpo biológico, um organismo cuja linguagem a ser adquirida advém da exposição ao *input* linguístico de sua comunidade o que provocaria o desenvolvimento dos mecanismos internos da linguagem já inscritos na sua mente.

A aquisição concebida nessa estrutura triádica – outro materno, língua e fala da criança – distancia-se também de uma concepção de linguagem como um objeto de conhecimento exterior à criança, do qual ela se apropriaria aos poucos e cuja construção começaria das estruturas mais simples até chegar às mais complexas, por meio de mecanismos cognitivos. De Lemos, ainda nesse artigo, mostra que a noção de *corpus*, presente até hoje na aquisição de linguagem, não passa do que sobrou de um período em que, da fala de um corpo – de um corpo que fala –, acreditava-se poder chegar à língua como totalidade. Em relação à criança, pretendia-se partir de sua fala para chegar a

conhecer o que ela conhecia da língua, ou como ela viria a atingir esse conhecimento com totalidade necessária (idem, p. 26).

Ainda sobre a aquisição de linguagem, a autora questiona: “Vale a pena perguntar o que se esperava obter de um corpus, já que só a diferença justifica o que a expressão ‘aquisição de linguagem’ diz de uma falta – não ‘ter’ a linguagem – e de um ‘vir-a-ter’, isto é, de um percurso para atingir a língua como totalidade” (idem, p. 27). Para ela, do *corpus* de antes sobraram alguns episódios: “Aqueles - conforme venho elaborando com base em Lacan – em que irrompe uma criança através de uma fala inesperada. Fala essa que, no entremeio da fala do outro a que está alienada, diz que ela, na sua singularidade, habita aquela língua, a do Outro” (idem, p. 28).

Os argumentos arrolados até o momento fazem questionar a relação diante da fala com gagueira. Estamos em concordância com as palavras de De Lemos (1995) a respeito da tarefa da aquisição de linguagem: “não é descrever a língua ou a fala da criança, e sim, descrever e interpretar a relação da criança com a língua a partir de sua fala” (p. 16).

Ao procurar avançar na reflexão sobre a gagueira buscando situá-la na relação entre corpo e linguagem, vemos que não deixa de ser importante levar em conta o que diz a literatura fonoaudiológica sobre as manifestações do corpo nos episódios de fala com gagueira: a paralisia do corpo antes do ato e, quando a fala acontece, a seqüência de movimentos fora de controle. Apesar de mencionados, fatos como estes recebem de um modo geral explicações redutoras.

Tomamos Pereira (2003) como uma representante dos pesquisadores que acreditam que a gagueira tem uma base linguística, embora o linguístico, para ela, se justifique no processamento de fala. Assim, a explicação do impedimento à produção articulatória do gago é “resultante de um impedimento momentâneo ao processo de elaboração do planejamento articulatório necessário para a produção da fala” (p. 17). Para esta autora², a causa deste impedimento é desconhecida e, dentre as hipóteses

² Pereira (2003) defende que a natureza deste impedimento é desconhecida e levanta três possibilidades:

A - uma ruptura momentânea, na transmissão da informação elaborada no nível de codificação fonológica para o nível articulatório;

B - uma lentidão na elaboração do plano fonético processado no nível da codificação fonológica; e

C - uma dificuldade na tradução dos dados especificados no plano fonético em comandos motores para os movimentos articulatórios. Para a investigação das hipóteses acima explicitadas, as disfluências foram pesquisadas em relação a algumas categorias linguísticas, a saber: 1- o tamanho da palavra onde a disfluência foi encontrada; 2- o tipo de palavra (se lexical ou funcional), a estrutura silábica; 3- a posição do acento; 4- o fonema; e 5- a posição da disfluência na sílaba na palavra e no enunciado.

aventadas para explicá-las, estão algumas possibilidades como, por exemplo, “uma ruptura ou uma dificuldade na tradução das especificidades do plano fonético em comandos motores para os movimentos articulatórios” (idem, p. 135).

Para pesquisadores como Wingate (1964), o problema estaria no mecanismo periférico da fala devido a uma falta de coordenação nesse mecanismo. Não se conheceria tampouco a causa do problema, mas ela teria raízes de caráter social e afetivo (JOHNSON, 1967; FRIEDMAN, 1996). Para outros, ainda, seriam questões linguísticas de caráter genético, tal como lesão cerebral, ligadas ao funcionamento do sistema nervoso central (VAN RIPER, 1982; BLOODSTEIN, 1993; PERKINS, 1996; KENT, 1990; CURLEE & SIEGEL, 1997).

Pereira e os autores acima mencionados reconhecem que falantes gagos não gaguejam em determinadas situações, mas não avançam nessa questão, preferindo limitar-se a definir a gagueira como um impedimento momentâneo à produção articulatória. Esse ponto já foi esboçado anteriormente, mas vale retomá-lo com outros argumentos, já que envolve concepções muito enraizadas na pesquisa e prática fonoaudiológica. Interrogamos com Scarpa: pode haver tipos diferentes de processamento da fala?

Scarpa (2006) questiona se há dois tipos diferentes de processamento - para quem fala e para quem escuta - e prefere outra explicação para a questão: leva em conta a relação entre discursos e, para isso, considera o outro como aquele que recompõe as disfluências e imperfeições da fala. Concordamos com a autora pelo fato de que há a cessação completa da gagueira em várias situações discursivas e isso tem a ver com posições subjetivas que o falante assume no seu discurso, o que coloca em suspeição o argumento do processamento.

Ora, não há como afirmar um impedimento da fala pelo aspecto articulatório, já que não existe dificuldade na produção dos fonemas que impeça a criança de falar. Nessas abordagens, mesmo admitindo seu caráter linguístico (categorias linguísticas da palavra - funcional ou lexical - estrutura silábica, posição do acento, a posição da disfluência na palavra e no enunciado) a relação do sujeito falante com a língua não é posta em questão. Só se invocam os mecanismos processuais que alteram o seu desempenho.

Não podemos deixar de lembrar o que nos apresenta Freud (1977), em *A Interpretação das Afasias*, em que ele recusa admitir um caráter marcadamente patológico nas chamadas patologias da linguagem. Os mesmos distúrbios podem

ocorrer em pessoas sem nenhuma lesão cerebral, mas em decorrência apenas do cansaço ou emoções intensas; ocorrem nas afasias, na gagueira ou mesmo em sujeitos sem dificuldades de fala. Essas alterações de fala “vêm subverter a essência do discurso bem-formado, os exemplos aparecem como efeito de sujeito”. Tal termo, “efeitos de sujeito”, é utilizado por J. Nassif (*apud* GARCIA ROZA, p. 39) para designar os fragmentos do discurso afásico, produzindo alterações no discurso bem formado. Freud deixa claro, em várias passagens, que o aparelho de linguagem não é apenas um aparelho perceptivo: ele nos coloca em presença de um outro que nos introduz no registro da troca simbólica.

Assim, volta-se a uma difícil questão da Fonoaudiologia que é fruto de vários questionamentos (como os de ARANTES, 1998): decidir e justificar por que determinados acontecimentos linguísticos são considerados patológicos ou não. A posição que defendemos é a de que gagueira não é equivalente à disfluência, como propôs Pereira (2003), quando afirmou: “o termo ‘disfluência’ pode ser usado como equivalente ao termo ‘gagueira’ ou pode designar qualquer tipo de comportamento oral que interrompa a fluência do falante” (p. 24).

Mesmo alegando que são muitos os comportamentos identificados como disfluência, a autora acredita que a determinação precisa do tipo e número de disfluências, ou seja, a descrição e as classificações sejam importantes para a avaliação e o tratamento da gagueira. O que não fica claro, no entanto, é o impacto desses fatos na abordagem terapêutica. Não estamos aqui deixando de observar que a gagueira leva a disfluência, mas nosso objetivo é colocar em evidência, como também mostrou Pisaneschi, em seu trabalho, que o sujeito - corpo falado e falante - ao falar, não pode esquecer que é gago; ele está dividido entre a fala e a escuta de sua própria fala e encontra-se impossibilitado de agir diferentemente.

1.5 – O corpo ainda em evidência: a questão do Bloqueio

- [...] Não consigo falar (a criança L, apontando para a garganta).
- [...] A fala não sai (diz P).
- [...] Não consigo fechar os lábios (diz E).

O diálogo abaixo é bastante significativo a respeito de como a criança verbaliza a sua dificuldade.

Criança e terapeuta conversando sobre o problema com as palavras:

G: A palavra fica entalada.

T: O que é uma palavra entalada?

G: É como se a gente comesse muita farofa e não conseguisse nem engolir nem cuspir (KELLY, 2001, p. 57).

O início dessa reflexão é motivado pela perturbação que essas falas, escutadas no atendimento clínico, provocam. O que as crianças reconhecem como gagueira? Como descrever esses movimentos que impedem a fala? O caminho que tomamos foi o de eleger o bloqueio como um importante elemento dessa discussão para tentar esclarecer a suposta dificuldade articulatória que os falantes gagos apresentam. Vejamos algumas definições de *bloqueio*:

Denominamos bloqueio quando ocorre uma demora na iniciação de um fonema, sendo que a criança mantém-se em uma postura articulatória fixa para o som que quer produzir até conseguir emití-lo. Há uma interrupção abrupta na elaboração oral. Sempre vem acompanhado de tensão da musculatura facial. Geralmente ocorre nos fonemas plosivos (DEGIOVANI, CHIARI e SCHIEFER, 1999, p. 33).

A definição dada pelos autores é clara: bloqueio quer dizer que algo está obstruindo a passagem. Não é menos importante o que vem a seguir: “o falante gago mantém-se em uma postura articulatória fixa”; algo não se completa, fica imobilizado, ou se completa apenas parcialmente, sempre acompanhado de tensão, ou, como dizemos na prática clínica, de muita força. Há um ponto de fixação em que os autores localizam como sendo dos fonemas plosivos, ou das oclusivas como veremos a seguir.

A dificuldade encontrada na gagueira tem em comum algumas características com a disfluência constitutiva da fala, tais como: substituições, hesitações, rupturas na cadeia da fala, inserções ou redução de fragmentos; entretanto, o bloqueio é uma característica apenas da primeira. Há outras definições de *bloqueio*:

O bloqueio é caracterizado pela chamada “posição articulatória fixa”, ou seja, os articuladores são posicionados para produzir determinado fone, mas o movimento permanece momentaneamente detido. Quando ocorre a soltura, frequentemente, o fone é produzido com excesso de força muscular. Tende a acometer palavras iniciadas por plosivas e vogais. O bloqueio é considerado uma hesitação tipicamente gaguejada, raramente se manifestando em sujeitos sem distúrbio de comunicação (ANDRADE, 1999, *apud* MERLO, 2006, p. 217).

Para Pereira (2003), há uma diferença entre o *bloqueio* e a oclusão glotal, e o que ambos apresentam em comum é a tensão:

Foi classificada como bloqueio uma oclusão vocal, com tensão visível do falante, como, por exemplo, tensão de masseter, lábios, oclusão glotal, etc. antecedendo uma vogal nasal ou oral ou uma fricativa, provocando uma alteração na produção destes fones, e tendo como consequência uma elevação da intensidade, no início do fone seguinte à oclusão. A tensão no bloqueio é desfeita durante a produção do fone que o segue. O fato de o bloqueio ocorrer apenas antecedendo vogais e fricativas se deve provavelmente à relativa abertura do conduto vocal observada nestes sons da fala. A duração do bloqueio não foi considerada um fator determinante na caracterização desta disfluência, mas sim sua interferência no segmento que o sucede (p. 84).

Determinadas disfluências indicam a dificuldade do falante na palavra seguinte à palavra em que a disfluência ocorreu e tal aspecto é encontrado nessas duas situações. Em relação à oclusão glotal, Pereira (2003) assim, define-a:

Foram consideradas oclusão glotal todas as vezes que um fone foi substituído por uma oclusão glotal, ou quando esta é inserida na cadeia da fala, o que geralmente ocorre depois de uma oclusiva. No caso do bloqueio, o fone é antecedido por tensão alterando sua produção, já na oclusão glotal, o fone é substituído por tensão e não é produzido. Nessa pesquisa, os fones que foram substituídos por oclusão glotal foram [p], [t], [b], [d], [m], [n] e [l] (idem, p. 84-85).

Como pensar, então, a fala da criança? Numa tentativa de descrevê-la linguisticamente, buscamos na Fonética Acústica uma forma de mostrar o que acontece no momento da fala. Também utilizamos gravações em vídeo para associar a escuta das conversações às manifestações corpóreas das crianças.

Como nossos dados não foram colhidos em laboratório, mas em um consultório particular, a análise acústica foi, evidentemente, contaminada por ruídos ambientais. Por isso, complementamos nosso estudo com uma coleta de dados de um outro paciente, de 12 anos de idade, gravados numa cabine acústica de uma empresa (Siemens) que a utiliza para testes auditivos em pacientes na prescrição de próteses auditivas.

O sujeito desse último estudo apresentava gagueira com muitos bloqueios e grande dificuldade nos grupos consonantais; ora emitia-os com [r] e ora com [l]. Os dados foram analisados com o auxílio do software Praat. Utilizamos uma frase veículo

“diga paba baixinho”, alterando todas as vogais em ambas as sílabas e também com os grupos consonantais (praba, preba, etc... prubu). Foram sete repetições de cada frase, divididas em 4 momentos de gravação. O estudo envolveu os parâmetros de duração das vogais que apresentavam uma melhor condição (pouco ruído) e a frequência.

Na grande maioria dos dados, foi possível identificar um momento de silêncio seguido de ruído de plosão, o que é característico de sons que são produzidos por meio de uma obstrução total em algum ponto da cavidade oral, como é o caso do [p]. O paciente apresentou uma variação muito grande nas produções, observadas pela média do parâmetro de duração, sendo a maioria delas também relacionada a um momento de silêncio no espectrograma seguido de plosão, principalmente nas frases com os grupos consonantais.

A forma de onda também foi um outro parâmetro observado em relação às vogais. Neste estudo-piloto por nós realizado, pudemos observar que as vogais com gagueira analisadas apresentam o tipo de onda de voz *creaky*, além de outros dados fornecidos pelas consoantes, como a co-articulação e a contaminação do seguimento anterior ou posterior. A posição ou o estado da glote permite informações sobre os tipos de fonação: aspirada, laríngea, modal. Na fala com gagueira, há um gesto (glotal) que realiza a mudança de voz. A análise consegue detectar o gesto através do reconhecimento dos tipos de onda e análise dos formantes, sendo até mesmo possível observá-lo pela escuta nas gravações.

A Fonética Acústica foi um meio que possibilitou observar as periodicidades das hesitações, a antecipação dos momentos de maior dificuldade que para o paciente do nosso estudo eram os grupos consonantais. Dado um ritmo de fala constante, é possível dizer que o gesto articulatório modifica-se de acordo com a configuração do trato vocal que o precede e a que o sucede. Ao considerarmos que as limitações mecânicas dos OFA (órgãos fonoarticulatórios) impedem que sua posição seja zerada após cada emissão, entendemos que os gestos articulatórios adjacentes apresentam certo grau de sobreposição.

Então, uma constrição ou nó na região laríngea (glotal) dificultaria ou mesmo impediria os outros movimentos dos órgãos fonoarticulatórios (OFA). Assim, podem-se explicar os prolongamentos, as repetições, várias explosões nas oclusivas bilabiais, a contaminação das vogais em posição anterior à consoante, enfim, as dificuldades com as obstruintes, constrições que impossibilitam a realização dos movimentos no trato vocal. Esse tipo de fonação não existe na nossa língua. Neste

sentido, pode-se tentar explicar como patológico esse excesso de constrição no corpo da fala, que produz efeito no próprio mecanismo da fonação.

Mesmo com apenas sete repetições de cada frase, encontramos muitas variáveis nesse estudo. Cada novo dia de gravação revelava que o mesmo falante, repetindo a mesma frase e submetido ao mesmo tipo de alteração, apresentava uma fala diferente, permitindo ao investigador ver a relação singular do sujeito falante com a sua própria fala. O parâmetro de duração poderia ajudar a análise da gagueira, mas o mais importante foi observar que, mesmo em uma situação mais controlada de fala, há uma fala diferente, há um sujeito na sua singularidade.

Esse estudo ajudou também a interrogar a ideia de que a adaptação do “comportamento motor” facilita a melhora do “comportamento da gagueira” (CURLEE e SIEGEL, 2001, tradução livre, p. 4). O que constatamos, no entanto, é que, a cada novo dia de gravação, todas as dificuldades recomeçavam. Se a ideia de adaptação fosse consistente, os gogos não teriam mais dificuldades após tantos treinamentos e exercícios de correção de fala. Seja pelo viés da forma, seja pelo da substância, a fala mostra sempre sua imprevisibilidade: é ambígua e assistemática.

Como investigadora da fala de crianças que apresentam gagueira, procuramos, em um primeiro momento, mensurar o bloqueio e a tensão muscular através de medidas laboratoriais, utilizando os critérios de frequência e duração. A gagueira foi por nós mensurada, mas, ainda que num estudo controlado, a palavra nunca foi a mesma. Observamos nitidamente a referida variabilidade, o que nos faz lembrar as observações de Benveniste (1989):

Na prática científica, procura-se eliminar ou atenuar os traços individuais da enunciação fônica recorrendo a sujeitos diferentes e multiplicando os registros, de modo a obter uma imagem média de sons, distintos ou ligados. Mas é consenso que, para um mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente, e que a noção de identidade não é senão uma noção aproximativa, mesmo quando a experiência é repetida em detalhe. Estas diferenças dizem respeito à diversidade das situações nas quais a enunciação é produzida (p. 82-83).

Apesar de o autor recorrer à noção de situação ou contexto, que enfraquece a sua observação, há uma pertinência nesse texto, se já não fosse pela interrogação do conceito de identidade, tratando-a como meramente aproximativa. A citação de Benveniste corrobora as observações de Saussure, quando este afirma que, a cada vez

que se emprega a palavra “senhores”, renova-se a matéria: “É um novo ato fônico e um novo ato psicológico” (p. 126).

Para o autor, a relação entre os dois empregos da mesma palavra não se explica nem pela identidade material e nem pela semelhança de sentido, mas em elementos que precisam ser investigados e que nos aproximarão da natureza das unidades linguísticas. Tanto Benveniste como Saussure levantam questões a serem exploradas em nosso estudo piloto e interrogam como a fonoaudiologia realiza a análise da gagueira tomando os instrumentais da linguística.

Em consonância com os autores citados acima, concordamos que a língua não é uma nomenclatura, uma lista de palavras, mas um sistema, no qual tudo se articula. As considerações dos dois autores nos mostram que as unidades da língua, sejam elas palavras ou unidades menores como os fonemas, não são acessíveis a uma percepção direta. As unidades são efeitos de relações e, portanto, só podem ser aprendidas no jogo de relações que as produzem.

As questões levantadas por Saussure põem em dúvida os estudos da Fonoaudiologia e trabalhos da psicolinguística, como os de Curlee e Siegel (1991), que tomam palavras e fonemas como unidades estáveis da língua para a atribuição do *locus* da dificuldade do falante gago.

Não podemos deixar de mencionar que a língua tem uma ordem própria e que o falante se encontra a ela submetido. Contudo, esta concepção de língua rompe também com a ideia de um falante que, da posição que lhe é dada pelo ato de falar, escolhe, decide, controla o que da língua escorre para sua fala (DE LEMOS, 1998). Esta discussão será conduzida no Capítulo 2.

Seguindo os argumentos de que o falante se encontra submetido à ordem própria da língua, gostaríamos de refletir sobre mais um ponto abordado no estudo fonético de Pereira (2003), que enfocou a gagueira à luz de diferentes teorias de produção de fala e analisou os efeitos do contexto fonético e da estrutura fonológica/sintática na disfluência do gago. Na sua análise, Pereira estabelece os *loci* em que a gagueira aparece: na maioria dos fones oclusivos, tanto no prolongamento quanto nas tentativas/fone e oclusão glotal.

Há que se notar que, em nenhum momento, foi levantada por ela ou por outros autores a relação dos fonemas em uma determinada língua – dado este

encontrado no trabalho de Albano (2001)³. Embora seu estudo não tenha tido como objetivo realizar uma discussão sobre as patologias de linguagem, esta autora apresentou a frequência das configurações gestuais de coda do Português Brasileiro, indicando que há maior prevalência de alguns gestos em relação a outros. Em seu livro “O Gesto e suas Bordas”⁴, é citado o artigo de Stevens e Keyser (1989), o qual, segundo a autora, revela:

(...) a ocorrência simultânea de certas propriedades fônicas promove, em alguns casos, um realce acústico-auditivo mútuo que leva certos segmentos fônicos a estar entre os universalmente favoritos. Assim, em configurações gestuais locais tais como [t, d, k, s, p, m], que alcançam altas ordens de O/E⁵, tanto no dicionário quanto na língua falada, o grau e o local de constrição são solidários em realçar as pistas acústicas um do outro (p. 206).

Esse achado da autora tem importância para esta dissertação, na medida em que explicaria a aparente “preferência” pela gagueira em determinados sons, pois esses fonemas são os mais falados em nossa língua. Procurou-se, pois, confrontar os dados de Pereira com os desta investigadora⁶. Mesmo reconhecendo que a gagueira ocorre na maioria dos fones da língua, a primeira autora não deixa de observar que as consoantes oclusivas seriam as mais frequentes nos casos de gagueira por ela estudados.

De fato, como o intuito era verificar a incidência das ocorrências da gagueira por classe de som, os resultados apontaram uma maioria significativa das oclusivas nos prolongamentos e tentativas/fones da palavra interrompida. É interessante notar que a pesquisa de Pereira (2003) classifica o bloqueio como uma estratégia de adiamento e de recomeço. Assim, por essa classificação, ele pode ser visto também como prolongamento ou repetição de uma posição articulatória.

³ Para a Fonética articulatória, a unidade fonética-fonológica por excelência é o gesto articulatório, uma oscilação abstrata que especifica constrições no trato vocal e induz os movimentos dos articuladores. A respeito da fala Albano, diz que saber pronunciar uma palavra ou expressão é, em primeiro lugar, conseguir mobilizar fisicamente os gestos fônicos que a compõem (p. 52).

⁴ Em anexo, será acrescentada a tabela VI.13, de Albano, em que a autora nos apresenta a frequência relativa das configurações gestuais de ataque em posição inicial e medial no Minidicionário Aurélio de Língua Portuguesa.

⁵ Segundo Albano, “a razão O/E é uma expressão adequada da frequência relativa porque leva em conta o fato de que unidades fônicas de natureza distinta ocorrem em contextos diferentes” (p. 186). Ainda, segundo a autora: “E é o total da classe dividido pelo número dos seus membros, enquanto O é a frequência efetivamente observada. Se O/E é superior a 1, essa frequência está acima do aleatório, revelando uma atração da língua pela unidade em questão” (p. 187).

⁶ As tabelas que apresentam a ocorrência das tentativas/fone em relação aos fones referentes aos estudos de Pereira e os próprios dados desta pesquisadora serão acrescentados nos anexos para o leitor interessado.

O argumento de Albano (2001) é importante uma vez que coloca também em suspeição outro argumento encontrado tanto no trabalho de Pereira (2003) como no de Bloodstein (1987) e em Curlee e Siegel (2001). Para estes últimos, observou-se nas crianças pequenas uma maior incidência de gagueira em pronomes e palavras funcionais, como também nas conjunções e preposições. Esse dado contrasta com aqueles obtidos com falantes mais velhos que gaguejaram, predominantemente, em palavras de conteúdo, como substantivos e verbos.

A relação dos fonemas na língua tal como discutida por Albano (2001), como dito acima, permite interrogar a propriedade da relação estabelecida pelos autores entre as categorias linguísticas – pronomes, conjunções, preposições etc. - e a ocorrência privilegiada da gagueira. Aliás, quando confrontados com os nossos próprios dados, podemos dizer que observamos um grande número de episódios de gagueira nas conjunções e mesmo nas perguntas tipo *qu*, tão comum na fala infantil e mesmo na do adulto. Mas é importante notar que tanto aqui como nos estudos acima são as oclusivas que estão em evidência, justamente aquelas que para Albano são as mais frequentes na língua.

Pereira (2003) afirma também que a característica fonêmica interfere na produção articulatória. Para ela, alguns sons – por exemplo, as oclusivas já citadas - são mais difíceis do que outros e parecem variar de pessoa para pessoa. Entretanto, não há como afirmar um impedimento da fala sob o aspecto articulatório, já que não existe dificuldade na produção dos sons que impeça a fala, como poderão ver na apresentação dos dados de L., no Capítulo 2.

Com o intuito de verificar a pertinência dos estudos que mencionam fonemas que promovem maior incidência de gagueira, foi iniciado por esta pesquisadora, em 2006, na disciplina de Fonética Acústica, um estudo analisando cerca de 500 palavras⁷, ouvindo as gravações de diversas crianças, e marcando, precisamente, os bloqueios e os fones anteriores a eles. As gravações se davam em momentos de conversa espontânea, geralmente no início da sessão fonoaudiológica.

⁷ Segundo Ingham & Cordes (1997, *apud* MERLO, p. 25), não há consenso sobre a quantidade de material linguístico a ser analisado para se obter uma medida representativa da taxa de elocução de um indivíduo. Segundo os autores, pequenas amostras de fala como, por exemplo, em um minuto de duração da interlocução ou as de 300 palavras não conseguem exibir as variações de taxa de elocução que fatores pragmáticos impõem a locutores sem distúrbio de comunicação em situações naturais do dia-a-dia.

Após essa primeira análise, já se podia suspeitar que a gagueira tivesse relação com a frequência dos fonemas na língua. Para continuar a verificação, ampliou-se a pesquisa a outros dados clínicos e a outras faixas etárias de crianças de quatro a sete anos, além dos dados de L, criança que será o foco central de nossas indagações.

Com o resultado desse estudo, foi possível contestar as hipóteses vigentes e constatar que, na verdade, a gagueira ocorre em todas as consoantes e as vogais são também contaminadas, como mencionado anteriormente. Esse fato, que descarta as hipóteses de localização e de dificuldade articulatória, levou-nos a dar um passo de distanciamento dessa discussão e procurar entender a gagueira na relação entre corpo e linguagem.

Nesse sentido, esta dissertação é o resultado de um deslocamento que ainda não foi concluído, mas que procuramos narrar nos capítulos subsequentes, ao levar em consideração, entre outros aspectos, os efeitos do significante no corpo. A fala da criança exige que reconheçamos o trabalho da linguagem sobre o corpo. É de se reconhecer, nessa perspectiva, a necessária anterioridade de um corpo para que haja linguagem e é devido ao efeito da fala de um outro que, incidindo sobre esse corpo, vai promover a constituição do sujeito no campo da linguagem.

CAPÍTULO 2 – A GAGUEIRA COMO UMA FALA SINTOMÁTICA: UM DESDOBRAMENTO DA REFLEXÃO SOBRE O INTERACIONISMO

2.1 A questão das unidades linguísticas

A gagueira como disfluência sintomática⁸ foi primeiramente proposta por Pisaneschi (2001), de cujo trabalho vários pontos já foram apresentados, tendo em vista o objetivo de discutir o tema aqui enfocado à luz de alguns estudos do interacionismo em aquisição de linguagem. Retomaremos a discussão a respeito da descrição e das análises linguísticas da gagueira, já esboçadas no Capítulo I, para questionarmos a redução da teoria linguística a um instrumento de descrição da fala que busca regularidades.

De Lemos (1982, entre outros), Andrade (2003), Lier-De Vitto (2004) e Silveira (2006) destacam que a fala da criança sem dificuldade - aqui incluindo a sintomática- “em virtude do seu caráter marcadamente heterogêneo, é imprevisível – parece resistir a uma tal busca de regularidades” (LIER -DE VITTO & CARVALHO, 2008, p. 22, nota 37). É especialmente significativo salientar que, a partir de Saussure, o interacionismo indicou um novo rumo para a reflexão sobre as unidades linguísticas na aquisição de linguagem pela criança, a partir dos efeitos de funcionamento da língua na sua fala.

Ao contrário dessa perspectiva, Pereira (2003) observou que o falante gago, quando não consegue produzir uma palavra, apresenta comportamentos linguísticos variados. Ela apresentou em seu trabalho as regularidades dessa fala com gagueira, afirmando que o tipo de disfluência produzida não é aleatório, pois a maioria dos *loci* dos eventos de gagueira, segundo a autora, ocorre no início das estruturas linguísticas - palavras e frases. Apoiada em estudos como os de Bloodstein (1993) e de Ratner (1997), Pereira acabou por sugerir que a gagueira é “lingüisticamente condicionada” (p. 32). Em alguns dos pacientes de sua casuística, a dificuldade da fala localiza-se no momento da programação da articulação e não tem nenhuma relação com os processos

⁸ No seu trabalho, Pisaneschi cita também o projeto integrado coordenado por Lier-De Vitto em que as falas sintomáticas são interrogadas. Para a segunda autora, a concepção de sintomas na linguagem é caracterizada por: “produções enigmáticas não redutíveis a movimentos desajeitados do aparelho fonador, nem a realização audíveis de uma ação interna/mental, de falsas analogias ou inferências [...] os sintomas de linguagem excedem o orgânico, eles expõem o falante em sua falha. Neles, corpo e linguagem aparecem irremediavelmente entrelaçados” (2005, p. 238). A noção de fala sintomática procura dar conta de desarranjos na fala que não podem ser comparados aos denominados “erros” na fala por implicar um efeito de patologia ou de estranhamento no ouvinte ou no próprio sujeito (idem, p. 219).

de elaboração do enunciado que ocorrem nos níveis de seleção lexical, processamento sintático e semântico.

No entanto, questiona-se: se a gagueira for vista como sendo “lingüisticamente condicionada”, como pensar a fala da criança? Na concepção de Pereira, parece haver garantias sobre quais os sons levam o falante à gagueira. A saliência perceptual ou uma determinação cognitiva seriam os determinantes para o acesso do falante à fala e linguagem. É importante acrescentar a essas observações o que diz Arantes (2006) a respeito da concepção de sujeito na Fonoaudiologia, para quem, em regra, a existência de uma condição perceptual ou cognitiva governa o acesso da criança à linguagem. Como já salientado no capítulo anterior, segundo Saussure, as unidades devem ser tomadas como efeitos de relações. Elas só podem ser apreendidas no jogo dessas relações que as produzem. A questão da percepção é, então, abalada porque, sendo efeitos de relações, as unidades não se deixam apreender enquanto substância sonora.

Isto põe em xeque a ideia de um aparato perceptual apto a segmentar unidades discretas no fluxo sonoro. Não é possível prever quais unidades discretas da fala – fones, palavras ou fragmentos - seriam apreendidas pela criança. Não há percepção pronta e nem uma determinação cognitiva, mas existe a própria articulação – sempre singular – do sujeito na linguagem. O percurso da criança na linguagem apresenta-se marcado pela incerteza, pela imprevisibilidade na ordem de emergência das unidades no encadeamento da fala. É o que podemos observar tanto no processo de aquisição de linguagem como na experiência clínica. Arantes (2006) chama ainda a atenção para o gesto de Saussure de afastar o sujeito psicológico - da percepção e da cognição – do cerne de sua reflexão, “abrindo um caminho para uma *escuta* da fala, ou seja, para as operações da língua que nela ocorrem” (p. 204).

Este é o caminho que procuramos seguir ao analisar a fala de nosso paciente com 2:10 de idade, que revela a heterogeneidade das manifestações linguísticas da criança com gagueira. O enfoque sobre a fala infantil promove reflexões sobre o processo pelo qual a criança passa a ser falante, capturada pela língua materna por meio da interação com o outro - aquele que interpreta a fala da criança e a introduz na língua constituída. Tal perspectiva também traz subsídios para a análise da questão dos erros, da heterogeneidade da fala inicial da criança.

Os erros são incluídos nessa teorização na medida em que eles falam de uma sistematicidade que não faz sistema (LEMOS, M.T., 1994 e 1995). Eles não devem ser

reduzidos à violação de normas, mas interpretados como efeitos possíveis do funcionamento da língua. A fala patológica não fica fora da linguagem, pois ela é também linguagem.

Questões levantadas por De Lemos (2002, p. 64), a partir de uma leitura de Saussure, obrigam “(...) a procura de uma definição clara de sujeito que seria compatível com a concepção de língua na teorização da Linguística”. Admitindo o projeto saussuriano, no qual a língua não é objeto de conhecimento (propriedades linguísticas não são observáveis), entende-se que não é possível sua apreensão por generalização indutiva; não há nenhuma entidade linguística, entre as que são dadas, que seja simples, mesmo reduzida à sua mais elementar expressão.

Saussure (1971, p. 120) exige que se leve em conta, ao mesmo tempo, um signo e uma significação. Para o autor, contestar ou esquecer essa dualidade equivale diretamente a privá-la de sua existência linguística, atirando-a, por exemplo, ao domínio dos fatos físicos. Ao tratar da delimitação de unidades no contínuo sonoro, Saussure vê-se obrigado a recorrer à fala e, conseqüentemente, ao falante. Não se pode falar de unidades linguísticas sem se admitir, simultaneamente, uma organização própria da língua. Segundo ele, a questão da identificação das unidades linguísticas é tão complexa quanto a sua segmentação: para ele, como já mencionamos no capítulo I, é difícil garantir que a mesma unidade esteja presente em dois atos de fala diferentes.

Nesse ponto, entra em questão a teoria do valor, a qual permite compreender por que a identificação das unidades linguísticas traz à tona a noção de estrutura linguística. Para Saussure, é impossível que a palavra, em meio a todos os usos que dela se faz, seja algo dado, que se imponha ao falante, como a percepção de uma cor; admitir a forma fora de seu emprego é cair na figura vocal que pertence à fisiologia e à acústica.

Assim, é possível criticar a posição de Pereira quando ela faz um elenco de fonemas que privilegiadamente levariam à gagueira. Como será possível observar nos dados discutidos nesse capítulo, não se trata de uma questão acústico-perceptual, mas de diferentes “modos de emprego” de uma determinada forma linguística no discurso como nos esclarece Saussure. Por isso, veremos que a mesma palavra ora é falada com fluência, ora sofre o efeito do bloqueio.

É importante retomar alguns elementos do trabalho de Freud (1977) sobre as afasias, em que ele propõe ser o aparelho psíquico constituído como linguagem. Desse modo, muitas perturbações da fala consideradas defeitos desse aparelho são encaradas como efeitos de seu funcionamento. Gostaríamos de apontar que, para Freud, “o campo

da linguagem se define pela sua extensão, e qualquer ideia de localização nesse campo supõe a de um deslocamento do ponto de vista anatômico para o ponto de vista dinâmico, ou seja, o de um *processo*” (SALZANO, 2001, p.110).

Essa concepção de Freud rompe com a teoria neuropatológica da época, que concebia que uma excitação corresponderia a uma representação localizada no cérebro. Nesse sentido, ele propôs pensar no trajeto dessa excitação e na sua simultânea modificação. Como lemos no texto de Salzano, o correspondente fisiológico da representação, não é, segundo Freud, da ordem do quiescente (do desligado), ou da natureza de uma causalidade, mas muito mais uma relação concomitantemente dependente, algo da natureza de um processo. E é esse processo que suporta/sustenta a localização.

Se há localização no campo da linguagem e se este campo pode ser falado como estrutura, ela ocorre em função da modificação provocada pelas representações em suas complexas associações. Com base nas perturbações da fala, Freud se detém na questão da estrutura e na função do aparelho de linguagem:

Sua estrutura [do aparelho de linguagem], ele [Freud] propõe, é uma área contínua, um campo constituído a partir da função desse aparelho, de associar e fazer transposições de elementos visuais, auditivos e motores. Não existe, portanto, um campo da linguagem antes de haver linguagem, ou que não seja construído por linguagem. Tampouco existe, nessa concepção do aparelho de linguagem, nada da ordem mecânica de uma causalidade (SALZANO, 1999, p. 111).

Tais palavras oferecem a oportunidade de entendermos as considerações de Freud sobre as perturbações na fala também para a gagueira, uma vez que se busca romper com a casualidade mecânica tão presente nos estudos sobre essa patologia, em que ela é vista como uma dificuldade no funcionamento, uma falha momentânea. Esta visão não abarca uma interrogação a respeito do sintoma na fala que implique o sujeito na linguagem.

Tanto as questões apontadas pela reflexão saussuriana, quanto as propostas por Freud, levam a questionar a análise da fala do gago da forma como foi apresentada pela análise linguística - precisamente fonética - feita por Pereira e por pesquisadores da psicolinguística. O local da gagueira foi definido pela notação dos sons, classe de fonemas, como no caso da maioria das oclusivas. A abordagem ficou restrita à descrição com fins demonstrativos da qualidade, ou, mais ainda, da quantidade defeituosa e

desviante da produção linguística. Este tipo de análise mostra-se não ser frutífera para responder quais os procedimentos e as inovações que a gagueira cria.

A experiência clínica também leva a questionar sobre outro aspecto difundido: o de que a gagueira ocorre no início das palavras. Cada vez que ela ocorre, há uma segmentação da palavra, um corte, que desfaz e refaz suas unidades. A palavra não é mais a mesma, é um novo ato de enunciação e um novo começo para o falante.

As questões do reconhecimento, da descrição e explicação das características que definem o diagnóstico estão inviabilizadas em função dos quadros em pauta. A descrição não acrescenta e nem questiona o sintoma na fala no caso da gagueira. Se admitirmos que o sujeito que fala é constituído na e pela linguagem, abrimos um caminho para se pensar a afetação que o sintoma produz no outro e no próprio sujeito, como é o caso da patologia em questão. Trata-se de um modo particular de enlaçamento de um sujeito na e pela linguagem – uma relação sujeito-língua e fala.

2.2 A questão da consciência do falante

Antecipo a gagueira, percebo quando vou gaguejar, sei quando e sei como. Devo dizer que, da mesma forma que sei que vou gaguejar, sei também quando não gaguejo. Não gaguejo em diversas ocasiões, como aqui na sessão, em que conto várias situações nas quais estive envolvido; nada acontece, também, quando canto, ou falo sozinho, quando falo com animais, ou crianças bem pequenas. Também não gaguejo quando não escuto o que eu falo (tampo os meus ouvidos quando quero falar ao telefone). Minha fala é sempre interrompida por repetições de sílabas, prolongamentos de sons que ocorrem principalmente nas consoantes, ou ainda, pelo bloqueio que me impede completamente de falar (A., 2007)⁹.

Não se pode deixar de notar que, muitas vezes, a gagueira não se mostra na superfície da fala, graças a certas estratégias de que lançam mão alguns falantes. Esse fato dificulta, sobremaneira, para o fonoaudiólogo a sua avaliação e tratamento. Na prática clínica, sempre chama atenção a frequente observação dos terapeutas na

⁹ Esse depoimento é de um falante gago adulto.

avaliação de pacientes com gagueira: “Estranhamente, o paciente não gaguejou em nenhum momento”; ou, então, “A criança parou de gaguejar durante a consulta”. Se a avaliação é tida como o momento apenas de detectar a gagueira, entende-se a surpresa demonstrada pelos profissionais. Considerando estarem diante de um caso “difícil”, usualmente não conseguem compreender claramente por que o paciente não gaguejou ao falar de seu problema.

Acostumados com casos nos quais a dificuldade se apresenta imediatamente no instante em que o paciente começa a falar e com os ouvidos “atentos”, primordialmente, para os momentos em que a gagueira aparece, muitos profissionais acabam esquecendo que a dificuldade não se apresenta o tempo todo; esse fato, na verdade, é muito comum na prática clínica.

Reportamos aqui, apenas para ajudar nossa reflexão, o caso clínico de um jovem de 21 anos. Apesar da sua queixa nas avaliações precedentes – feitas por outros colegas – a gagueira não foi observada. Entretanto, no primeiro contato, ele relatou o extremo sofrimento que sua fala lhe provocava em muitas situações de trabalho e em sua casa.

É digno de nota que durante todo o relato a gagueira não se manifestara de modo *evidente*. No entanto, reparemos no seguinte trecho de seu depoimento: “ - Quando chego em casa, eu assisto àquele programa das seis, das sete e das oito horas”. Mesmo sendo uma frase que o ouvinte leigo talvez nada estranharia, minha escuta levou-me a uma intervenção: “Diga novela”, pedi. O meu corte promoveu um efeito imediato: o paciente não conseguiu emitir qualquer som; como insistiu em novas tentativas, passou a tremer os lábios, a fazer movimentos com a cabeça para trás e bater os dentes.

Desse ponto em diante, ele não conseguiu mais ocultar a gagueira em sua fala – tal como comumente relatada pelos terapeutas. Assim, pusemos a descoberto o recurso usualmente utilizado por aquele paciente para evitar os momentos de gagueira, aspecto esse que passou a ser objeto de um longo trabalho no decorrer do tratamento.

O sofrimento dos pacientes, as estratégias ou tentativas de evitação da gagueira exigem que se coloquem em foco algumas das pesquisas da Fonoaudiologia que reconhecem as estratégias utilizadas pelo gago e as justificam através da menção à consciência do falante com gagueira. Estudos como os de Bloodstein (1981), Van Riper (1982) e de Pereira (2003), levantam uma questão muito discutida e citada nos estudos

de Pisaneschi (2001): é a menção à consciência do falante - “pessoas que gaguejam sabem”, “gagos usualmente antecipam”, “eles tendem a sentir”.

Em face dessa chamada consciência, o falante gago desenvolveria estratégias ou compensações para contornar os momentos de gagueira. Esse saber do falante colocaria o sujeito na condição de senhor da própria fala, mas, paradoxalmente, incapaz de evitar a gagueira. Conforme mencionamos no capítulo I, tais estratégias poderiam até despistar momentaneamente a gagueira em uma situação mais controlada de fala, como a citada no início, mas não fazem cessar a dificuldade, reforçando a hipótese da ilusão do sujeito capaz de controle da sua fala.

O tema deste suposto controle leva-nos de volta à fala da criança e a gagueira na infância. Como abordar a fala da criança diante do que se nomeia como o saber do falante gago sobre a sua fala? Traremos, para este trabalho, dados de aquisição de linguagem de uma criança, que identificaremos por L., de 2:10 de idade, em interação clínica. Esclarecemos que a sua fala provocara estranhamento nela própria e na sua família, a qual tomou a iniciativa de trazer-nos a criança que já era reconhecida como gaga.

Para um melhor acompanhamento das notações realizadas na transcrição cursiva da fala da criança, seguem abaixo algumas observações.

Notações:

- 1- / pausa de duração pequena ou média
- 2- // pausa mais longa, com respiração e/ou preenchida com oclusão glotal voz rangida (“creaky voice”).
- 3- T- Terapeuta
- 4- L – criança

Episódio 1

A criança entra na sala com a terapeuta, com o acompanhamento da mãe. Começa a desenhar utilizando-se do papel e dos lápis fornecidos; sentamo-nos no chão, com vários carrinhos espalhados ao nosso redor.

T: Que cor é o seu carro?

L: **é/ pe/ peto.**

T: E o da mamãe?

L: **É pata**

T: Qual carrinho que você mais gosta?

L: **Vede**

T: Você brinca de carrinho na sua escola?

L: **Não// tem// cainho// na minha// escola**

T: Como chama a sua escola?

L: **A pe, a pe Pepeieco (Peteleco).** (2:10 a)

Episódio 2

Criança desenhando no colo da mãe

T: Qual é o nome dos seus amigos?

L: **Não, não sabe?**

T: Eu não sei

L: **É é o Afael. U//// Pedro Tião, o To.**

T: E a sua escola?

P: **É, é, é, é pepeieco** (2:10 a)

Episódio 3

Em outra gravação:

T: Vamos ver o que o L. trouxe dentro dessa mochila?

L: (mostra o batman)

T: De quem é o Batman

L: **É meu**

T: O que mais tem aí?

L: **Oto batman**

T: Tem uma placa atrás. O que está escrito?

L: **Lucas**

T: Tem outra placa aqui. De quem é?

L: **Tiago**

T: E quando não tem placa?

L: **É do Tiago. Supe home do Tiago.**

T: Tem uma menina chamada Luísa na sua classe?

L: Não

T: Como é mesmo a sua escola?

L: **Peteleco. Não tem nenhuma Luísa.** (2:10 a)

Pode-se observar que as mesmas palavras - Peteleco (episódios 1, 2, e 3) e Tiago (episódios 4 e 5) - são gaguejadas de várias formas – e também há momentos de não gagueira. A gagueira não se apresenta o tempo todo e, quando ocorre, não se observa a mesma intensidade. Temos através desses episódios evidências empíricas para a afirmação de Saussure mencionada acima. A cada enunciação ou, nos termos do autor, a cada emprego, há um ato de fala singular que é afetado pelas contingências da posição subjetiva da criança na língua(gem). Por isso, existe uma variedade de fenômenos encontrados na fala de L., ao dizer a mesma palavra.

Episódio 4

Terapeuta e criança brincando de massinha no chão

T: Vamos fazer uma abelhinha. Da forminha sai uma abelha que gosta de doce.

L: O zo// // Tiago ele dota di, /di /sovete (engasgando).

Episódio 5

Criança chega à sessão com um folheto sobre gatos.

T: Que cor de olhos tem esse gato?

L: É, é azul.

T: Você gosta de gato?

L: o **Tiago** não gota

T: Quem não gosta? (arrumando a filmadora).

L: Eu doto / u//u//zu//zu// Tiago não. (2:10 a)

Dos episódios 4 e 5, destacamos os dois momentos em que a palavra Tiago é falada com gagueira. Do ponto de vista enunciativo, no episódio 4, a fala de L. não é motivada por uma pergunta da terapeuta. A criança participa do diálogo, gaguejando, ao articular à fala da terapeuta um comentário sobre o seu irmão. Em 5, a criança responde a primeira vez sem gaguejar à terapeuta, que lhe pergunta se ele gosta de gato. Na sua resposta, vem uma fala sobre o irmão (Tiago).

É interessante notar aqui a questão da negação. Quando a terapeuta pergunta se a criança gosta de gato, a resposta dada mantém o foco no irmão, com uma negativa. Quando ela pede, de certo modo, uma confirmação sobre quem não gosta (de gato), o

enunciado da criança vem destacar a diferença entre ele e o irmão (ele gosta, o irmão não).

Surge, assim, a gagueira com praticamente o mesmo tipo de prolongamento da vogal, seguida de um som intermediário até o extremo da língua alcançar o ponto articulatorio do fonema /t/, como foi observado no episódio 4. Em ambos os casos, há uma constrição parcial – com *creaky voice* – que impede, por um breve espaço de tempo, a emissão do fonema até que o nome Tiago se deixe dizer.

Observa-se nas pesquisas, como as de Bloodstein (1995) e de Pereira (2003), que as variações da gagueira acabam sendo vistas como:

1 - evidências de conhecimento da criança de sua própria dificuldade. Por exemplo, aquela com dificuldade no fonema /p/ anteciparia o lugar na cadeia em que supostamente o bloqueio atuaria, recorrendo a estratégias múltiplas - hesitações, trocas de palavras, retomadas etc.;

2 – evidências de que algumas classes de fonemas são mais difíceis para o falante gago do que outras.

Com relação à primeira hipótese, é importante trazer o que diz Canguilhen. O autor cita Goldstein, afirmando que partiu deste uma ideia bastante original: sintomas deveriam ser também entendidos como alterações na conduta, que expressam a “luta do organismo contra o defeito. Esses sintomas de proteção têm por finalidade evitar estados catastróficos, ou seja, evitar situações de angústia diante de uma dificuldade ou de uma total impossibilidade” (GOLDSTEIN, 1966, *apud* CANGUILHEN, 2000, p. 22).

Trata-se, portanto, de algo que, do ponto de vista comportamental, assemelha-se ao que está descrito por Bloodstein e Pereira, mas cuja interpretação de Canguilhen e Goldstein não segue o mesmo caminho da hipótese daqueles autores: não se trata de um conhecimento do lugar da gagueira, visto que o falante pode vir a ter ou não a dificuldade, como já vimos. Um gesto de proteção contra a angústia exige um outro tipo de escuta da parte do terapeuta.

Quanto à afirmação 2, observemos que, no episódio 1, a palavra *preto* (*peto*) encontra-se com repetição, mas, logo em seguida, *prata* (*pata*), não. De novo, a alegada dificuldade em determinadas classes de sons fica novamente questionada. Como entender, então, as operações ou substituições operadas pelos sujeitos falantes gagos?

Para Pisaneschi (2001), outra palavra surge, mas não uma palavra qualquer, uma desencadeada por um gesto, por um corpo já pronto para falar. Reapresentamos o

exemplo dado pela autora: um paciente tem um “bloqueio” ao falar; “... *ti///também assim*”. A terapeuta pergunta “- *O que aconteceu agora?*”, ele diz que, como não conseguiu falar “*tipo*”, mudou para “*também*” (p. 72). A autora procurou ressignificar esse suposto saber do gago, deslocando-o para a condição de “efeito” da gagueira sobre o falante gago:

Digo, neste trabalho, que essa “**tomada de consciência**” é efeito da gagueira sobre o gago; ele só pode saber que gagueja, mas não pode modificar essa condição, exatamente porque não pode controlar sua fala e a linguagem. Ele não pode tomar consciência sobre o “saber da língua”. O falante tem um saber que ignora – ele fala, mas não sabe sobre a linguagem (DE LEMOS, 1991). A língua é um tesouro depositado no falante (SAUSSURE, 1916). Esse saber é **tácito** (CHOMSKY, 1965, 1970, 1998, 2000, entre outros) – é saber que não se sabe. Ou seja, a língua tem um saber que o pesquisador quer enunciar, um saber que se movimenta no falante, mas que ele não pode movimentar (PISANESCHI, 2001, p. 83 , grifos da autora).

Citamos outro diálogo de um paciente gago com a terapeuta. O paciente diz:

- Eu trabalho na “ Uni//” - e completa: - “Universidade”.

A terapeuta pergunta:

- O que aconteceu?

- Ia dizer Unicamp, mas senti que não ia dar e mudei para universidade.

Note-se, aqui, que há uma interrupção e uma retomada do início da palavra com uma troca por uma palavra equivalente. Embora momentaneamente a estratégia pareça dar certo, nem sempre ela é garantia de sucesso. Poderíamos citar uma série de dados clínicos como contraponto aos argumentos que colocam o falante na origem da sua fala - daquele que decide entre palavras que quer ou não dizer.

Pisaneschi (2001) salienta que as substituições e evitações são governadas pela língua, pela trama estrita das associações da rede significante e são governadas pelo jogo de referências internas da linguagem. Na fala do sujeito gago, não se pode nem mesmo falar em dominância de uma posição sobre a outra: “menos que dominâncias, há intermitências na posição sujeito-fala” (FONSECA, 2002, p. 202).

É interessante focar aqui o episódio do diálogo entre paciente e terapeuta, “*Uni.//universidade*”, em que ele intencionava dizer *Unicamp*, mas mudou para *Universidade*. Tomando o diálogo acima, há que se lembrar o que Saussure ensina: “no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, o que exclui a possibilidade de pronunciar dois

elementos ao mesmo tempo” (p. 142). “Colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos” (ibidem).

Nesse último episódio, a substituição de palavra realizada pelo paciente baseou-se em uma relação no eixo associativo da língua pelo elemento comum aos dois termos, o radical “uni”. Podemos também explicar essa associação pela analogia dos significados (Unicamp, Universidade). Um determinado termo, diz Saussure, é o centro de uma constelação, um ponto para onde convergem outros termos a ele relacionados e cuja soma é indefinida (p.146).

Mais tarde, baseando-nos no texto de Fontaine (2002), vamos ainda apresentar outra explicação para a substituição ocorrida neste caso, baseada na localização corporal dos fonemas: a vizinhança articulatória permitiu a passagem de um fonema para outro, de /k/ de Unicamp para /v/ de Universidade.

Retornemos, porém, antes de fechar esta seção, à aquisição de linguagem pela criança. É dentro de uma perspectiva da subjetivação que De Lemos interpreta todas as mudanças que caracterizam a trajetória do *infans* a sujeito falante. São mudanças de posição em uma estrutura, relativamente ao outro, à língua e, em consequência, à fala da própria criança. É pela função de captura, a qual implica a determinação do sujeito pela ordem própria da língua, que se pode dizer que o falante é governado pelas restrições que a língua impõe, sendo a fala patológica também por ela determinada.

Vale notar que esses estudos possibilitaram Pisaneschi (2001) a ressignificar a fala com gagueira; o sintoma na fala gaga implica o falante, e a língua emerge como força determinante de todo e qualquer acontecimento linguístico. Assim, a autora, guiada pelas reflexões de De Lemos, tentou mostrar que o gago não procura a palavra que quer ou não enunciar - ele não tem esse poder de decisão. Para ela “as substituições e hesitações são governadas pela língua, pela trama estrita das associações da rede significante” (p. 73). Apoiada em outros estudos como da fala do afásico e monólogos da criança, a autora concluiu:

Se a criança e o afásico são falados por “*la langue*”, o gago não escapa a essa determinação, ainda que seu modo de presença na linguagem possa implicar uma posição diferente frente à própria fala - posição diferente da do afásico e da criança. Ainda assim, as “substituições” são governadas pelo jogo de referências internas da linguagem. O gago só pode ficar “sob efeito” do jogo significante e não “na origem” dele nas supostas escolhas que se diz que ele pode fazer. É exatamente essa relação à língua que

retira o sujeito da condição de senhor da própria fala. Ele está ali, mas entre significantes, implicado no jogo significante e sob efeito do que diz/não diz. Nesse intervalo, como mencionei acima, ele pode dizer “sim” ou “não” ao que sua língua autoriza, mas não pode mesmo “criar/inventar possibilidades” - substituições são aquelas autorizadas pela língua. Na gagueira, o falante fica no intervalo, hesita (ibidem).

Convém lembrar que Pisaneschi¹⁰ já questionara as pesquisas sobre gagueira sem conhecer ainda os estudos da Fonoaudiologia (PEREIRA, 2003) ou os da psicolinguística (KENT e CURLEE, 1991). Os autores por ela e por nós pesquisados acabaram se apoiando neste saber do gago sobre a sua fala.

Também encontramos em nosso estudo o que pareceu “incomodar” (sic) Pisaneschi: o fato de a terapêutica da gagueira orientar-se para o mesmo procedimento que se observa no falante gago, isto é, na direção de um aprofundamento da sua suposta percepção e conhecimento dos lugares privilegiados de gagueira na cadeia da fala. Em suas palavras: “(...) se o gago, ao tentar controlar sua disfluência acabava por torná-la mais acentuada, a terapêutica sugerida seguia a mesma direção do sintoma” (p. 82).

Não é diferente a nossa constatação ao observarmos que, nas propostas aqui comentadas, se privilegia os *loci* da gagueira como sendo um ponto importante no entendimento da patologia. As propostas apresentadas defendem que, para se tratar a dificuldade, seria necessário aprofundar a percepção e o conhecimento do falante em relação à emissão da sua fala para que ele, assim, pudesse realizar um maior controle sobre a sua produção. O que está em jogo, no entanto, é o fato de não haver uma proposta terapêutica cujo foco seja a suspensão dessa posição do sujeito no controle da sua fala, uma intervenção que justamente mude o modo como o falante gago lida com o seu sintoma.

2.3 – Ainda a fala da criança

A retomada da questão far-se-á, agora, pelo retorno ao caso clínico - a criança L. - e pela discussão de algumas questões levantadas pelo interacionismo em aquisição de linguagem. Com referência ao interacionismo, convém destacar que ele é

¹⁰ Recomendo ao leitor a dissertação de Pisaneschi, E., intitulada *Gagueira: disfluência sintomática*, na qual se encontram abordagens teóricas e clínicas sobre a gagueira, de pesquisadores norte-americanos e de fonoaudiólogas/pesquisadoras brasileiras: Cláudia Andrade, Isis Meira e Silvia Friedman.

uma teorização sobre a aquisição de linguagem, marcada por diferentes momentos ao longo de sua trajetória; além desses diferentes momentos, esse termo é também referido a vertentes teóricas diferentes. Pereira de Castro e Figueira (2006, p. 82) alertam que este nome pode causar uma zona de equívocos.

Esse alerta também está presente nas reflexões de Lier-De Vitto & Carvalho (2008, no prelo) sobre os interacionismos no intuito de esclarecer as suas particularidades. Destacam que o termo “interacionismo”, assim como o termo “interação”, são palavras que circulam soltas e são reservadas na área de aquisição de linguagem, sempre que se pretende dizer algo a respeito da relação mãe-criança. De uma forma vaga, o termo interacionismo nomeia propostas que incluem o outro. As autoras acima referidas citam Teresa Lemos:

[Abordagens interacionistas] partem da constatação de que a fala da criança (...) é tanto material, quanto formalmente dependente da fala do outro, pode-se dizer que, mais especificamente, do Outro Materno. Em suas teorizações, elas tiram proveito (...) do fato de que a criança cita o outro (LEMOS, 2002, p. 152).

É interessante notar que as autoras comentam ser interacionismo um termo vago e que, da mesma forma, como estamos acostumados a perguntar “o que é linguagem”, deveríamos invocar a mesma postura teórica para o termo “interacionismo”. Reportam-se a Cláudia Lemos e comentam que, para essa pesquisadora, o que está em questão é o outro-falante diferentemente da menção ao sócio interacionismo - em que o outro-social está mais destacado.

Realizados esses apontamentos sobre os dois termos, Lier-De Vitto & Carvalho (no prelo) sugerem que as oposições entre outro-social e outro-falante “abrem a fenda do corte que separa este interacionismo dos demais” (p. 2). Uma das diferenças entre os modelos no âmbito do sociointeracionismo e interacionismo é que, no primeiro grupo de trabalho, “o apelo ao social suplanta o linguístico” (ibidem). Quando se enfatiza o outro-social, privilegia-se a construção da dinâmica da intersubjetividade que é dual (nesse sentido, as autoras se referem à díade mãe-criança).

As palavras-chave de tais vertentes são “estruturação de turnos”, “troca/negociação de pontos de vista” ou “transmissão de mensagens/intenções/informações” e “atribuição/apreensão de intenções”. Assim, neste cenário, interação é comunicação e os processos subjetivos são vistos como negociação, reinando aí o sujeito psicológico - aquele que tem “pontos de vista”, que quer informar/expressar intenções e emoções e

que pode “regular o outro”. Tal cenário não nos é estranho, visto que já demonstramos em outras seções que algumas abordagens sobre a gagueira se apoiam nessa concepção de linguagem, qual seja, como instrumento de comunicação - um veículo/suporte material de conteúdos internos/mentais, como nos diriam as autoras.

Observamos que na questão da gagueira, quando a criança é trazida para as discussões, conforme a abordagem de Jonhson (1944), o adulto é colocado em evidência na relação com criança gaga. Para o autor, a gagueira começaria “não na boca das crianças, mas na orelha dos pais” (*apud* BLOODSTEIN, 1995, p. 77): as suas críticas e as correções abusivas desses últimos predisporiam a criança à gagueira.

É importante ressaltar o comentário de Pisaneschi a respeito da afirmação de Jonhson sobre o diagnóstico dos pais. Para ela, a inscrição do sintoma na escuta dos pais não diz de uma apreciação ou de uma avaliação, não é da ordem de um conhecimento, mas interpretado como um “desconhecimento, de um efeito” (PISANESCHI, 2001, p. 40).

Em uma outra concepção (BLOODSTEIN, 1995), a causa da gagueira desloca-se do adulto para a criança, que ficaria, portanto, sob pressão comunicativa. Nesse ponto de vista, a criança sente-se desconfortável como falante e acaba tentando evitar ou encobrir seu problema. Assim, a fala da criança transmitiria o mal-estar gerado pela dificuldade e a gagueira seria uma resposta psicológica. Observa-se que a linguagem é vista por muitos como transparente, como uma habilidade, ou seja, como um comportamento linguístico que ora é produzido ou modificado pelo adulto, ora é a percepção aguçada da criança da forma alterada de sua fala que levaria a modificação do seu padrão fluente.

Retorna-se, então, ao texto de Lier-De Vitto & Carvalho (2008) no momento em que apresentam a diferença decisiva observada pelas autoras no sociointeracionismo:

Os efeitos significantes entre falas não são considerados: não se procura explicitar seu papel na organização e concatenação do diálogo e, muito menos, na constituição subjetiva. Fora do foco em tais abordagens fica, sem dúvida, o “jogo da linguagem sobre a própria linguagem” (DE LEMOS, 1981, 1982). Por essa razão é que a linguagem não ultrapassa, no Sociointeracionismo, o estatuto de acessório da comunicação: ela é como dissemos, unicamente veículo-suporte de conteúdos e significados (p. 3).

Essa citação oferece a oportunidade de explicitar um ponto importante. Os sociointeracionistas se esforçam em delimitar um lugar que lhes causa surpresa, qual seja, a criança repete a fala do outro - eles se voltam para a dinâmica da interação mãe-criança e não para o jogo entre falas. A solução da intersubjetividade depara-se com seu limite, ao abordar a aquisição de linguagem: “processos intersubjetivos não podem responder por uma questão que envolve a linguagem” (ibidem).

Quanto à descrição categorial da fala de crianças, segundo as autoras, De Lemos insistiu no argumento crítico de que “a manutenção do compromisso com teorias linguísticas traz prejuízo a uma perspectiva ontogenética” (DE LEMOS, 1982, 1986, p. 14). Ainda segundo Lier-De Vitto & Carvalho, os aparatos são sincrônicos e não podem apreender a mudança. Para De Lemos, os procedimentos de aplicação poderiam até ser plausíveis “se houvesse forma de representar a contribuição do adulto e a contribuição da criança” (idem, p.19) – o que é difícil de realizar.

Diante dessas considerações, Lier-De Vitto & Carvalho afirmam que, quando se toma uma explicação pela via de processos intersubjetivos, é necessário que eles sejam assumidos como determinação “força fundante da linguagem e do sujeito” (LIER-DE VITTO & ARANTES, 1998). As propostas sociointeracionistas não cumprem tal exigência teórica e não podem aceitar “que o desenvolvimento dependa, a princípio, da interação, mas que o processo culmine no plano individual. Se o fizer, estará assumindo a perda gradual da força da determinação¹¹, perda que, do ponto de vista epistemológico, é insustentável” (LIER-DE VITTO & CARVALHO, 2008, p. 4).

Vale notar que há uma inconsistência teórica nas propostas sociointeracionistas. Como observam Lier-De Vitto & Carvalho:

Os processos intersubjetivos não participam da aquisição da linguagem que persiste como atividade cognitiva: é a criança que analisa, segmenta e internaliza a fala do outro – é ela que se apropria da linguagem como um conhecimento. Estamos no domínio, portanto, de uma subjetividade governada pela cognição (idem, p. 5).

As autoras citam uma reflexão de Milner que esclarece que as aplicações ignoram a natureza da relação entre objetos teóricos e dados. As teorias constroem

¹¹ As autoras no texto chamam a atenção dos leitores quanto ao sentido filosófico de “determinação”: “ela é fatalidade no sentido de que a direção que impõe é compulsória, a despeito de todo desejo ou força contrária (*‘malgré tout désir et tout effort contraire’*)” (LALANDE, 1926/1988, p. 344).

“tipos abstratos que tematizam o que há de comum/regular entre os dados” (1987, p. 574 - ênfase das autoras).

Há, portanto, uma assimetria entre os aparatos e os dados; nestes últimos, há irregularidade, inconstância, hesitação, inconclusividade, erros e equívocos, o que é impossível de se encontrar no nível das abstrações descritivas. Lembramos o leitor que, na discussão sobre disfluência infantil, a questão foi levantada por Scarpa (2001): ela também apresenta uma expressão de De Lemos, quando esta se reporta aos estudos da fala da criança e afirma que muitos enunciados são “higienizados”. Em certa tradição de descrever a fala da criança, as hesitações, repetições e retomadas são descartadas da análise.

No interacionismo, podemos observar desde a resistência da fala da criança à sistematização ou à categorização, por exemplo, por causa da presença de fragmentos de enunciados do adulto nas produções infantis. Isto é o que leva à hipótese da dependência dialógica da fala da criança à fala do outro. Nesta teoria, como afirmam Lier-De Vitto & Carvalho, interação é diálogo e é proposição problemática, de que derivam as seguintes consequências teóricas:

1. o reconhecimento da opacidade dos enunciados e, necessariamente, da insuperável não-coincidência entre falantes;
2. diálogo e interpretação são termos que se implicam mutuamente.

Para cercar um pouco mais a questão, o trabalho de Pereira de Castro fornece os elementos para o reconhecimento do caminho singular da criança na aquisição:

Ainda que determinada pela fala do outro, a da criança trilha um caminho singular na aquisição da língua materna, em que incluem erro e arranjos insólitos que exibem a força da imprevisibilidade atuando sobre um já dito pelo outro; dando a ver um sujeito na sua relação coma língua e com o outro. Nada nesse diálogo entre adulto e criança escapa à língua; é ela que sustenta a interpretação do primeiro, apesar da não coincidência entre as duas falas (2006, p. 5).

Os processos metafóricos e metonímicos (DE LEMOS, 1992) ofereciam a possibilidade de interpretar os enunciados da criança, não como instanciações de categorias e estruturas linguísticas, mas como produto de relações. Podia-se, assim, inferir, dessas relações, um movimento de ressignificação dos fragmentos do adulto na fala da criança e da própria posição da criança na língua. Esses fatos indicavam algo que

só mais tarde foi identificado pelo reconhecimento da ordem própria da língua, o que possibilitou abordar a mudança de um ponto de vista estrutural.

Tomar a língua como sistema, segundo Lier-De Vitto & Carvalho, acarreta um obstáculo: não ser concebida como passível de ser parcelada e ordenada. Para as autoras, “a implicação da ordem própria da língua, na abordagem da fala e das mudanças que nela ocorrem, é ponto de profunda diferença entre a proposta interacionista de De Lemos e a área de Aquisição de Linguagem” (p. 16). Vejamos abaixo:

As ocorrências de erros, fragmentos e composições insólitas não obscurece a força do funcionamento da linguagem. Enquanto imprevisíveis, esses fenômenos deixam ver **o funcionamento da língua como determinante do aparecimento de forma que, apesar de “estranhas”, são produtos efetivos de relações dinâmicas.** A natureza idiossincrática tanto da fala da criança, quanto das falas patológicas, é, ao nosso ver, um entre outros argumentos em favor da implicação do conceito de *la langue* de Saussure. **Conceito que permite pensar o sujeito – falante como submetido ao funcionamento da linguagem, “capturado” por esse funcionamento.** Um sujeito que, ao mesmo tempo, faz presença singular na linguagem (DE LEMOS *et alli*, 2003-4, *apud* LIER-DE VITTO & CARVALHO, 2008, p. 16, ênfases das autoras).

Para Lier-De Vitto & Carvalho, Saussure é invocado pelo fato de ele oferecer uma visão de linguagem compatível tanto com as questões epistemológicas quanto com os argumentos empíricos do interacionismo. Nas palavras das autoras, “Saussure foi uma saída da descrição – Cláudia Lemos propôs abordar *la langue* e seu funcionamento nas falas imprevisíveis e altamente heterogêneas da criança, falas resistentes, como temos insistido e procurado mostrar” (idem, p.16).

Abordar a fala com gagueira é colocar em evidência a heterogeneidade da fala da criança, abordada nos trabalhos sobre as falas sintomáticas da pesquisadora Lier-De Vitto (2006). Ela expõe a heterogeneidade nas falas patológicas em suas múltiplas faces: (1) a da não coincidência de uma fala consigo mesma; (2) a da não coincidência dessa fala com a da massa falante; (3) a da não coincidência entre falas de crianças e falas sintomáticas de crianças; (4) a da não coincidência entre falas sintomáticas num mesmo quadro de linguagem (p. 191).

Trazemos um dado de L., quando já contava com 3:1 de idade, para iluminar as questões levantadas até então. As sessões foram também gravadas em vídeo:

Episódio 6

Terapeuta e a criança L desenhando no chão:

T: Se eu colocar um prédio assim (desenhando), uma porta aqui e escrever escola. Que escola é essa?

L: **É do Tiago. Não é minha não (aponta para o desenho)**

T: Como chama a sua?

L: **Pe, Peteieco** (bloqueio e repetição da sílaba).

T: (continua o desenho) Uma porta aqui e vou colocar a letra P

Que escola é essa? (a terapeuta escreve a letra P em cima da porta)

L: **Peteieco é o P (apontando para o desenho) pe – te –ie – co (silabando)**

T: Quem estuda na Escola Comunitária?

L: **O Tiago. Na ecola do Tiago não tem isso (aponta para o telhado).**

(3:1a)

Nesse episódio, vale assinalar que a palavra “Peteleco” circulou em muitos momentos da fala da criança, como já visto, e que, em cada emissão, ela foi produzida de uma maneira distinta. Se, por um lado, os episódios já comentados (de 1 a 5) impediam o reconhecimento de uma dificuldade articulatória na fala da criança, e, visto que, também no 6, a palavra Peteleco foi emitida ora com gagueira, ora sem dificuldade, por outro lado, o conjunto dessas vinhetas clínicas mostra que a criança se encontrava no funcionamento da língua. E é nesse lugar que se observa a emergência de um sujeito.

De fato, podemos observar no episódio acima (6) que L. tomou o P escrito no desenho e tocando-o com o dedo (como se dissesse: *Peteleco se escreve com o P*), silabou o nome da escola: Pe-te-i-e-co. A criança privilegiou a letra escrita no desenho, acima da porta da escola, e indicou-a com o dedo. Ela passou a ser lida como um escrito; a letra foi tomada como um signo que **substitui** o nome completo da sua escola. Em outras palavras, diante de uma pergunta polar da terapeuta do tipo “*Que escola é essa?*”, a criança retomou a letra P e respondeu: Peteleco é o P (apontando para o desenho) pe-te-ie-co (silabando).

Foi num momento do diálogo que a fala da criança esteve relacionada à fala do terapeuta. Não são situações externas ou informações contextuais ou mesmo um conhecimento por parte da criança que estariam fornecendo pistas para ela, justificando, assim, o aparecimento “*Peteleco é o P*”. O que veio da fala da criança apareceu

diferentemente da fala da terapeuta: estabeleceu-se uma relação significativa entre as falas.

Este pequeno episódio dá visibilidade ao movimento da criança na linguagem como efeito das relações entre significantes. No interior de uma articulação entre significantes, o sujeito emerge entre redes que se entrecruzam na fala da terapeuta e da criança¹².

Vimos, também, que, em certo momento, a criança gaguejou na produção do fonema /p/, e em outros não. Esse fato, conforme nos tem mostrado a experiência clínica, e como já assinalado ao longo desta dissertação, leva-nos a suspender qualquer hipótese que se limite à atribuição de uma dificuldade específica na produção articulatória.

Observamos na clínica que crianças maiores - e mesmo adultos - comentam sobre a sua dificuldade logo após um episódio de gagueira, referindo-se ao fonema que não conseguiram falar. Por exemplo: “Não consigo falar o P, como o P de meu nome Patrícia, mas ao falar Pat, não encontro dificuldade”. Note-se que os dois nomes iniciam com o fonema P, mas o falante, ao relatar sua dificuldade, não se dá conta de que ele não hesitou justamente no lugar que alega não conseguir falar o seu próprio nome - *Patrícia*. Nessa perspectiva, a fala com gagueira pode ser contemplada como uma forma singular do sujeito estar na língua, em que os acontecimentos de sua fala dizem de um possível na sua heterogeneidade.

Como já mencionamos na Introdução, a aquisição de linguagem sempre interroga direta ou indiretamente o estado de um corpo nascente (PEREIRA DE CASTRO, 1998, 2006a). Trata-se, pois, do reconhecimento de que a aquisição de linguagem deve responder o seu problema fundamental, a saber, como pode um *infans* vir a falar? Para isso, se não se parte da hipótese de um aparato inato de que o *infans* seria dotado, a teoria deve se interrogar sobre os possíveis efeitos da fala do outro, no corpo do *infans*.

Deslocando a noção de corpo de um registro puramente orgânico para um corpo que sofre os efeitos da fala do outro e é pela fala transformado. Pensar a criança

¹² Em um outro momento, como no Trabalho apresentado no XV Congresso da Alfal – Montevideu/Uruguai, participação em uma mesa-redonda dentro do projeto *Estudios de la adquisición del lenguaje*, nos dias 18 al 21 de agosto -, esse mesmo episódio de L., foi por nós analisado, como um momento da relação da criança com a linguagem, no qual o nome da escola Peteleco foi por ela usado enquanto signo autonímico (Peteieco é o P) mencionado, ao invés de usado como signo ordinário. Título do trabalho: “Fala e Escuta: a relação sujeito-linguagem no caso de uma criança com gagueira”.

abre um caminho para a reflexão sobre a língua materna. Define o sujeito como falante e “passa a qualificá-lo a partir desse momento lógico de captura por um modo de funcionamento, sempre dividido entre *lalangue* e língua, entre a língua e a possibilidade de equívoco” (PEREIRA DE CASTRO, 2006a, p. 13).

No trabalho da autora, a reflexão do linguista Jean Claude Milner dá sustentação para uma articulação entre o estatuto da fala da criança e o conceito de língua materna. Pereira de Castro (2006a, p. 10) afirma que o autor afirma:

A língua materna deve ser considerada fora de uma seqüência cronológica ou classificatória de línguas. Ao mesmo tempo em que ela é uma entre outras línguas, para um sujeito falante ela é língua materna. É sempre possível tomá-la “por um lado que a impede de ser contada entre outras línguas, de lhes ser comparada”, diz Milner (1978).

A língua materna é tratada por Milner de um modo original, pelo vínculo por ele estabelecido entre língua materna e *lalangue*, nome que Pereira de Castro cita em francês e que Milner toma de Lacan para designar em toda língua o registro que a destina ao equívoco. Vejamos a citação da autora:

A heterogeneidade da fala infantil é aproximável da *lalangue* e sua função de excesso diante das gramáticas; é o eixo da poesia segundo o autor, incluindo aí o lapso, o chiste, o poético e a língua materna. Para Milner esta última é a figuração mais perfeita da *lalangue* (idem, p.11).

Assim, nessa reflexão sobre *lalangue* e língua materna, a autora comenta que as duas devem ser compreendidas pelo que a aquisição de linguagem nelas imprime como “traço de incomensurabilidade”, isto é, a constituição de um sujeito falante. A formulação do conceito de língua materna por Pereira de Castro é extensa e se distribui em vários trabalhos. Nesta dissertação, contudo, ficaremos nos limites da discussão da autora a respeito do que se deve considerar como a constituição de um falante. Para ela, a língua materna torna-se inesquecível a partir do momento lógico de captura da criança pela língua. Não se esquece a posição de falante, mesmo quando não podemos mais reconhecer a língua materna na superfície da fala.

Tal hipótese, desenvolvida nos trabalhos de 1998 e 2006, é retomada em 2006-a, momento em que a autora avança na sua reflexão. Procura mostrar que, se a língua materna é uma experiência única e inesquecível, no sentido em que vimos acima,

por outro lado, a aquisição de linguagem, tornar-se falante de uma língua, requer o esquecimento da fala infantil. Acompanhemos a autora:

Se por um lado, a língua materna é uma experiência única, irreversível e inesquecível – não se esquece a posição de sujeito falante, isto é, não se volta ao estado em que se encontra o *infans* – por outro, e por esse fato, ao se tornar falante, o sujeito esquece a fala infantil; a heterogeneidade e a imprevisibilidade que a caracterizam (2006-a, p. 13).

A hipótese se constroi através de um diálogo com a obra de Saussure (*Curso de Linguística Geral e Escritos de Linguística Geral*), com um texto de Milner (1988) e com a hipótese freudiana sobre memória e esquecimento (1901). No que diz respeito à relação com Saussure, Pereira de Castro observa que, nas raras vezes em que Saussure fala da criança, ele o faz quando discute a mudança linguística.

Recorre-se aqui a duas citações sobre a questão. A primeira do próprio Saussure e a segunda que é a interpretação dada por Pereira de Castro às observações saussurianas. Passagem em que a autora formula o argumento para a sua hipótese sobre o necessário esquecimento da fala infantil:

Não é mister que todas as inovações analógicas tenham essa boa fortuna. A todo instante, encontramos combinações sem futuro, que a língua provavelmente não adotará. A linguagem das crianças está cheia delas, porque as crianças conhecem mal o uso e ainda não lhe estão sujeitas; as crianças francesas dizem *viendre* por *venir*, *mouru* por *mort* etc. Mas também a linguagem dos adultos as oferece (...) (SAUSSURE, *apud* PEREIRA DE CASTRO, 2006, p. 14).

Parece plausível dizer que erros ou variações que caracterizam a fala da criança não seriam fator de mudança porque a mudança implicada pela aquisição levaria ao esquecimento (e a perda) destas variações (*ibidem*). Na aquisição de linguagem, a fala da criança, marcada pela heterogeneidade, aproxima-se, por identificação, daquela do adulto que a interpreta e, uma vez capturada por esse funcionamento da língua materna, na posição de falante, a criança esquece a fala infantil.

Note-se, ainda, que a autora não deixa de mencionar que o processo brevemente descrito acima acontece quando a aquisição é possível. Citamos novamente o seu texto, já que esta é a única passagem em que a questão de um percalço no processo é mencionada:

Cabe notar que me refiro nesta aula a um processo em que a aquisição da linguagem é ou foi possível, implicando o

esquecimento da fala infantil e o reconhecimento da fala da mãe como a de um outro, porque a língua materna “exige poder fazer-se própria em algum momento” (E. TESONE). Entretanto, como até mesmo a simples experiência nos mostra, este não é um percurso garantido de antemão, pode haver fracassos e tropeços na trajetória, o que dá todo sentido à hipótese da aquisição como um processo de subjetivação e que, ao mesmo tempo, nos remete à indagação sobre este corpo do infans afetado pela fala de outro (idem, p. 16).

A gagueira infantil afeta a criança enquanto um vir a ser falante, percurso que lhe obriga a sair da alienação na fala do outro, de um corpo-a-corpo da fusão inicial. Falar supõe uma perda, ou seja, para entrar no campo enunciativo a criança tem que se arriscar no estranhamento.

Segundo Jerusalinsky, “para que se estabeleça a condição da fala de uma criança pequena, é imprescindível que os pais estejam dispostos a correr o risco de que ele não diga o que eles esperam ouvir” (1995, p. 58). Então, evidentemente, embora eles estejam dispostos a correr este risco, a criança espera poder dizer o que seus pais gostariam de ouvir; quer dizer, para ela não é gratuito se desembaraçar do sentido para entrar no campo enunciativo: tem um custo, e um custo de risco que costuma ser apavorante. Para o autor, esta é uma condição de histeria, que considera universal. Algum vestígio desse sentido permanece no atravessamento das condições para produzir enunciação.

Diante dessas considerações, a gagueira infantil, nas perspectivas em que se toma a aquisição da criança como um processo de subjetivação, parte do pressuposto de que o corpo da criança presentifica a linguagem inscrita nele - como nos lembra Lier-De Vitto (2003, p. 236). O falante com gagueira sofre por efeito, da escuta do outro e principalmente pela sua própria escuta dos acontecimentos em sua fala e por causa de sua condição peculiar de falante, como nos lembra Lier-De Vitto: “questão subjetiva que remete a um abalo na identificação com outros falantes de uma fratura no imaginário de controle sobre a própria fala” (2005, p. 145).

Isso remete à língua materna em relação às condições permanentes – o processo de identificação - referidas por Pereira de Castro que seriam condições para que na posição de falante, a criança esquecesse a fala infantil. Ressalte-se que muitas crianças passam por um momento de gagueira, no período de 2 a 4 anos, o que os fonoaudiólogos chamam de gagueira fisiológica, mas não se tornam gegas e nem se

lembram dessa dificuldade, como T., irmão de L. mencionado abaixo nesse trabalho. Há necessariamente um esquecimento da fala infantil.

No entanto, existem aquelas que ficam aprisionadas na posição de falante gago e não conseguem nem mesmo ter uma escuta para a fluência que ocorre em sua fala. O corpo do falante não o deixa esquecer a sua condição de fala, na gagueira há o não esquecimento da sua condição de falante. Não é da ordem de uma lembrança que retorna, de um movimento a ser recuperado, mas de uma posição do sujeito que se fixa, que persiste como um resto que permanece.

O processo de identificação como um dos processos que garantem a mudança fica abalado pelo quadro apresentado até então, visto que a fala provoca um estranhamento na criança e no outro impedindo a identificação mútua entre os falantes. A dificuldade da criança em falar atesta a impotência da criança em se identificar, em se reconhecer em sua identificação, em distinguir-se como única na relação com o outro. Além disso, o que fica são as diferenças na fala, uma fala resistente, a “prisão do sujeito numa falta ou falha” (LIER-DE VITTO, 2005, p. 185), que resiste à mudança e o isola dos outros falantes de uma língua:

Quero dizer que se uma fala produz *efeito de patologia* na escuta do outro, essa escuta tem efeito bumerangue: *afeta aquele que fala*. Da noção de sintoma participam, portanto, o ouvinte, *que não deixa passar uma diferença e o falante que não pode passar a outra coisa*. Assim, o sintoma na fala “faz sofrer” porque é expressão tanto de uma fratura na ilusão de *semelhante* (descostura o laço social), quanto *na ficção de si-mesmo* (VORCARO¹³), i. e., de sujeito em controle de si e de sua fala (ênfase da autora).

Esses apontamentos levam às questões subjetivas do falante gago com as quais nos deparamos na clínica; a fala precisa sair para que se possa assumir a sua condição de falante, e essa condição “exige que se faça própria em algum momento”, nas palavras de E. Tesone citadas por Pereira de Castro. Já a criança, cuja fala trouxemos para esta dissertação, encontra-se em uma posição de esgarçamento, entre o risco de perder a linguagem do outro e de ter que falar em seu próprio nome. Quando procura colocar-se como autor da sua fala, o seu corpo mostra o lugar em que está

¹³ Contribuição de Ângela Vorcaro em exame de qualificação da tese de Suzana Fonseca, no LAEL-PUCSP (...) *apud* Lier-De Vitto, 2005.

aprisionado e aí o choro dizendo que não consegue falar. É importante ressaltar a expressão de Lier-De Vitto: “Onde o sujeito não está o corpo se aquieta”¹⁴.

A aquisição de linguagem analisada aqui através do interacionismo abre a possibilidade de pensar essa trajetória como de uma constituição subjetiva a partir dos efeitos do funcionamento da língua - efeitos de captura. Assim entendida, não há uma tomada de consciência, pela criança, de sua dificuldade. Tal consciência está ligada à ideia de crescimento do organismo, como já apontamos no capítulo I. Organismo e sujeito não coincidem: a criança se encontra em um processo que envolve o mecanismo de identificação ao outro e a uma língua.

Assim, a criança é falada pelo outro que antecipa as suas manifestações linguísticas de um vir-a-ser falante. Esse outro é entendido como instância da língua constituída (DE LEMOS, 2002); o outro é, então, ponto de articulação língua e fala (LIER-DE VITTO & CARVALHO, p. 17). Ao ser criança falada, ela é concebida como corpo pulsional, como um corpo interpretado. Por essa perspectiva, é possível dizer que as realizações linguísticas da criança com gagueira não pedem compreensão, mas deciframento. Isto porque, segundo Vorcaro (1997), “as manifestações da criança não têm estatuto de ação, mas são atos constitutivos de sua realidade psíquica e, portanto, escrevem o texto cifrado de sua relação com a alteridade” (p. 15).

Colocar em discussão o sintoma na fala - a qualidade específica da dificuldade na gagueira - foi um dos objetivos deste trabalho. Apoiamo-nos em uma abordagem do gesto, mas também na localização corporal dos fonemas - “algo que se escuta, por não se escutar” (FONTAINE, 2002), nosso tema no capítulo 3.

Reconhecemos, através dos recursos utilizados, que o misterioso, no caso da gagueira, é captar a fala inscrita e implantada no corpo da criança. As perturbações, no caso, as tensões e a constrição do trato vocal nas consoantes, são indícios de que há uma questão que interfere na aquisição da linguagem pela criança. Tais rastros, quais sejam, perturbações que a criança enfrenta na realidade da fala, colocam-se, não como um comportamento observável, um sinal, mas como um enigma a ser decifrado.

Conforme encontramos em Fontaine, para Lacan, não se trata mais somente de teorizar o modo como o signo adquire sua qualidade de significante, mas de saber como alguma coisa da linguagem ressoa no corpo (FONTAINE, 2002, p. 163). Essa reflexão sobre a entrada da criança na linguagem traz para a Fonoaudiologia a fala como

¹⁴ Contribuição da autora em exame de qualificação, dezembro de 2008

enigma, o sintoma como fala. Reconhecer este fato já produz um efeito, um deslocamento na clínica e que não se traduz apenas no que o caso de L. nos ensina, mas principalmente as questões que ele convoca.

2.4 - Um breve relato

Antes de passar para o terceiro capítulo, optamos por trazer aqui um breve relato dos nossos primeiros encontros com L. e sua família. Não é mais do que um relato: não visa uma análise das relações familiares nem se constitui propriamente como uma anamnese. Nosso intuito foi inserir os episódios de fala aqui discutidos em uma história de vida, ou em um trecho dela: momento em que iniciamos o tratamento.

Inteiramo-nos do problema de L. através de sua mãe que, ao término do tratamento fonoaudiológico de seu outro filho, T, mais velho, por retardo de linguagem, comentou que L. estava gaguejando já há algum tempo. Episódios passageiros de gagueira já haviam sido detectados no caso de T, sem ter sido, contudo, necessário intervir terapeuticamente. A gagueira do irmão L., no entanto, foi mencionada como totalmente distinta: a criança ficava bloqueada, ficava ruborizada, chegando a chorar e a dizer que não conseguia falar.

Marcada uma outra entrevista com o casal, pudemos perceber a preocupação paterna com o futuro, com a escola, com dificuldade de relacionamento com os colegas, enfim, principalmente com as dificuldades que a criança enfrentaria no seu meio social. A mãe detinha-se, de modo especial, aos problemas respiratórios que a criança apresentava - “É uma criança muito alérgica”, mencionando as frequentes amigdalites e otites. Contava, ainda, que se preocupava com os filhos e tentava, pessoalmente, suprir todas as suas necessidades, levando-os a médicos, à natação, cuidando dos seus afazeres de escola, pois “não podia contar com o marido”.

O pai projetava a dificuldade da criança em um tempo futuro de provável fracasso. A mãe situava-se, de outro lado, como a de tudo fazer para suprir as necessidades imediatas dos filhos. Ambos estavam em tempos descompassados, diferentes daquele vivido por L. que demandava atenção e paciência para ser ouvido.

Os pais consideravam até “aceitável” o retardo de fala do filho mais velho T. (“a maioria das crianças apresenta”), mas a gagueira de L. era-lhes um sofrimento muito grande. No entendimento parental, o falar bem de uma criança refere-se à quantidade de

sons e expressões, e, assim considerado, a gagueira de L era motivo de muita preocupação.

O nosso encontro com L deu-se quando ele tinha 2:10 de idade. Desde o primeiro momento, revelou-se uma criança muito interessada em carrinhos. Iniciamos a sessão (todas gravadas e transcritas nesse trabalho) com sua brincadeira favorita, com a mãe presente.

Quando nos dirigíamos a L., este voltava o olhar para a mãe, que intervinha – pelo olhar – como se recomendasse que atendessem ao nosso pedido. A gagueira ocorria sempre nas ocasiões em que L. falava em seu próprio nome, seja para pedir alguma coisa, ou para fazer algum dizer algo. Seus comentários espontâneos apresentavam, com frequência, menções de sua relação como o irmão: do que ele gostava de comer, em contraposição ao que seu irmão apreciava; quais suas brincadeiras favoritas comparadas às de T (episódios 4 e 5 transcritos cursivamente no capítulo II).

Nos primeiros encontros, ficou evidente sua grande dificuldade em separar-se da sua mãe; por cerca de três meses ele teve de participar das sessões, sempre acontecendo a mesma seqüência de olhares já descrita. Nestas sessões, pudemos observar principalmente episódios de tensão e de bloqueios. Como alguém tão pequeno podia gaguejar tanto! As iniciais foram muito difíceis, a gagueira suspendia ator e espectador num mesmo ato, a criança, de seu lado, perdia o ar, engasgava, ruborizava, e, do outro lado, a mãe visivelmente constrangida, olhava a criança e endereçava seu olhar para mim como se dissesse “Não é exatamente como falei?”.

Somente a título de comentário, ressalta-se que Maliska (2006), em seu texto “A voz e a angústia”¹⁵, comenta que é por ocorrer no corpo que a angústia não se deixa enganar; mostra-nos, também, que o termo *Angst*, na língua alemã:

[...] dá ideia de estreitamento, de constrição, é aquilo que engasga, que não sai da boca afora: tal como uma rouquidão vocal, uma tosse, um suspiro, um gemido, uma dispnéia.[...] a *angst* é querer falar quando a voz falha, é aquilo que entala, em que o sujeito fica paralisado, afônico, falta-lhe o ar para respirar, para falar. É o que ordinariamente fala-se na cultura quando alguém está prestes a fazer uma catarse: ou seja: “estou com algo entalado”, sendo necessário falar, colocar para fora, passar por este estreitamento (p. 151).

¹⁵ Para o autor, no que tange as disritmias, arritmias ou cacorritmias da voz, a angústia encontra-se como pano de fundo naquilo que faz com que o sujeito, angustiado frente à castração, titubeie quanto ao seu desejo de falar e aí a angústia provoca a constrição da voz, fazendo com que o silêncio impera onde haveria de imperar a cadência vocal.

No momento em que L. precisa se posicionar, seja para pedir, seja para comentar algum detalhe da brincadeira, a sua fala falta, fica presa, deixa o outro e ele próprio paralisados diante desse ato de fala, em que a criança emerge como um sujeito em falta. Acreditamos que os episódios de L. apresentados, o pequeno relato das primeiras sessões com L. e a família, juntamente com as observações de Maliska, abram espaço para uma reflexão que será apresentada no próximo capítulo: “O corpo na gagueira e o sintoma”.

CAPÍTULO 3 - O CORPO NA GAGUEIRA E O SINTOMA

3.1 Notas sobre o corpo: de que corpo falamos?

Ao se falar sobre a relação sujeito e linguagem, é imprescindível destacar a incidência da fala do outro na relação entre corpo e linguagem na gagueira. Pode-se perguntar, com Pereira de Castro (2003): “como se define o corpo para que se reconheça que sobre ele incidem os efeitos da fala de um outro?” (p. 60). Parece necessário que se reconheça o trabalho da linguagem sobre o corpo da criança, o efeito da fala do outro que, incidindo sobre o corpo do *infans*, vai se promover o alçamento deste último a sujeito no campo da linguagem.

Embora o de partida desta pesquisa seja a Fonoaudiologia, é de se salientar que, de um modo geral, nas abordagens do campo sobre a gagueira, o sujeito é o da cognição, da intencionalidade ou do conhecimento linguístico: por outro lado, na relação sujeito-corpo, o falante é visto como capaz de controlar o corpo. Entretanto, como já mencionamos nos capítulos anteriores, esse controle imaginário falha.

Para falar sobre o corpo e linguagem na clínica de linguagem, trilhamos, neste trabalho, um caminho aberto por Lier-De Vitto, Arantes, Pisaneschi, entre outras, em que se reconhece a noção de sujeito do inconsciente, ou mais precisamente o sujeito tal como subvertido pela psicanálise. Retomo aqui algumas considerações já feitas sobre a aquisição de linguagem e agora vista pela psicanálise: algumas palavras sobre o tornar-se sujeito.

A partir da concepção da psicanálise, a criança (o filhote humano) é vista de forma total e radicalmente diferente das psicologias que admitem a criança como um ser que vai se desenvolver segundo estágios programados pela ordem biológica. Para a psicanálise, segundo Azenha (2006), trata-se de uma *falta em ser* (p. 26). Em seu trabalho, esclarece a noção de filhote humano:

Ao nascer, a cria humana é apenas um organismo vivo, como os demais animais, sendo que a semelhança para por aí. O componente essencial da subjetividade, que diferencia o humano dos demais animais é a linguagem. A linguagem que precede cada ser nascido – encarnada na pessoa que cumpre a função materna. Neste momento precoce de estruturação, o psiquismo – ou subjetividade humana – não está dado ao nascer, mas a voz da mãe constitui um objeto primordial, que vai sustentar para a criança, através da sua fala, uma possibilidade de existir. O corpo

é, assim primeiramente um corpo falado, tributário da linguagem e, portanto de uma alteridade (ibidem).

Interessante observar o sentido dado pela mãe ao bebê que, uma vez dado à luz, chora, grita. O grito ou o choro são a única possibilidade de o *infans* fazer-se representar no seu apelo, nesse grito que a mãe interpreta e ao qual responde com afagos, colo, etc. Dona de um saber inconsciente, atravessado pelos registros imaginário e simbólico, a mãe, como representante do Outro, dá um sentido àquele choro ou grito, como se aquele pequeno organismo já fosse provido de uma intencionalidade. Por ser também atravessada pela linguagem, a mãe toma a criança no discurso próprio e atribui uma significação aos produtos da sua criança. Embora não haja coincidência entre o que é significado pela mãe e o real do organismo do bebê, é assim que a mãe fala com seu filho como se fosse um sujeito.

Nessa reflexão, o Outro¹⁶ antecipa um sujeito, tirando-o para sempre da condição de organismo e insere-o em uma condição de Ser. Segundo Azenha (2006), “com o estabelecimento do simbólico pela mãe, esse fluxo vital puro vai morrendo simultaneamente ao estabelecimento de outro tipo de fluxo: o fluxo pulsional como efeito da demanda do Outro. A mãe investe seu olhar, atenção, cuidado, tato, emoção e responde ao bebê com júbilo” (p. 29).

Por ser justamente o desejo da mãe de seu filho crescer, falar, andar, e o fato de a mãe “estar esperando que a criança lhe diga por que motivo ele ou ela [a criança] está aí” é que a criança, ainda não falante, vai poder, aos poucos, constituir uma resposta. A linguagem da mãe presentifica o simbólico para a criança e, diante de suas interpelações, a posição subjetiva da criança pode ser identificada com: “*Ela pergunta isso, mas o que quer de mim*”? É o caráter único da elaboração desta resposta que funda a singularidade de um sujeito.

Ao olhar seu bebê, reconhecer e apaziguar-lhe as tensões, a linguagem da mãe afeta o real do corpo da criança graças àquilo que ela imagina que seu filho lhe dirá algum dia por que ela o concebeu e como. É justamente pelas transformações das funções puramente orgânicas, pelos seus atos simbólicos que as significam, que a entrada da criança no mundo da linguagem é possibilitada. A mãe vai sustentar para a

¹⁶ É necessário apontar que o *Outro*, na leitura lacaniana, não é uma pessoa, mas um lugar simbólico - (o tesouro dos significantes), a lei, a linguagem, o inconsciente – em que o sujeito irá constituir-se. Ao semelhante, lugar da alteridade especular, Lacan vai nomeá-lo Outro, com letra minúscula (AZENHA, 2006, p. 29).

criança, através de sua fala, uma possibilidade de existir. Assim, onde havia um organismo, agora há um corpo sobre o qual há um dizer que funda e cifra a imagem corporal; dá contorno e sentido às suas partes e orifícios.

Ao falar da importância do estágio do espelho na constituição do sujeito, Azenha (2006) não deixa de observar que seu valor na formação do sujeito não está, em termos psicanalíticos, na sua dimensão empírica, mas na mediação da mãe: é através do outro que a criança pode se significar como sujeito; e o bebê vê sua imagem porque o olhar do adulto, no caso, a mãe, recorta o pequeno ser na superfície do espelho, dando-lhe contorno e unidade através de seu desejo.

Ainda segundo a autora (2006), no reconhecimento de sua própria imagem, o ser se reconhece naquilo que foi antecipado pelo Outro primordial. Este é um momento da estruturação do sujeito, em que se articulam o real, o simbólico e o imaginário: o sujeito ganha corpo, palavra e imagem. A impossibilidade de fazer essa nodulação essencial para que advenha um sujeito dá conta de diferentes nuances no campo do autismo e das psicoses.

Há aí diferentes possibilidades. Na gagueira, os pais ficam com um ponto de interrogação diante da fala da criança: “O que está acontecendo?”; “O que eu falo diante dessa situação?”; “Como tenho de agir?”. Há um momento de paralisação, de descontinuidade, de escansão e, portanto, de um “não-saber” diante da situação de desconhecimento da fala da criança. Esta, por outro lado, fica sob os efeitos da sua fala no outro e nela própria, como já observou Pisaneschi (2001) sobre o falante gago adulto. Qual a possibilidade de a criança desgarrar-se desse impasse? Ela fica sob o efeito de sua fala e com a angústia que não cessa de se inscrever, marcando sua relação com a língua que ela quer falar. Há um apelo vindo do Outro ao qual a criança não tem condições de responder. O sujeito está ali preso, congelado nessa posição na gagueira.

Na trilha de uma abordagem sobre o corpo na psicanálise, ressalta-se o alerta de Salzano (2003) sobre o modo como temos, em geral, suposto o corpo:

Imaginamos nosso corpo como algo organizado em partes, dotado de um princípio de funcionamento e limites, um corpo, em suma, cujo funcionamento independe de nosso pensamento. Tratamos o nosso corpo, por exemplo, assim como tratamos a língua, como um sistema/código separado, a ser apreendido. Ora, não foi isso que Freud percebeu no corpo da histérica. Esse corpo colocava em questão o corpo tal como era pensado pela medicina da época, *porque o sujeito podia servir-se de seu corpo, em vez da fala*, para expressar seu sofrimento e até para dramatizá-lo. Se há, então, um pensamento separado da consciência, isto é, se algo

pode falar pelo corpo, sem que o Eu disso tenha conhecimento, é porque o corpo está construído como linguagem, mas separado dela pela fala (p. 63-64).

Já na Introdução deste trabalho, foi dito que L., a criança cuja fala com gagueira foi objeto de nossa atenção no capítulo II, contrariamente ao que se costuma ver na clínica, já verbalizava suas dificuldades ao falar. Sua fala, entretanto, não apagava a dramatização no corpo: não eram apenas a tensão e a constrição articulatória, fenômenos reconhecidamente característicos da gagueira. L. também apontava a garganta, engasgava, tossia, visivelmente sem ar. Com pouco menos de 3 anos ele já era tomado pelas diversas formas de dramatização da dor. Um corpo em sofrimento, chegando a um ponto em que a criança desistia de falar.

Retomemos o trabalho de Salzano no ponto em que ela nos fala sobre a memória a partir de Freud:

O processo de inscrição dessas representações na memória também constitui um processo complexo para Freud, em sua concepção, a memória não é consignada de uma só vez, mas registrada em diversos sistemas simultaneamente, de maneira que o traço mnêmico, longe de constituir a memória, permanecer idêntico a si mesmo, sofre, reordenações e, dessa forma, a memória não nos é apresentada, a partir de Freud, como qualquer possibilidade de apreensão imediata do sujeito por si mesmo, mas como primariamente inconsciente (idem, p. 63).

Em outro momento, Salzano esclarece o que seria a memória para Freud: “A memória não é um processo mecânico pontual, nem a reprodução idêntica de um traço imutável, memória da consciência, mas sim um processo dinâmico completamente inacessível à experiência. Freud propõe a *divisão da consciência*” (ibidem). Assim, se há um funcionamento separado da consciência, isto é, se algo pode falar pelo corpo, sem que o Eu disso tenha conhecimento, é porque o corpo está constituído como linguagem, mas separado dela pela fala.

Retomando a questão da gagueira, mencionou-se no capítulo II que, se o esquecimento da fala infantil - tal como formulado por Pereira de Castro (2006a) - é condição para a aquisição da língua materna, por outro lado, a gagueira diz de um não esquecimento, de um resto, algo que fala pelo corpo, sem que o falante tenha sobre ele qualquer controle. Note-se que é impossível dizer qual o conteúdo desse resto, disso que fala pelo corpo: algo que não se explica por um processo de memorização cognitivamente definido, mas pelas condições acima descritas por Freud.

É importante ressaltar aqui uma questão clínica, ou melhor, algo que observamos na prática clínica ao longo dos anos de trabalho com crianças e adultos afetados pela gagueira. Em certos casos, há o que poderíamos nomear uma fixação da gagueira, como efeito de um processo cujos elos não se deixam ver claramente. Nesses casos, o prognóstico é mais restrito, mesmo que haja uma intervenção terapêutica. Isso não é da ordem de uma cronologia, mas de uma rede de associações que vai se inscrevendo no corpo do falante, mantendo a tensão e a constrição sempre presentes. Por esses argumentos é que se pode dizer que o corpo da criança é, nesses casos, terreno de memória, da sua condição singular de fala.

A título de ilustração do que acabamos de comentar, ao final deste capítulo, traremos algumas indicações da situação atual de L., uma vez que, após dois anos e seis meses de acompanhamento clínico semanal, pôde-se observar uma mudança da relação da criança com sua fala: a gagueira lentamente desaparecendo da superfície da fala. Mas sua história clínica, ver-se-á, mais abaixo, teve os seus desdobramentos.

Nesse momento de especulação, penso ser possível dizer, a partir das hipóteses de Freud, que as crianças pequenas que apresentam hesitações na fala exigem que pensemos a forma como concebemos o sintoma da e na linguagem. Isto porque não podemos conceber que a dificuldade da criança não afete a ela mesma no seu processo de identificação e na sua estruturação como sujeito falante.

Para explorarmos mais esta questão, sirvo-me do trabalho de De Lemos (2007), “Da angústia na infância”, no qual a autora comenta que na Psicanálise, mais precisamente para Jacques Lacan, “a angústia é o afeto que não engana, não servindo, pois, para encobrir, como talvez outros afetos, como as lembranças, mas para dar o sinal de alarme diante do desejo do Outro”(p. 117). Para a autora, é a Linguagem que introduz o vazio no real, instaura a falta, a perda, a divisão; acrescenta, ainda, que, no Seminário X, segundo Lambotte (1996, p. 42), Lacan “situa o ponto de angústia na borda convocada a distinguir radicalmente o real daquilo que é do domínio do significante. Entre dois, a linguagem e o vivo, ou entre o simbólico e ‘a morte’ como dispersão que encarna o real” (MILNER, 1983, p.16, nota 4, *apud* DE LEMOS, 2007, p.119)

Para De Lemos (2007) é “aí que se situa a angústia que o bebê e o velho tanto atualizam diante do outro, quando padecem”(ibidem). Ainda a autora, ao retomar de Freud (1932), acerca do tema da angústia, esse entre-dois está implícito no modo como são configuradas as situações de perigo:

Se nos detivermos um pouco nessas situações de perigo, podemos dizer que, de fato, para cada estágio do desenvolvimento está reservado, como sendo adequado para esse desenvolvimento, um especial fator determinante de ansiedade. O perigo de desamparo psíquico ajusta-se ao estágio da imaturidade inicial do ego; o perigo de perda de um objeto (ou perda de amor) ajusta-se à falta de auto-suficiência dos primeiros anos da infância; o perigo de ser castrado ajusta-se à fase fálica; e finalmente, o temor ao superego, que assume uma posição especial, ajusta-se ao período de latência (ibidem).

Para ela, é Lacan que localiza esse entre-dois, seus efeitos e a violência dos “mecanismos do significante”, pelos quais o vivente é capturado e permanece aprisionado, assim como “arrancado de sua imanência vital”:

Onde está o sujeito aí dentro? Na individualidade radical, real? Na sua condição de puro paciente dessa captura? No organismo a partir daí aspirado pelos efeitos do isso fala, pelo fato de que um vivente entre outros foi chamado a tornar-se o que o senhor Heidegger chama de “pastor do ser”, tendo sido preso nos mecanismos do significante? É ele, no outro extremo, identificável ao próprio jogo do significante? E o sujeito não passa então do sujeito do discurso, de algum modo arrancado à sua imanência vital, condenado a sobrevoá-la, a viver em uma espécie de miragem que decorre dessa reduplicação que faz com que tudo o que ele viva não somente ele o fale, mas, vivendo-o, ele o vive ao falar, e que já o que ele vive já está inscrito em um *epos*, uma saga tecida ao longo de seu próprio ato? [...] Será que isso basta, saber que a função do sujeito está no entre-dois, entre os efeitos idealizantes da função significante e essa imanência vital que vocês confundem, penso, ainda com a função da pulsão? (LACAN, 1996, p. 72, *apud* DE LEMOS, 2007, p. 120, tradução da autora).

Seguindo o que foi exposto até aqui, não se pode deixar de salientar que “para abordar os afetos, é preciso passar pelo corpo, o qual não é afetado senão pela sua estrutura” (LACAN, 1974, p. 29, *apud* LEITE, 2006, p. 119). A estrutura se refere, necessariamente, à linguagem e, portanto, ao seu fundamento, o significante. O afeto vem ao corpo sob a forma de um desarranjo de suas funções, implica o corpo enquanto aquilo que é afetado. Como nos lembra De Lemos, “é a partir de sua própria estrutura que se instauram formas de encobrimento do ponto de angústia na criança” (idem, p. 4).

3.2 A implantação do significante no corpo.

Este subtítulo remete-nos ao texto de Fontaine (2002), intitulado “A Implantação do Significante no Corpo”, em que o autor revela que Foucault toma ao pé da letra a indicação que está no prefácio a *Le Schizo et Les Langues*, de Louis Deleuze. Nele Deleuze afirma que “a psicose e sua linguagem são inseparáveis do *procedimento linguístico*” (p. 145). Fontaine sugere, contudo, ainda, uma expressão mais vaga para procedimento “fazer com os sons”:

Procedimento, tomado por Foucault de Deleuze, traz consigo uma possível conotação de sistema deliberado que, para os três autores¹⁷ em questão, é deveras impertinente. Com efeito, dão testemunho de que, a respeito do *fazer com* os sons, eles não tinham justamente nenhuma escolha possível. Inventaram uma modalidade do *fazer com*, mas isso é diferente de construir um *procedimento* (idem, p. 146).

Fontaine, referindo-se novamente a Foucault, esclarece que, nas formas da psicose, não se trata da voz, mas de alguma coisa chamada por Foucault de *ruído, gesto sonoro* e mesmo de *grito*: “De um modo geral, o seu empreendimento relaciona os sons da língua (mas estando próximos do ruído, do murmúrio ou do grito) com alguma coisa aplicável à corporeidade, na medida em que ela visa àquilo que, nos corpos, é órgão” (idem, p. 146-147). O autor deixa claro, em seu trabalho, que a voz é tomada, nesse campo conceitual: “na condição de objeto pulsional, a voz é silenciosa, como todo objeto em torno do qual circula em laço a pulsão” (idem, p. 146).

Para o autor, receber o estatuto de pulsional exige-se colocar certos preâmbulos, nos quais não se prendeu nesse trabalho. A decisão tomada no texto de Foucault, segundo Fontaine, apoia-se precisamente em um estado da questão anterior à organização pulsional, tal como ela pode aparecer nas neuroses. Foucault associa uma disfunção na linguagem e a entrada em função prevalente de um órgão do corpo, “esses laços no corpo, abertos de algum modo para o exterior” (idem, p. 148).

Deixamos momentaneamente a criança para dizer que não poderíamos deixar de observar os ecos do que diz Foucault no testemunho de A.¹⁸, paciente gago, cujo depoimento foi apresentado anteriormente na abertura do item 2.2 do segundo

¹⁷ Os três autores citados por Fontaine referem-se a Wolfson, Brisset e Roussel, cada qual servindo-se, segundo o autor, de um procedimento no “uso” da língua.

¹⁸ Lembramos que A. é um paciente adulto.

capítulo (p. 38). Ele precisa fechar os ouvidos para não se escutar; não pode sustentar a sua posição de falante e, quando fala e se escuta, sua fala é atravessada por fortes bloqueios; o corpo é tomado por movimentos da cabeça para trás e tremor nos lábios.

Em sessão fonoaudiológica, observamos que A., ao realizar os movimentos sem som das consoantes, não apresenta maior dificuldade; porém, à medida que o fonema é emitido, seu corpo é atravessado por movimentos e tremores e surge a queixa: “não consigo movimentar os lábios”. Mas ele não se dá conta de que, para emitir tal queixa, não deixou de realizar o movimento, principalmente na emissão do fonema /m/.

Trata-se aqui do que Fontaine nos mostra seguindo o texto de Foucault de perto, em seu comentário a respeito dos três autores citados anteriormente, Wolfson, Brisset e Roussel, designando uma falta que toca alternadamente um dos polos de seu tripode: orelha, boca, olho:

Ora a designação encontra-se alterada (as frases imbricam-se com as palavras), e a boca se fecha, ora ocorre a comunicação das frases pelo sentido, e os olhos se dilatam, ora o código finalmente é abolido, e a orelha se acha invadida pelo som. Para dizê-lo em seus termos: “ao apagamento de uma das dimensões da linguagem corresponde um órgão que se erige, um orifício que entra em excitação¹⁹”. Se esse é o caso, aquilo que ele chama de lugares da linguagem põe-se a funcionar ruidosamente em sua materialidade primeira, três vértices do aparelho que circundam o crânio (ibidem).

Fontaine atém-se, mais estreitamente, ao eixo principal das localizações corporais dos pontos de articulação em que as consoantes encontram sua função no corpo, ou seja, as localizações em que a coluna de ar encontra-se escandida (velares, fricativas, guturais etc.). Parece essencial, segundo ele, notar que as localizações corporais não representam senão um dos casos possíveis pelos quais a “sensorialidade” – o conjunto polimorfo da sinestesia dita proprioceptiva – encontra-se implicada como espaços em que pode tentar se inscrever.

As vogais, por um lado, são sons que apresentam pouca importância para Wolfson, pelo fato de lhe faltarem as marcas que as diferenciam, apresentam pouca especificidade gestual, o que impossibilita os “pontos de ruptura”. Seguem abaixo as palavras do próprio Wolfson:

O *schizo* foi antes habituado a não prestar quase nenhuma atenção às vogais dos vocábulos ingleses que encontrava (na

¹⁹ Palavras de Foucault citado por Fontaine.

verdade, não se deixando quase nunca incomodar por elas), porque tinha descoberto, entre outras coisas, que as vogais correspondentes diferem mais frequentemente na comparação com vocábulos congêneres, enquanto as consoantes são, pelo contrário, mais estáveis e seguem mais exatamente certas leis linguísticas em suas mudanças (idem, p. 149).

As vogais não apresentam, para ele, marcas que as diferenciam (massas plásticas e informes). De fato, segundo a fonética acústica, as vogais apresentam poucas especificidades gestuais, poucos pontos de contato ou mais precisamente constrição no trato vocal. Por outro lado, as consoantes apresentam uma localização corporal. Fontaine esclarece que, para que haja o efeito de escansão, não se trata de a parada da coluna de ar localizar-se exatamente no corpo.

Do mesmo modo, de uma língua a outra, tampouco há uma diferença “muito grande”. A vizinhança na localização corporal em que se dá a ruptura do som é suficiente – gutural ou velar. Na Fonética Articulatória, localizações corporais do fonema em que as consoantes encontram sua função no corpo, como identificadas por Fontaine, são denominadas variáveis do trato vocal, ora do tipo protrusão labial, local de constrição da ponta da língua, grau de constrição do corpo da língua, etc. (ALBANO, 2001, p. 54).

Tal abordagem de Fontaine pode ser utilizada para o falante gago, nas mudanças que ele realiza em sua fala, já que ele está sob o efeito da língua. O traço, o gesto sonoro ou ruído, assim chamados por Foucault, estão inscritos no corpo do falante e é a partir deles que se torna possível realizar as alterações de palavras. Um fato importante anotado por Fontaine é que este traço não está inscrito no sentido exato da homofonia, mas na função de participação corporal que introduz uma marca temporal.

Retomamos, novamente, o exemplo colhido em uma sessão fonoaudiológica de A. Ao realizar o movimento das consoantes sem som – tempo mudo da consoante -, ele não apresentava qualquer dificuldade, mas quando ouvia sua voz na emissão dos fonemas, exibia constrição, principalmente na protrusão labial.

É bastante citado na literatura sobre a gagueira o fato de os falantes apresentarem posturas silenciosas: o gago, muitas vezes, realiza diversas posturas silenciosas da boca antes que a palavra seja falada, ou ele pode assumir uma posição fixa e lutar com a mesma em silêncio antes de soltar o que quer dizer: “(...) um gago pode prender a respiração com as pregas vocais verdadeiras e falsas contraídas (...) protruir a língua ou torcer os lábios para um lado” (VAN RIPER, 1990, *apud*

PISANESCHI, 2001, p. 14). Reações como essas são explicadas pelos autores como *reações de evitação*, que envolvem pouco esforço explícito (de músculo), mas muita ansiedade e estado de vigilância constante (esforço mental) no uso de estratégias como substituição de palavras temidas por outras não temidas.

À luz da reflexão de Fontaine (2002), poder-se-ia dizer que o falante gago talvez se apoie na “leitura” de uma imagem de movimento: “uma recitação interior de modo geral; as escansões introduzidas no que seria a catástrofe da perda da descontinuidade do significante não vão sem uma forma de vocalização” (p.159). A leitura silenciosa dessa imagem do som seria, portanto, o apoio encontrado pelo gago para a emissão do fonema. Já como fonema, ele faz parte da língua constituída e assim, podemos entender a dificuldade encontrada pelo falante gago na emissão da palavra.

É importante acrescentar que o falante com gagueira não utiliza apenas um tipo de “leitura” da letra, mas também dos sentidos similares das palavras; apoia-se na vizinha articulatória - como nos diálogos apresentados no capítulo II (p. 44) – Unicamp// universidade, na assonância ou na semelhança articulatória como no exemplo ti// também (citada no exemplo de PISANESCHI, 2001).

Além disso, há que se observar que, na gagueira, outras relações com o corpo são consideradas, como o acento, o ritmo. Pereira (2003) também foi tocada pela questão do acento que interferiria na fala do falante gago e por isso analisou sua posição na fala das pessoas por ela analisadas. Um detalhe deve ser mencionado no trabalho da pesquisadora: o foco não era a busca de outras possibilidades da relação do falante com o corpo, mas apenas no tamanho da palavra que interferiria na produção da fala com gagueira - se eram de uma sílaba ou mais.

Trago aqui para esclarecer a relação do acento com o corpo outro diálogo apresentado também no capítulo II (p. 53) de uma paciente que apresenta dificuldade em falar o próprio nome, “Patrícia”, e não apresenta dificuldade em emitir o seu apelido, “Pat”. Nos argumentos de Pereira, a explicação seria pelo tamanho das palavras, mas, no nosso ponto de vista e pelas nossas observações clínicas com essa paciente, observamos outro tipo de relação ao corpo que se dá através do acento. Patrícia é uma junção da dificuldade na emissão do fonema /t/, uma vez que o ápice da língua (articulador ativo) precisa sair de uma posição neutra e elevar até o ponto articulatório do fonema mais o acento, o que acaba se tornando duas variáveis que se inscrevem no corpo.

Outra possibilidade muito utilizada pelo falante gago é o trabalho com o ritmo, a diminuição ou o aumento da velocidade, numa tentativa de adequá-lo para que sua emissão seja facilitada. Muitas técnicas usadas pelos fonoaudiólogos no tratamento da gagueira privilegiam o ritmo como forma de reeducação da fala como é o caso da técnica de suavização.

De fato, para Fontaine, tanto o ritmo como o acento fazem com que o corpo seja tomado na sua cenestesia²⁰, podendo “servir para suportar um número de escansões” (p. 150). Nota-se, entretanto, que os procedimentos linguísticos utilizados pelo falante gago levam a linguagem a um limite, já que o falante experimenta vários tipos de transliterações ainda improdutivas e que ele não alcança o pretendido, qual seja, fazer cessar a gagueira em sua fala. Ele fica prisioneiro de seu próprio procedimento, às vezes satisfatório como o caso do jovem apresentado no início do capítulo II, que obtinha certo êxito diante de colegas, mas cuja condição ou posição como falante permanece a mesma. O falante gago pretende muitas vezes utilizar a língua como uma ferramenta e, para isso, seus procedimentos acabam sendo tomados de uma forma compulsiva, na sua fantasia de controle da fala.

Antes de continuarmos com as reflexões de Fontaine, gostaríamos de voltar à criança foco do nosso trabalho. No capítulo II, ao mencionarmos o modo como as hesitações e repetições surgem na fala de crianças e adultos gagos, citamos Bloodstein a respeito das crianças: “certos sons e palavras lhe parecem mais difíceis e passam a significar ameaças para o pequeno falante, que começa a desenvolver estratégias para evitá-las” (BLOODSTEIN, 1994, *apud* PEREIRA, 2003, p. 32). As palavras do autor colocam em evidência um conhecimento pela criança de sua dificuldade.

Contrapós a esse argumento uma citação de Canguilhem (2000) que se refere a colocação Goldstein (1966) que afirma: “esses sintomas de proteção têm por finalidade evitar estados catastróficos, ou seja, evitar situações de angústia diante de uma dificuldade ou de uma total impossibilidade” (p. 22). Tal argumento não segue o mesmo caminho da hipótese daqueles autores: não se trata de um conhecimento do lugar da gagueira, visto que o falante pode vir a ter ou não a dificuldade, como já vimos. Um gesto de proteção contra a angústia exige outro tipo de escuta e com as reflexões de

²⁰ NT *cénestésie* = impressão geral de bem-estar ou mal-estar resultante de um conjunto de sensações internas não específicas (cenestesia: *koinós*, *é*, *ón* = comum, *aísthesis* = sensibilidade). Em português, há também cenestesia, ou seja, sentido que proporciona a percepção dos movimentos musculares (*Kinesis*, *eos* = ação de mover, movimento). Cf. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (Nota e ênfase da Tradutora Viviane Veras).

Fontaine podemos avançar nessas questões. A criança é compelida a buscar uma consistência para esse corpo que está se esgarçando e, assim, os procedimentos de evitação dos “estados catastróficos” são as condições possíveis, são a forma de o sujeito ir em frente, sair da paralisação, da constrição que o impede de falar.

Retomemos, ainda mais uma vez, o trabalho de Fontaine (2002) e seu interesse pela discussão feita por Jakobson em torno da definição de fonema. No contexto da linguística estrutural, Jakobson procurou destacar o fonema de suas ligações fonológicas (que seriam pura análise de sons) e suas ligações psicofonéticas (com o peso de uma interrogação ontológica sobre a “sede” do fenômeno linguístico), de modo a associá-lo a uma análise da linguagem tomada como tal (p. 154). Depois de destacar essas ligações, Jakobson pensa o fonema como o único elemento específico da língua, chegando a considerar a possibilidade de uma *língua de fonemas* como a língua por excelência.

Segundo Fontaine, o Projeto de Terminologia Estandarizada da Escola de Praga, de 1931, define o fonema como *unidade fonológica* – enquanto termo de uma oposição – sendo essa oposição “a diferença fônica suscetível de servir, numa língua dada, à diferenciação de significações intelectuais. Em sua segunda lição, Jakobson retém do *Cours de Linguistique Générale* a fórmula tornada célebre de que ‘os fonemas são, antes de tudo, entidades opositivas e negativas’” (ibidem).

Na elaboração teórica de Jakobson, ainda segundo Fontaine, sobre o conceito de traço diferencial²¹, estão as qualidades sonoras da linguagem, que, a título de diferenças, fundam os termos de uma oposição diferencial definida negativamente. Estes traços diferenciais são variáveis de uma língua para outra, e teriam a tarefa de discriminar o sentido das palavras. O fonema²² - feixe de traços distintivos – aparece,

²¹ Os traços distintivos constituem-se como propriedades articulatórias e/ou acústicas que se unem para a composição dos fonemas. Assim, cada fonema pode ser decomposto a partir dessas propriedades. Por exemplo, o fonema /b/ pode ser descrito como: [- soante], [- contínuo], [+ labial] e [+ sonoro]. A combinação desses valores de traços distintivos é suficiente para a distinção do fonema /b/ com os demais fonemas do Português Brasileiro.

É importante reforçar, que os traços distintivos permitem a identificação de fonemas pertencentes a uma mesma classe natural, ou seja, classe de sons que possuem propriedades articulatórias e/ou acústicas em comum. Se falarmos dos fonemas especificados negativamente (-) para o traço [soante], estamos nos referindo a todos os fonemas pertencentes à classe das obstruintes, que possuem, como características comuns, a ausência da propriedade de sonorização espontânea.

²² A fonologia de Jakobson refere-se a um princípio tirado da matemática: a noção de invariância, em que o essencial se refere ao fato de buscar, na multiplicidade do dado, o grupo transformacional, isolando nele as propriedades não afetadas pelas transformações do grupo.

então, como uma unidade importante, mas derivada, um complexo, uma reunião simultânea de um conjunto de unidades elementares concorrentes.

É importante mencionar dois pontos destacados pelo próprio Fontaine na extensa discussão de Jakobson sobre o fonema na língua. O primeiro é o traço distintivo enquanto tal, isto é, o “fonema fora de sentido”. Nas palavras de Jakobson, “(...) os traços distintivos e seus feixes concorrentes e seqüência diferem de todos os outros constituintes da língua pela ausência neles de qualquer significação própria e imediata” (ibidem). Para Fontaine, “seu único *signatum* é o da pura alteridade. É isso que se escuta, por assim dizer, antes de significação” (ibidem).

O segundo refere-se à “função do traço diferencial”, ou seja, o seu papel na língua como “traço referencial do sentido”. É daí que se organizam “as invariantes de estrutura para cada língua”. Elas são “inerentes ao código subjetivo, isto é, a competência efetiva, talvez inconsciente dos membros da comunidade linguística” (JAKOBSON, 1991, *apud* FONTAINE, 2002, p. 156).

Note-se a importância dessas observações quando se depara com o “saber fazer com a língua” dos pacientes gogos nas substituições observadas constantemente na clínica ou nas operações de transliteração de Wolfson. Isso que se mostra como um “saber fazer” é o “saber da própria língua”, que captura o falante ao longo do processo de aquisição de linguagem. De fato, o interesse da psicanálise em conservar essa definição de fonemas deve-se, segundo Fontaine, ao fato de a definição de fonema fazer aparecer uma função fora de toda significação: “é isso que se escuta, por assim dizer, antes que esteja articulado a outros fonemas e, a partir daí, sendo portador de significação” (ibidem).

Outro aspecto levantado pelo autor diz respeito às invariantes de estrutura, pelo fato de elas não serem as mesmas de uma língua para outra. Se uma enunciação, seja qual for, articula-se efetivamente às invariantes (em uma mesma língua), esses fenômenos variam em vista de outras línguas: “são variáveis no que é chamado impropriamente de aparelho vocal” (idem, p. 157). Ele esclarece que, a partir do que ocorre nas transliterações feitas por Wolfson somos levados a perceber que uma das formas de estabilidade das consoantes tem a ver com a vizinhança articulatória dessas mesmas consoantes no laço aproximativo com outras línguas. Essa vizinhança articulatória percebida por Wolfson é o que permite as mudanças para outras línguas para fazer cessar os ecos do Inglês na sua cabeça.

Fontaine registra na obra de Lacan quatro momentos que lhe permitem avançar na reflexão sobre Wolfson, mais precisamente sobre a inscrição do significante no corpo. O primeiro²³ está no seminário *L'identification*, em que Lacan enfrenta a questão das oclusivas e tenta estabelecer a relação entre linguagem e escrita, traçando a distinção do que chama o ponto de contemporaneidade entre a escrita e a linguagem, de onde nasce o significante. Ele se serve da escrita chinesa para discutir uma série de questões relativas ao papel das oclusivas na implantação do significante. Lendo Lacan ao pé da letra, Fontaine afirma que é na “*implantação do significante* no corpo que se figura a entrada de um sujeito no real” (idem, p. 160).

Em um segundo momento²⁴, uma outra questão está em jogo, a saber, a relação do som com o corpo. Fontaine cita Lacan para se referir ao comentário deste sobre a sua cadela Justine, ao se deter na questão concernente ao que especifica a linguagem como tal. Há nesse seminário de Lacan a oposição entre linguagem e língua, como aquilo suscetível de ser o privilégio do homem. Para esclarecer o seu ponto de vista, Lacan faz intervir sua cachorra, o que buscou nela e não encontrou, o que denominou como sendo os efeitos de língua: “não há nada que faça choque; há movimento de ondulação, flutuação, oscilação, sopro, todo tipo de coisa próxima, mas não há oclusão”:

O foneticista toca de uma passada (...), com o fonema PA e o fonema AP, o que lhe permite colocar os princípios de oposição à implosão (AP), à explosão (PA), e mostrar-nos que a consoante P é, como no caso de vossa filha, muda. O sentido do P está entre essa implosão e essa explosão. O P se escuta precisamente por não se escutar e esse tempo mudo no meio da consoante, retenham a fórmula, é alguma coisa que, unicamente no nível fonético da fala, é como se diria um tipo de anúncio em que vocês verão a que os conduzirei após alguns desvios. Eu me sirvo simplesmente da passagem por minha cadela para assinalar-lhes e para fazê-los observar ao mesmo tempo que essa ausência das oclusivas na fala de minha cadela é justamente o que ela tem em comum com essa atividade falante que vocês conhecem bem e que é o canto. Se acontece tão frequentemente que vocês não compreendam o que tagarela a cantora é justamente porque não se podem cantar as oclusivas (idem, p. 161).

Ao colocar em evidência a consoante P, que se escuta por não se escutar, e ao comentar que as oclusivas não se cantam, Lacan, segundo Fontaine, parece já marcar

²³ Esse primeiro momento foi em 24 de janeiro de 1962.

²⁴ O segundo momento é anterior ao primeiro: é um seminário ocorrido pouco tempo antes, em 29 de novembro de 1961.

um campo de heterogeneidade em relação a esse tempo mudo no meio da sílaba, que permanece para ele um tipo de enigma. Esse tempo mudo se encontra numa relação de oposição heterogênea ao som.

Da discussão, Fontaine retém dois pontos principais. O primeiro diz respeito ao “acento posto sobre a dupla combinação, isto é o caso de dizer, disso que se escuta da consoante que ‘com-soa’, com efeito, mas que marca também a escansão do som” (idem, p. 162). O segundo ponto diz respeito ao fato de que, para Lacan, a linguagem se enraíza nessa função da oclusiva, o que não se observa no animal. Esse tempo é então aquele em que o grito “se faz aceder a um nível com base no qual a sílaba encontra um modo de articulação com o campo próprio da linguagem”(ibidem).

Note o leitor que Fontaine se prende às consoantes que apresentam um apoio em uma localização corporal. Já Lacan, a partir dos seus estudos da língua antiga chinesa, mantém o foco na existência de implantação no plano das oclusivas.

Em nosso trabalho, também, observamos a relação do falante gago com todas as consoantes e percebemos que a gagueira ocorre em todos os fonemas da língua – as vogais são contaminadas pela constrição no trato vocal da consoante posterior - colocando em evidência essa ordem “pouco natural” da linguagem oral. Pois é essa localização nesse tempo mudo da consoante que permite dizer de um modo possível de implantação do significante no corpo.

O testemunho de Wolfson autoriza o autor a concluir provisoriamente:

Na ordem do “pouco natural” da linguagem oral, esse tempo mudo da oclusiva permite supor um dos modos possíveis de implantação da linguagem no corpo. Desse ponto de vista, a sílaba não se concebe mais somente por ser sílaba como tal (consoante + vogal em sua forma mínima), mas porque contém uma ligadura outra, além de sua articulação linguageira. A sílaba (na relação de heterogeneidade vista anteriormente) é *portadora de uma função* que, de certo modo, a enraíza no corpo (ibidem).

O terceiro momento²⁵ da teorização de Lacan acontece na intervenção do autor sobre o sintoma, em que o termo latido é foco de análise. Trata da mesma questão: como se encarna a linguagem? Como compreender essa “antipatia” da linguagem e do “corpo”? Vejamos:

O significante é alguma coisa que está encarnada na linguagem. Sabe-se que há uma espécie que soube latir de um modo tal que um som, enquanto significante, é diferente de um outro. (...) Há

²⁵ Esse terceiro momento se dá em 1975, na conferência de Lacan em Genebra.

um abismo entre essa relação ao latido e o fato de que, no fim, o ser humilhado, o ser húmus, o ser humano (...) chega a dizer alguma coisa (...) esse cancro que é a linguagem implica desde o início uma espécie de sensibilidade (idem, p.163)

É interessante notar que Lacan relaciona o som (o latido) e os termos de sensibilidade e predisposição à linguagem no humano. Essa predisposição – que não esclarece mais do que os termos “ressonância da fala” ou “alguma coisa de constitucional” - faz com que “o signo, qualquer que seja ele, vire-se sempre, imediatamente, na direção do sujeito e do significante. O signo é imediatamente tomado como intencional” (ibidem).

Os termos mencionados - predisposição e ressonância da fala e constitucional no tocante ao som – indicam uma mudança na teorização lacaniana, se comparada àquela de 1961-1962. Como observa Fontaine, “não se trata mais de saber como o signo se torna significante”, mas de tomá-lo com relação ao som, naquilo que faz com que se vire imediatamente na direção do sujeito e do significante.

Além da pertinência do que diz Lacan sobre a questão do som, cabe ainda mencionar a importância que ganha a noção de linguagem no texto do autor, algo sem existência teórica, mas cuja forma de intervenção leva Lacan a aproximá-la da *lalangue*: “(...) a linguagem, essa linguagem que não tem nenhuma existência teórica, intervém sempre sob a forma disso que chamo uma palavra que eu quis tomar tão próxima quanto possível da palavra lalação: [la] *lalangue*” (ibidem).

Antes de finalizar os comentários sobre o terceiro momento da reflexão de Lacan, há que se voltar a atenção para o modo como a linguagem ressoa no corpo. Ao responder à pergunta “o simbólico se aprende?”, Lacan responde mencionando que no autismo e na esquizofrenia há alguma coisa que se congela. O termo volta mais adiante em uma menção ao enigma do verbo *congelar*, que se complica nas palavras do autor por sua colocação quanto aos doentes psicossomáticos e ao gozo que neles se encontra inscrito no sintoma. O autor cita Lacan no momento que diz: “Se evoquei uma metáfora como a do congelado, é bem porque há certamente essa espécie de fixação” (ibidem).

Usando a mesma estratégia de Fontaine, que aplica a mesma metáfora ao caso Wolfson, perguntamo-nos, também, sobre o efeito dessa metáfora na clínica de gagueira. Na clínica, ouvimos com frequência os falantes manifestarem seu sofrimento através de palavras como *petrificado*, *entalado*, *engarrafamento*, *bloqueado*.

Neste sentido concordamos com o autor quando se refere que o corpo inteiro é tomado nessa dor; é o que observamos nos casos acompanhados na clínica, onde o falar é sofrido, é *uma tortura* (depoimento de A.). No caso de A., é como se o sujeito tivesse se reduzido ao corpo; o que se vê nesses meandros da relação do falante gago com a sua fala é justamente o aparecimento de sintomas, que afetam o funcionamento do corpo, colocando em evidência o sujeito preso, congelado nessa posição na gagueira.

Assim, para as operações realizadas pelo falante gago – a da vizinhança articulatória ou a da saída pelo mesmo ponto articulatorio – como nos casos de Unicamp// Universidade, ti//também a possibilidade de mudança está marcada “sobre (em) o corpo”. Tomaremos a palavra de Fontaine: “O tempo mudo da sílaba tem um lugar localizado corporalmente. A dificuldade é manter unida essa dupla referência do que se inscreve corporalmente pelo som e pela escansão” (idem, p.166).

Para concluir, provisoriamente, essa extensa discussão sobre os textos lacanianos, Fontaine cita o quarto²⁶ momento da reflexão de Lacan, numa referência a Vico (*scienza nuova*): Lacan associa o corpo ao cartucho da escrita sagrada egípcia, explicando que, como tal, ele comunica, entrega o nome próprio. Este, desprovido de denotação, ou seja, tomado por ele mesmo e por sua estabilidade lítero-sonora, abre as portas para que seja lido como tal, são traços de escrita não fonetizados. Ao desconsiderar um possível sentido, deve-se recorrer à notação fonética para lê-lo, considerando-o como um corpo fônico.

Segundo Fontaine, “a demonstração de Wolfson quer dizer exatamente isso, cada significante pode valer pelo que não é por si; o valor da consoante muda no meio da sílaba, indicando que, por aí, poderia ser feita uma operação de transliteração, tornando-a um nome próprio” (idem, p. 166-167). Não é outro o sentido dado por Lacan ao afirmar que o corpo, como cartucho entrega o nome próprio. O novo é *o corpo ser posto nesse lugar de determinativo na escrita* (ibidem).

Fontaine, recorrendo mais uma vez a uma indicação de Lacan em seu seminário, *Le Symphôme*, comenta a distinção entre o inconsciente de Freud e outra coisa nomeada com o termo alemão *Unbekannt*:

Tal diferenciação apoia-se no inconsciente de Freud como um saber articulado ao significante, ou seja, falado “como tal”. A esse saber inconsciente “falado como tal”, porque articulado ao significante, Lacan introduz uma forma de não-saber ligada ao corpo.

²⁶ Esse momento insere-se na discussão seguinte à conferência de Genebra.

O *Unbekannt* é um termo da filosofia e traduzido aproximadamente como ignorância ou desconhecimento. Impõe, no entanto, uma questão absolutamente inédita quanto ao inconsciente freudiano; a de uma forma de ignorância, e não-saber ligado ao corpo (idem, p.167).

Wolfson parece, para Fontaine, mostrar a existência de casos em que o corpo não faz UM. Este UM do corpo ele buscou onde deveria ter sido encontrado: no seu valor de escrito. Esse caminho interpretativo pode ser seguido para entender os procedimentos utilizados pelo falante gago, já que essa patologia também nos coloca diante da existência de um corpo que não faz UM. As criações, enquanto procedimentos linguísticos utilizadas pelos falantes, essas operações transliterativas realizadas por eles são entendidas aqui como uma busca constante da consistência do corpo, de uma imagem unificadora.

Para concluir esse capítulo, retomo o trabalho de Maliska (2006), no qual o autor realiza um importante questionamento sobre as denominadas patologias da fala e da linguagem. Sua colocação é que elas não deveriam ser inseridas exatamente como patologias, mas como efeitos da angústia no real do corpo - esse corpo marcado pelo significante.

Procuramos colocar em evidência que a mãe é quem compele a criança à fala a fim de que se dê a sua entrada em um funcionamento linguístico - uma “fonação com regras” (BERGÉS, 1994, p. 7, *apud* BURGARELHI, 2003, p. 172). Há uma divisão do sujeito, entre a estrutura significante e a dimensão do real. É na via do desejo que está também o corpo, o qual é convocado, ao mesmo tempo, a um sofrimento, pois se trata de um esforço que implica perdas - e a um prazer, o de falar.

Lier-De Vitto (2003) faz uma longa discussão sobre a questão das patologias de linguagem, sobre o normal e o patológico. Assim, ela questiona: “- O que sustenta a linguagem no rótulo ‘patologias da linguagem?’”. E ela mesma responde: “- Unicamente, que sintomas aparecem na linguagem” (p. 234). Em outro momento do mesmo trabalho, mostra-nos que as patologias da linguagem não podem desconsiderar o falante, corpo falado. E por que não? Simplesmente porque é na execução que o patológico se mostra. Ele acontece na fala de um “falante real” e singular. E esta execução, sem dúvida, ultrapassa o limite do que se pode conceber como puramente “orgânico” (idem, p. 236).

Nisso a gagueira é singular: é no momento em que o sujeito falante precisa tomar a palavra como tal, assumir a sua autoria, que a sua execução falha, o corpo se

mostra paralisado e fixo em uma posição - a de ser gago. Lacan (1974) afirma que “para abordar os afetos é preciso passar pelo corpo, o qual não é afetado senão pela sua estrutura” (p. 29). Essa estrutura se refere, necessariamente, à linguagem e, portanto, ao seu fundamento, o significante. O afeto vem ao corpo sob a forma de um desarranjo de suas funções, implica o corpo enquanto aquilo que é afetado: “É a partir de sua própria estrutura que se instauram formas de encobrimento do ponto de angústia na criança”(DE LEMOS, 2007, p. 4).

3.3 – Uma breve retomada

Antes de fecharmos este capítulo, cabe aqui uma breve retomada sobre a trajetória de L. no processo terapêutico conosco. Tal processo durou 2 anos e 6 meses e constituiu-se como um espaço de escuta da fala dessa criança: na nossa avaliação, ele teve um papel imprescindível na mudança de posição da criança na sua relação com a linguagem.

No início, eram brincadeiras que começavam com os objetos trazidos para a sessão numa mochila, como por exemplo, os seus super-heróis: Batman, Homem-Aranha, Mulher Maravilha, etc. Seu maior interesse era procurar no armário outros heróis e, assim, começaram as brincadeiras de esconder-achar, traçar diferenças e formações de histórias - sempre com a disputa entre os heróis, em que o seu personagem era o vencedor (v. p. 40 e ss. deste estudo).

Outros momentos eram os carrinhos, brincadeira preferida de L., em que ele os testava todos descendo numa pista de um posto de gasolina. Montava um estacionamento onde vendia e comprava carros. Também surgiam as brincadeiras com bichos domésticos e selvagens, em que novas histórias eram construídas com o tema da fazenda ou de zoológico, em que os animais eram separados por grupos familiares.

As falas de L. apareciam sob a forma de incorporações da fala da terapeuta e também com novas produções através de histórias que eram inventadas e re-inventadas. As histórias nos permitiam brincar com a linguagem, em que sons e gestos eram improvisados e, naquele momento, surgiam as dificuldades de L.: esses episódios – falas com gagueira – repetiam-se na medida em que a criança se deslocava discursivamente nos jogos, narrativas e nos diálogos conosco.

Concomitantemente a isso, jogos corporais, músicas, histórias inventadas (construídas na relação criança-terapeuta) nos permitiram muitas vezes reconhecer

ocorrências de retificações, réplicas por parte da criança e que sugeriam um reconhecimento do outro como uma alteridade. Nessas ocasiões, muitas vezes, surgiam impasses, pois nem sempre L. aceitava a fala da terapeuta, evidenciando uma não coincidência com sua vontade.

A fala em circulação levava a criança a ousar na língua e posso dizer que ela se surpreendia com suas conquistas. Tomo, nesse momento, as palavras de Vorcaro, em que afirma que os fonoaudiólogos emprestam sua fantasia às crianças:

Ao jogar a criança no discurso, inserindo-a na linguagem, muitas vezes o fonoaudiólogo está fazendo a função do Outro, que é o que o analista também faz. Então, eu acho que o problema e a diferença parecem ser o fato de que o fonoaudiólogo faz isso com a sua fantasia. Ou seja, a posição da criança para o fonoaudiólogo é estar submetida à sua rede fantasista, de tal maneira que ele pode estar gozando às custas da criança ou deixando a criança gozar às suas custas. Essa interrogação sobre a especificidade do laço que está sendo estabelecido é o que a psicanálise pode permitir, e aí sim fazer a diferença. Uma função imaginária que o analista talvez não tenha como exercer. O analista empresta um imaginário, mas ele faz isso a partir da lógica, e não do próprio imaginário. O psicanalista não acredita no imaginário, quando o fonoaudiólogo, por acreditar, talvez possa até ter mais sucesso (2004, p. 40-41).

Rocha (2007), fonoaudióloga, também realiza uma discussão sobre a posição da Fonoaudiologia e acredita que esta se distingue justamente “por acreditar na fantasia, como exercício de um imaginário, como fabulação, como imaginação; [a Fonoaudiologia] estabelece um jogo com a criança de linguagem e permite a ela colocar-se na realidade de outra narrativa, re-inventar-se como falante em outra boca” (p. 111).

A gagueira de L. foi diminuindo aos poucos: a criança enfrentava muitas possibilidades de fala, conversava muito e, como sempre, demonstrava ser muito esperta e viva. A mãe, mesmo nos últimos encontros, demonstrava a preocupação com a saúde de L. devido aos resfriados e amigdalites constantes. A criança gritava muito nas disputas com o irmão e com os pais e sua voz nesses momentos se apresentava muito rouca.

Mas, no entendimento familiar, a rouquidão decorria de um processo alérgico, o irmão de L. também apresentara um período de rouquidão e estava sob tratamento médico. Os pais observaram uma grande mudança de L. não só no que dizia respeito à gagueira, mas também no processo de aquisição: agora contava histórias,

enfrentava todas as situações de fala e estava muito bem na escola. Resolvemos, pois, suspender os atendimentos.

Dois anos se passaram e voltamos a ter notícias de que L. não mais voltara a gaguejar, fato contado pelos pais com imensa satisfação. Entretanto, um novo sintoma, um calo na corda vocal surgira nesse tempo. Pudemos notar, pela fala da mãe, que o calo vocal não tinha o mesmo peso com que encarara a gagueira de seu filho, já que a rouquidão era também consequência, para ela, dos problemas respiratórios que faziam parte do quadro do seu filho.

Do nosso lado, porém, ficou uma questão aberta, já que a gagueira não voltou, mas um novo sintoma se alojou justamente na mesma zona do corpo convocada nos episódios da gagueira. Fato que nos leva a dizer, como já dissemos, que o corpo da criança é um terreno de memória da sua condição singular de fala.

Atualmente L. está há 6 meses, em terapia conosco: a voz já melhorou e ele não passa mais por períodos de rouquidão. Por esse fato, considerando o alcance e o limite da clínica de linguagem, em breve, o nosso paciente terá alta. Fica a indagação sobre a entrada dessa criança na linguagem, disso que permanece como um traço da passagem dos afetos pelo corpo.

BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, procuramos refletir sobre a gagueira com a motivação inicial dos inúmeros casos que atendemos no consultório: adultos e crianças com sintomas semelhantes e afetados pelo mesmo sofrimento. Nosso primeiro passo se deu à procura de uma bibliografia em que pudéssemos encontrar casos semelhantes e em que o clínico e o investigativo estabelecessem um território de troca e interrogação mútua.

O objetivo inicial foi, então, lidar com os textos, seus parâmetros teórico-metodológicos e contrapô-los a partir dos estudos iniciados durante cursos, seminários e atividades do Grupo de Pesquisa a que pertencço. Clínica e teoria começaram a dialogar: como dar conta daquilo que eu registrava através de gravações de áudio e vídeo, das notas esparsas sobre o atendimento, do que eu pude reunir, enfim, ao longo desses anos?

Nessa trajetória, como já mencionamos na Introdução deste trabalho, fomos tocadas pelo que estudamos sobre o interacionismo em aquisição de linguagem, sua repercussão nos trabalhos sobre na clínica de linguagem e o alcance destes últimos no universo específico da nossa atuação. É a partir desses campos que se deu também um diálogo com a psicanálise; procuramos junto aos autores desses três campos argumentos para pensar a incidência da fala do outro na relação entre corpo e linguagem. Tal articulação levou-nos a um necessário distanciamento, uma interrogação de um modelo teórico-metodológico que toma a gagueira como causada por um problema no plano do processamento linguístico e, conseqüentemente, por uma dificuldade articulatória na realização de um grupo específico de fonemas.

Destacamos, ainda, outro ponto de avanço no nosso trabalho: o esforço para separar disfluência e gagueira, procurando determinar o que faz da segunda um sintoma, ao contrário da disfluência, que alguns pesquisadores insistem em tomar como equivalente à gagueira. Nosso distanciamento foi no sentido de uma definição da gagueira por critérios fluência e disfluência; entendemos que a fluência e disfluência fazem parte da fala de todos os falantes inclusive daqueles que apresentam gagueira. Esta última é um fenômeno diferente e buscamos apresentar as características que são exclusivas da sua manifestação. Elegemos o bloqueio como uma das características principais da manifestação da gagueira.

Foi a partir do segundo capítulo que começamos a delinear nosso foco argumentativo, nossa hipótese sobre a necessidade de se tratar a gagueira no entrelaçamento entre corpo e linguagem. Nesse capítulo, a criança esteve em pauta, não só pela relação com o problema da aquisição de linguagem, a entrada na língua materna e o impasse do necessário esquecimento da fala infantil, como também pela apresentação e discussão de alguns dados da fala de L., principal personagem da nossa reflexão. Este foi também o momento em que procuramos entender nossas questões clínicas a partir de um diálogo com a clínica de linguagem.

O entrelaçamento entre corpo e linguagem, já em questão no segundo capítulo, entra verdadeiramente em evidência no terceiro capítulo, na medida em que a gagueira passa a ser vista como um dos efeitos da angústia no real do corpo. A passagem minuciosa pelos temas relativos à implantação do significante no corpo nos faz voltar à discussão das patologias de linguagem, sobre o normal e o patológico. As patologias da linguagem não podem desconsiderar o falante, corpo falado e singular.

Nisso a gagueira nos é singular: é no momento em que o sujeito falante precisa tomar a palavra como tal, assumir a sua autoria, que a sua execução falha, o corpo se mostra paralisado e fixo em uma posição - a de ser gago.

Antes de finalizar estas considerações, gostaríamos de salientar que procuramos neste trabalho não reduzir as menções à criança, cujos dados trouxemos para discussão, a uma análise de dados – mesmo porque eles não foram propriamente objetos de uma análise. Por outro lado, esta dissertação também não se caracteriza como um estudo de caso e, sendo assim, optamos por trazer para o corpo do trabalho as duas vinhetas clínicas que encerram os capítulos II e III respectivamente. Foi a forma que encontramos, em diálogo com o leitor, de mostrar que a clínica pode sempre surpreender o terapeuta: se tratamos a gagueira - se ela desapareceu da fala da criança - isso não evitou um deslocamento do sintoma, fato que nos levou a pensar que o corpo da criança é aí um terreno de memória da sua condição singular de fala.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANO, E. C. *Da fala à linguagem - tocando de ouvido*, São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. *O Gesto e suas Bordas*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

ALLOUCH, J. *Letra a letra: transcrever, traduzir, transliterar*. Trad.: Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Companhia de Freud Editora, 1994.

ANDRADE, C. R. F. *Gagueiras Infantis: atualização sobre a determinação da gagueira, fatores de risco e condutas*. In: *Pediatria*, vol. 19, 2, p. 150-58. São Paulo: FMUSP, 1997.

ANDRADE, L. “Captação ou Captura - considerações sobre a relação do sujeito à fala”. In: Lier de Vitto, M. F. e Arantes, L (orgs.) *Aquisição, patologias e clínica de linguagem*. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2006, p. 201-218.

ARANTES, L. M. *Produções desviantes sintomáticas: de como não distingui-las das não sintomáticas*. Comunicação em painel no 6th International Pragmatics Conference – Reims, França, 1998.

_____. *Diagnóstico e Clínica de Linguagem* – Tese de doutorado. São Paulo: PUC, 2001.

_____. “Impasses na distinção entre produções desviantes sintomáticas e não sintomáticas”. In: Lier de Vitto, M. F. e Arantes, L. (orgs.) *Aquisição, patologias e clínica de linguagem*. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2006, p. 219-226.

AZENHA, C. A. C. *Lia: do nome ao verbo ou desejo e leitura*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IEL/Unicamp, 2006.

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral*, Campinas: Editora Pontes, 1989.

BERGÉS, J & BALBO, G. *A atualidade das teorias sexuais infantis*. Porto Alegre: CMC, 2001.

BLOODSTEIN, O. *A handbook of stuttering*. 4th ed. Chicago: National Easter Seal Society, 1987.

_____ *Stuttering – The search for a cause and cure*. Brooklyn College of the city University of New York, Allyn an Bacon, 1993.

_____ *A handbook on Stuttering*. 5th ed., San Diego, Califórnia: Singular Publishing Group.

BORGES, S. *Criança, corpo e linguagem: que(m) fala?* Campinas: Cadernos de Estudos Linguísticos, 2005, n. 47(1) – (2), p. 93-98.

BOSCO, Z. R. *No jogo dos significantes, a infância da letra*. Campinas: Pontes/ FAPESP, 1999/2002.

_____ *A errância da letra: o nome próprio na escrita da criança*. Tese de doutorado. Campinas: IEL/Unicamp, 2005.

BOUQUET, S. *Introdução à Leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 1997.

BURGARELLI, C. G. “Sujeito e escrita”. In: Leite, N. V. de A. (org.) *Corpolinguagem: gestos e afetos*. Campinas: Mercado de Letras, 2003, p.141-174.

CARVALHO, G. M. *Erro de pessoa: levantamento de questões sobre o equívoco em aquisição da linguagem*. Tese de doutorado. Campinas/SP: Unicamp, 1995.

_____ “O erro em aquisição da Linguagem: um impasse”. In: Lier de Vitto, M. F e Arantes, L (orgs.) *Aquisição, patologias e clínica de linguagem*. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2006, p.63-78.

CURLEE, R. F. e SIEGEL, G. M. *Nature and treatment of Stuttering*. Second edition, 2001.

DE LEMOS, C. T. G. “Sobre a Aquisição da Linguagem e seu dilema (pecado) original”. Boletim da Abralín, 3. Recife: Ed. UFP, 1982.

_____ “Los procesos metafóricos y metonímicos como mecanismos de cambio”. Madrid: Substratum, vol.1, n.1, p. 103-120, 1992.

_____ “Língua e discurso na teorização sobre aquisição de linguagem”. In Letras de Hoje, Porto Alegre: PUCRS, vol.102, p.9-29, 1995.

_____ “A poética e o significante”. In Traço. Maceió: UFAL, 1998a, p.1-23.

_____ “Sobre o estatuto linguístico e discursivo da narrativa na fala da criança”. In *Linguística*, vol.13, ALFAL, 2001, p.23-60.

_____ “Uma crítica (radica) à noção de desenvolvimento na aquisição da Linguagem”. In: Lier de Vitto, M. F e Arantes, L (orgs.), *Aquisição, patologias e clínica de linguagem*. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2006.

_____ “Corpo & corpus”. In: Leite, N. V. de A. (org.) *Corpolinguagem: gestos e afetos*. Campinas: Mercado de Letras, 2003, p. 21-38.

_____ “A criança com (o) ponto de interrogação”. In *Aquisição de linguagem, questões e análises*. Letras de Hoje, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p.39-50,

_____ “Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação”. In Cadernos de Estudos Linguísticos, v. 42. Campinas: Editora da Unicamp, n. 42, 2002, p. 41-69.

_____ “Sobre o paralelismo, sua extensão e a disparidade de seus efeitos”. In Lier-De Vitto M. F. & Arantes, L. (org.) *Aquisição, patologias e clínica de linguagem*. São Paulo: Educ/FAPESP, 2006.

_____ “Da angústia na Infância”. In III Jornada de Psicanálise, In: Revista Literal. Campinas, v. 10, p. 117-126.

FONTAINE, A. *A implantação do significante no corpo*. Tradução Viviane Veras, In Revista Literal, v. 5 Escola de Psicanálise de Campinas, 2002, p. 145-168..

FRIEDMAN, S. *Gagueira: origem e tratamento*. São Paulo: Summus Editora, 1986.

_____ “Reflexões sobre a natureza e o tratamento da gagueira”. In Passos, M. C. (org.) *Fonoaudiologia: recriando seus sentidos*. São Paulo: Plexus Editora, 1996.

_____ “Gagueira”. In Lopes Filho, O. *Tratado de Fonoaudiologia*. São Paulo, Roca, 1997.

_____ “Fluência: normalidade e patologia”. In: Distúrbios da Comunicação, vol. 11, p.131-136. São Paulo: EDUC, 1999.

_____ “Gagueira e subjetividade: possibilidades de tratamento”. In Friedman, S. e Cunha, M. C. (orgs.) *Fonoaudiologia*. Porto Alegre: ARIMED Editora, 2001.

FREUD, S. *A Interpretação das Afasias*. Um estudo crítico. Trad. de Antônio pinto Ribeiro. Lisboa. Edições 70, 1997.

GARCIA-ROZA, L. A. *Introdução à Metapsicologia Freudiana*. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1989.

JERUSALINSKY, A. *Psicanálise e linguagem: revisando Saussure*. *Psicanálise e Universidade*. nº 3, 1995

LANDEFOGED, P. *Elements of Acoustic Phonetics*. Chicago: The University of Chicago Press, second edition, 1996.

LEITE, N.V.A. Da obra ao ato: quando o simbólico fracassa In Leite, N. V. A. *Corpolinguagem: angústia, o afeto que não engana*. Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 117-124.

LEMO, M. T. *A língua que me falta: uma análise dos estudos em aquisição de linguagem*. Tese de doutorado (inédita). Campinas: IEL-Unicamp, 1994.

LIER-DE VITTO, M. F. “Novas contribuições da Linguística para a Fonoaudiologia”. *Distúrbios da Comunicação*, vol. 7, 2. São Paulo, EDUC, 1995.

LIER-DE VITTO, M. F. e ARANTES, L. (orgs.) “Patologias da linguagem: sobre as ‘vicissitudes de falas sintomáticas’”. In *Aquisição, Patologias e Clínica de Linguagem*. São Paulo: Educ/FAPESP, 2006.

_____. “Patologias da Linguagem: subversão posta em ato. Apontamentos sobre o corpo da linguagem”. In Leite, N. V. de A. *Corpolinguagem: gestos e afetos*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

_____. “Sobre a posição do investigador e a do clínico frente a falas sintomáticas”. In *Letras de Hoje*, v. 39, p. 47-60. Porto Alegre: Edicpcrs, 2004.

LIER-DE VITTO, M. F. & CARVALHO, G. M. M. *Interacionismo: um esforço de teorização em Aquisição de Linguagem*. Finger, I. & Quadros, R. *Teorias de Aquisição da Linguagem*. Florianópolis, Editora da UFSC, no prelo.

MALISKA, M. E. “A voz e a Angústia”. In Leite, N. V. A. *Corpolinguagem: angústia, o afeto que não engana*. Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 149-156.

MARTIN, R. R. & S. K. HAROLDSON *Stuttering identification: standard definition and moment of stuttering*. *Journal of speech and hearing research*, 46, 1981, p. 59-63.

- MEIRA, M. I. M. *Gagueira: do fato ao fenômeno*. São Paulo, Cortez, 1983.
- MERLO, S. *Hesitações na Fala Semi - Espontânea por Séries Temporais* – Dissertação de Mestrado. Campinas: IEL/UNICAMP, 2006.
- PEREIRA, M. *Análise Linguística da Gagueira*. Tese de doutorado. Minas Gerais: Editora AM3, 2003.
- PEREIRA DE CASTRO. “Língua Materna: Palavra e Silêncio na Aquisição de Linguagem”. In Junqueira Filho L.C.U (org.) *Silêncio e luzes. Sobre a experiência do vazio e da forma*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- _____. “Apontamentos sobre o corpo da linguagem”. In Leite, N. V. A., *Corpolinguagem: gestos e afetos*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- _____. “Sobre o (im)possível esquecimento da língua materna”. In: Lier-De Vitto e Arantes L. (orgs.) *Aquisição, Patologias e Clínica de Linguagem*, PUCSP, 2006.
- _____. (inédito) “Língua materna e os destinos da fala infantil”. Aula apresentada como prova didática no concurso para professora titular em outubro de 2006a.
- _____. “Sobre a constituição dos *corpora* no campo da aquisição da linguagem”. Revista Organon (no prelo).
- PISANESCHI, E. *Gagueira: disfluência sintomática*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 2001.
- POMMIER, G. *Nacimiento Y Renacimiento de la Escritura*. Trad. Irene Agoff. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1993.
- RAMOS, S. *Hesitações e Rupturas na Fala Infantil: as Franjas da teoria e o Lugar do Sujeito na Aquisição* – Dissertação de Mestrado. Campinas: IEL/UNICAMP, 2008.
- ROCHA, A. C. O. *(Com)passos no silêncio*. Tese de doutorado. Campinas: IEL/Unicamp, 2007.
- SALZANO MORAES, M. R., *Além da Metapsicologia Freudiana* – Revista Literal – 4. Escola de Psicanálise de Campinas, 1999.
- _____. “Como a linguagem separa a fala do corpo”. In Leite, N. V. A., *Corpolinguagem: gestos e afetos*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1969.

_____ *Escritos de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2002.

SCARPA, F. “Sobre o sujeito fluente”. In Cadernos de estudos linguísticos, 29, p. 163-184. Campinas: Ed. UNICAMP, 1995.

_____ “(Ainda) sobre o sujeito fluente”. In Lier de Vitto, M. F e Arantes, L (orgs.) *Aquisição, Patologias e Clínica de Linguagem*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2006, p. 161-180.

_____ “Aquisição, Afasia e a Hierarquia Prosódica”. In Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas: IEL/UNICAMP, v. 40, 2001 (b), p.61-76.

SILVEIRA, E.M. Um certo retorno à Linguística pela via da psicanálise. In Lier de Vitto, M. F e Arantes, L (orgs.) *Aquisição, Patologias e Clínica de Linguagem*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2006, p.33 -56.

VAN RIPER, C. *The nature of stuttering*: Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1971.

_____ *Correção da linguagem: uma introdução à patologia da fala e à audiologia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

WINGATE, M. A. “Standard Definition of Stuttering”. In Journal of Speech and Hearing Disorders, 1964, v. 29, n. 4, p. 484-489.

WOLFSON, L. *Le Schizo et les Langues*. Paris: Gallimard, 1970.

VORCARO, A. *Crianças na Psicanálise: clínica, instituição, laço social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

ANEXO I

Tabela 16 (Pereira, 2003, p. 104)

Ocorrência das tentativas/fone em relação aos fones

%	N	Fone
14	21	v. oral
1	1	v. nasal
4	6	[p]
7	10	[t]
8	12	[k]
8	12	[b]
10	15	[d]
12	18	[g]
1	1	[dz]
1	2	[ch]
2	3	[j]
11	16	[s]
2	3	[z]
5	8	[f]
3	4	[v]
1	1	[x]
6	9	[m]
3	4	[n]
1	2	[l]

Nota – a tabela apresenta na 1ª coluna a porcentagem dos fones e na 2ª coluna o número total de ocorrências para cada fone.

ANEXO II

Tabela 18 (Pereira, 2003, p. 108)

Ocorrência de prolongamentos em relação aos fones

%	N	Fone
21	84	v. oral
3	14	v.nasal
8	33	[p]
7	28	[t]
6	26	[k]
4	18	[b]
9	36	[d]
5	22	[g]
1	1	[t]
1	3	[d]
0,2	1	[ch]
1	5	[z]
5	19	[f]
2	8	[v]
0,5	2	[x]
1	4	[r]
11	46	[m]
3	12	[n]
0,5	2	[J]
0,5	2	[l]
0,2	1	[lh]

Nota – A tabela apresenta, na 1ª. coluna, a porcentagem dos fones e, na 2ª, o número total de ocorrências para cada fone.

ANEXO III

1ª. ANÁLISE - Dados de criança de 2:10 até 7 anos - Total: 500 palavras

48	[k]
18	[p]
18	[t]
10	[f]
4	[v]
12	[m]
8	[s]
4	[n]
11	[ʃ]

ANEXO IV

Tabela VI.13 – Frequência relativa das configurações gestuais de ataque em posição inicial e medial no *Minidicionário Aurélio*.

inicial				Medial			
K	2,56	l	0,59	t	2,84	b	0,71
P	2,12	g	0,39	r	2,53	v	0,71
D	1,90	3	0,33	d	1,80	g	0,61
S	1,59	n	0,32	s	1,60	f	0,51
R	1,36	j	0,20	k	1,43	3	0,39
M	1,24	z	0,05	l	1,28	R	0,31
T	1,02			n	1,02	j	0,19
B	0,91			m	1,01	κ	0,17
F	0,86			p	0,97	π	0,14
V	0,61			z	0,74		

Albano, 2001: p.208